

# PGPI

## PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO RELATÓRIO 2012



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS



Ministério das Finanças

“PGPI - Relatório de 2012”  
é uma publicação da

Direção-Geral do Tesouro e Finanças  
Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa  
Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19  
Presença na *Internet*: [www.dgtf.pt](http://www.dgtf.pt)  
*E-mail*: [tesouro@dgtf.pt](mailto:tesouro@dgtf.pt)

***As projeções, opiniões, deduções ou estimativas apresentadas no presente relatório são meramente indicativas e não representam dados definitivos, nem são representativas do futuro desempenho dos diferentes eixos de ação do PGPI, quer a nível global quer sectorial, em particular do eixo da inventariação.***

## ÍNDICE

<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>4</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE FIGURAS</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DAS SIGLAS RELATIVAS AO ÂMBITO DAS ENTIDADES</b>	<b>8</b>
<b>1. SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>9</b>
1.1. Fundamento e objetivos do relatório	9
1.2. Principais conclusões	9
1.2.1. Eixo da inventariação	9
1.2.2. Eixo da regularização jurídica	12
1.2.3. Eixo do regime de utilização	12
1.2.4. Eixos da programação da ocupação e da conservação e reabilitação	12
1.2.5. Eixo da gestão do Domínio Público	14
1.2.6. Eixo do acompanhamento e controlo da execução do PGPI	14
<b>2. EIXO DA INVENTARIAÇÃO</b>	<b>17</b>
2.1. Introdução	17
2.2. Entidades	18
2.3. Imóveis	22
2.4. Cobertura	24
2.5. Decomposição dos registos	26
2.6. Caracterização dos imóveis	31
2.6.1. Natureza	31
2.6.2. Tipos de imóvel e classificação de função	32
2.6.3. Agrupamentos	33
2.6.4. Ocupação dos imóveis	35
2.6.5. Distribuição geográfica	36
2.6.6. Distribuição por tipologia de instalações	39
2.6.7. Titularidade	39
2.6.8. Utilização	40
2.6.8.1 Utilização do edificado por título jurídico	41
2.6.8.2. Utilização do edificado arrendado a entidades privadas	44

<b>3. EIXO DA REGULARIZAÇÃO JURÍDICA</b>	<b>46</b>
3.1. Enquadramento	46
3.2. Objetivos	46
3.3. Ações	46
3.4. Conclusões	47
<b>4. EIXO DO REGIME DE UTILIZAÇÃO</b>	<b>51</b>
4.1. Aplicação em 2012 do princípio da onerosidade	51
4.2. Balanço intercalar	52
4.3. Síntese conclusiva	53
<b>5. EIXO DOS PROGRAMAS SECTORIAIS DE EXECUÇÃO DO PGPI</b>	<b>55</b>
5.1. Balanço geral	55
5.1.1. Matriz de controlo dos planos setoriais	56
5.2. Programação das avaliações	56
5.3. Programação da ocupação	58
5.4. Programação da reabilitação e conservação	60
5.4.1. O Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial	63
5.4.1.1. Atividade desenvolvida	63
5.4.1.2. Apreciação sumária das candidaturas apresentadas	64
5.4.1.3. Distribuição Geográfica	65
5.4.1.4. Distribuição por Entidades	66
5.4.1.5. Análise qualitativa	66
5.4.1.6. Sistema de Informação de Gestão do Fundo	71
5.4.1.7. Síntese conclusiva	72
<b>6. EIXO DA GESTÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO</b>	<b>74</b>
<b>7. EIXO DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO PGPI</b>	<b>75</b>
7.1. Enquadramento	75
7.2. Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial	76
7.3 Direção Geral do Tesouro e Finanças	76

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entidades por ministério - 2012.....	19
Quadro 2 - Entidades autorizadas e registos criados por ministério (comparativo 2011-2012) .....	20
Quadro 3 – Entidades autorizadas e registos criados por âmbito (comparativo 2011-2012) .....	20
Quadro 4 – Entidades por ministério – 1T2013.....	21
Quadro 5 – Entidades autorizadas e registos criados por ministério (comparativo 2012-1T2013) .....	22
Quadro 6 – Entidades autorizadas e registos criados por âmbito (comparativo 2012-1T2013).....	22
Quadro 7 – Registos por Ministério (comparativo 2011 - 2012) .....	23
Quadro 8 – Registos por Ministério (comparativo 2012 – 1T2013) .....	24
Quadro 9 – Registos completos e incompletos por ministério – 2011 .....	28
Quadro 10 – Registos completos e incompletos por ministério - 2012.....	29
Quadro 11 – Registos completos e incompletos por ministério – 1T2013.....	29
Quadro 12 – Registos incompletos por ministério - 2011 .....	29
Quadro 13 – Registos incompletos por ministério - 2012 .....	30
Quadro 14 – Registos incompletos por ministério – 1T2013 .....	30
Quadro 15 - Caracterização dos imóveis por tipo e natureza - 2011.....	31
Quadro 16 - Caracterização dos imóveis por tipo e natureza - 2012.....	31
Quadro 17 - Caracterização dos imóveis por tipo e natureza – 1T2013.....	32
Quadro 18 – Tipos de imóvel – 2012 .....	32
Quadro 19 – Classificação de função – 2012 .....	33
Quadro 20 – Agrupamentos – 2011 .....	34
Quadro 21 – Agrupamentos – 2012 .....	34
Quadro 22 – Agrupamentos – 1T2013.....	34
Quadro 23 – Disponibilidade dos imóveis registados – 2011 .....	35
Quadro 24 – Disponibilidade dos imóveis registados – 2012 .....	35
Quadro 25 – Disponibilidade dos imóveis registados – 1T2013.....	36
Quadro 26 – Propriedade - 2011 .....	39
Quadro 27 – Propriedade - 2012.....	39
Quadro 28 – Propriedade – 1T2013.....	40
Quadro 29 – Utilização do edificado – 2011 .....	40
Quadro 30 – Utilização do edificado – 2012 .....	40
Quadro 31 – Utilização do edificado – 1T2013 .....	40
Quadro 32 – Utilização dos terrenos – 2011 .....	41
Quadro 33 – Utilização dos terrenos – 2012 .....	41
Quadro 34 – Utilização dos terrenos – 1T2013.....	41
Quadro 35 – Edificado do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2011.....	41
Quadro 36 – Edificado do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2012.....	42
Quadro 37 – Edificado do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 1T2013 .....	42

Quadro 38 – Edificado do Estado – Utilização por entidades privadas (título jurídico) – 2011 .....	42
Quadro 39 – Edificado do Estado – Utilização por entidades privadas (título jurídico) – 2012 .....	42
Quadro 40 – Edificado do Estado – Utilização por entidades privadas (título jurídico) – 1T2013.....	43
Quadro 41 – Edificado de entidades privadas – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2011.....	43
Quadro 42 – Edificado de entidades privadas – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2012.....	43
Quadro 43 – Edificado de entidades privadas – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 1T2013 .....	43
Quadro 44 – Terrenos do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2011 .....	44
Quadro 45 – Terrenos do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2012 .....	44
Quadro 46 – Terrenos do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 1T2013.....	44
Quadro 47 – Edificado de entidades privadas – Arrendamentos por ministério - 2011.....	45
Quadro 48 – Edificado de entidades privadas – Arrendamentos por ministério – 2012.....	45
Quadro 49 – Edificado de entidades privadas – Arrendamentos por ministério – 1T2013.....	45
Quadro 50 - Programação sobre regularização jurídica constante nos planos setoriais.....	48
Quadro 51 – Imóveis regularizados por ministério (Comparativo 2011-2012).....	49
Quadro 52 – Dados globais sobre a regularização jurídica por sector (quadriénio 2009-2012)* .....	50
Quadro 53 - Resumo dos planos de avaliação 2012 por ministério .....	57
Quadro 54 - Resumo dos planos de avaliação 2012 por âmbito da propriedade.....	57
Quadro 55 - Resumo dos planos de avaliação (Comparativo 2011-2012) .....	58
Quadro 56 – Resumo dos planos de ocupação 2012 por ministério .....	59
Quadro 57 – Resumo dos planos de ocupação 2012 por âmbito da propriedade .....	59
Quadro 58 – Resumo dos planos de ocupação (Comparativo 2011 – 2012) .....	60
Quadro 59 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação 2012 por ministério.....	61
Quadro 60 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação 2012 por ministério – Tipos de obras previstas nos espaços a intervir .....	61
Quadro 61 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação 2012 por âmbito da propriedade .....	62
Quadro 62 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação 2012 por âmbito da propriedade – Tipos de obras previstas nos espaços a intervir .....	62
Quadro 63 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação (Comparativo 2011-2012) .....	63
Quadro 64 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2012).....	65
Quadro 65 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades.....	66
Quadro 66 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados).....	67
Quadro 67 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2012).....	68
Quadro 68 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2012) .....	68
Quadro 69 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2012).....	70
Quadro 70 – Contratos de financiamento assinados em 2012 .....	70
Quadro 71 – Criação das UGP.....	75
Quadro 72 – Reuniões de trabalho com UGP.....	77

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de adesão das entidades por ministério - 2012 .....	19
Gráfico 2 – Taxa de adesão das entidades por ministério – 1T2013.....	21
Gráfico 3 – N.º de registos por ministério (comparativo 2011 – 2012).....	23
Gráfico 4 – N.º de registos por ministério (comparativo 2012 – 1T2013) .....	24
Gráfico 5 - Grau de realização por ministério - 2012 .....	25
Gráfico 6 - Grau de realização por ministério – 1T2013 .....	25
Gráfico 7 - N.º total de imóveis registados por ministério – 2012 .....	26
Gráfico 8 - N.º total de imóveis registados por ministério – 1T2013 .....	26
Gráfico 9 – Imóveis do tipo edificado - registos completos e incompletos (Comparativo 2009 – 1T2013) ....	31
Gráfico 10 – Distribuição geográfica do edificado e áreas brutas totais por distrito - 2011.....	36
Gráfico 11 – Distribuição geográfica do edificado e áreas brutas totais por distrito - 2012.....	37
Gráfico 12 – Distribuição geográfica do edificado e áreas brutas totais por distrito – 1T2013.....	37
Gráfico 13 – Distribuição geográfica de terrenos e áreas totais por distrito – 2011 .....	38
Gráfico 14 – Distribuição geográfica de terrenos e áreas totais por distrito – 2012 .....	38
Gráfico 15 – Distribuição geográfica de terrenos e áreas totais por distrito – 1T2013 .....	38
Gráfico 16 – Regularização jurídica – Grau de realização por ministério .....	48
Gráfico 17 – Ocupações por ministério .....	52
Gráfico 18 – Áreas de ocupação por ministério .....	53
Gráfico 19 – Encargo anual por ministério .....	53
Gráfico 20 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito.....	66
Gráfico 21 - Decomposição das candidaturas apresentadas.....	69

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resumo dos principais indicadores (Comparativo 2011-2012) .....	15
Figura 2 - Resumo dos principais indicadores (Comparativo 2012-1T2013).....	16
Figura 3 – Decomposição dos registos de imóveis – 2011 .....	27
Figura 4 – Decomposição dos registos de imóveis – 2012.....	27
Figura 5 – Decomposição dos registos de imóveis – 1T2013 .....	28

## LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS

<b>ATA</b>	Autoridade Tributária e Aduaneira
<b>CCGP</b>	Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial
<b>DGTF</b>	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
<b>FRCP</b>	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
<b>IEFP</b>	Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.
<b>IGFEJ</b>	Instituto de Gestão Financeira e de Equipamentos da Justiça
<b>IMTT</b>	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
<b>IPTM</b>	Instituto dos Portos e Transportes Marítimos
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>MAMAOT</b>	Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território
<b>MDN</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e da Ciência
<b>MEE</b>	Ministério da Economia e do Emprego
<b>MF</b>	Ministério das Finanças
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MNE</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MSSS</b>	Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
<b>PCM</b>	Presidência do Conselho de Ministros
<b>PGPI</b>	Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado
<b>PRACE</b>	Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado
<b>PREMAC</b>	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado
<b>RCM</b>	Resolução do Conselho de Ministros
<b>RIAP</b>	Recenseamento dos Imóveis da Administração Pública
<b>SIIE</b>	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
<b>SIOE</b>	Sistema de Informação da Organização do Estado
<b>TC</b>	Tribunal de Contas
<b>UGP</b>	Unidade(s) de Gestão Patrimonial

## LISTA DAS SIGLAS RELATIVAS AO ÂMBITO DAS ENTIDADES

<b>ENTIDADE PRIVADA</b>	
ENTIDADE PRIVADA - SINGULAR	EP
ENTIDADE PRIVADA - COLETIVA	EP
<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</b>	
<b>ÓRGÃO DE SOBERANIA</b>	
GOVERNO	GO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - SPA	ADE
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SPA	AIE
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SEE	SEE
OUTRAS ESTRUTURAS	OE
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA	OE
MINISTÉRIO PÚBLICO	MP
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	PR
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	PR
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	AR
PROVEDOR DE JUSTIÇA	AR
TRIBUNAL	TR
SERVIÇOS DE APOIO	TR
<b>ENTIDADE INDEPENDENTE</b>	<b>EI</b>
<b>REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA</b>	
GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA	RAM
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - SPA	RAM
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SPA	RAM
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SERAM	RAM
OUTRAS ESTRUTURAS	RAM
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA	RAM
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	RAM
<b>REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES</b>	
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	RAA
GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES	RAA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - SPA	RAA
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SPA	RAA
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SPERAA	RAA
OUTRAS ESTRUTURAS	RAA
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA	RAA
<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - SPA	AL
MUNICÍPIO	AL
FREGUESIA	AL
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SPA	AL
MUNICÍPIO	AL
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SEL	AL
ASSOCIAÇÃO PÚBLICA	AL

## 1. SUMÁRIO EXECUTIVO

### 1.1. Fundamento e objetivos do relatório

O presente relatório refere-se ao ano de 2012 e insere-se no âmbito do acompanhamento e controlo da execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário Público do Estado (PGPI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 162/2008, de 24 de outubro, por referência a cada um dos seus principais eixos de atuação e com especificação do grau de cumprimento do princípio da onerosidade, conforme disposto no ponto 7.3. da mencionada RCM.

Tendo o PGPI sido definido para o quadriénio 2009-2012, a Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2011, através do artigo 5.º, procedeu ao aditamento do artigo 113.º - A (Execução do PGPI), ao Decreto-Lei n.º 280/2007 de 7 de agosto, diploma que estabelece as disposições gerais sobre a gestão dos bens imóveis do domínio público do Estado e o regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos, erigindo como obrigação permanente a execução das ações até agora definidas em sede de Lei Orçamental.

A elaboração do presente relatório teve essencialmente por base duas fontes:

- A informação inserida até ao final de 2012 e ainda a informação registada no fim do 1º trimestre de 2013, no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE), plataforma eletrónica implementada ao abrigo da Portaria n.º 95/2009 de 29 de janeiro, relativa a entidades e imóveis;
- A informação constante dos programas sectoriais remetidos à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no decurso do mesmo ano, com vista à regularização jurídica dos imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos ou equiparados e à programação global da ocupação de espaços, da conservação e reabilitação e da rentabilização dos imóveis afetos aos diferentes serviços e organismos da administração pública;
- A informação relativa à aplicação do Princípio da Onerosidade, decorrente da publicação da Portaria n.º 278/2012 de 14 de setembro;
- A informação relativa ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP);

### 1.2. Principais conclusões

Em síntese, o relatório apresenta as seguintes conclusões principais:

#### 1.2.1. Eixo da inventariação

- No âmbito deste eixo do PGPI, foi efetuada a análise dos dados inseridos no SIIE no final do 4º trimestre de 2012 e apurados os resultados referentes ao 1º trimestre de 2013, tendo o respetivo processo condicionado a elaboração e conclusão e apresentação final do presente relatório anual;
- Com efeito, a partir de uma solução *Business Intelligence* (BI) desenvolvida em 2012, que permite um acesso mais amplo, dinâmico e interativo aos dados SIIE, foi implementado um sistema de produção automática dos elementos de suporte inseridos nos relatórios SIIE, o qual foi utilizado para o apuramento dos resultados apresentados neste relatório, mas tendo sido sucessivamente alterado, apenas foi estabilizado em março de 2013;
- Sucede que, já em julho deste ano, foi detetada uma anomalia no processo de apuramento dos dados através da mesma solução BI, suscetível de provocar algumas incongruências de análise, o que motivou uma nova revisão e conseqüente consolidação dos resultados

originariamente obtidos, implicando o diferimento no tempo da apresentação da versão final do presente relatório;

- Por outro lado, esperando-se no final de 2011 uma informação de qualidade mais elevada no SIIE, promoveu-se junto das UGP a revisão geral dos dados inseridos pelas diferentes entidades e na sequência, fixando-se como definitivos os dados extraídos do SIIE a 12/03/2012, tendo-se entendido que o apuramento relativo ao 1T2013 permitiria uma análise comparativa mais consistente;
- Ainda neste sentido, constatou-se terem ocorrido alterações significativas nos dados do SIIE durante o 1T2013, as quais consolidaram informação relevante, dando fundamento a que a análise operada neste relatório abrangesse o referido intervalo temporal de 2013;
- Por fim, no terceiro trimestre de 2012 foram introduzidas novas valências no SIIE que, entre outros aspetos, facultam uma maior autonomia na retificação, atualização e validação de dados por parte das entidades utilizadoras, um maior controle e monitorização por parte da DGTF e um relacionamento mais estreito entre o SIIE e o SIOE, tendo estas melhorias implicado uma diferente metodologia de análise no âmbito deste eixo do PGPI.

### **Entidades**

- Até ao final de 2012 estavam registadas no SIIE 505 entidades, das quais 424 encontravam-se ativas no SIOE, o que representa uma taxa média de adesão de 100%, considerando o universo de referência de organismos cobertos pelo programa de inventariação, cujo total se fixou em 422 entidades;
- Das 505 entidades autorizadas no SIIE, 46% inserem-se na Administração Direta do Estado (ADE), 27% na Administração Indireta do Estado (AIE), 10% no Setor Empresarial do Estado (SEE) e 12% na esfera governamental, percentagens aproximadas daquelas apuradas em 2011.
- No final do 1T2013 verificou-se o aumento do total de entidades aderentes ao SIIE, fixado em 530 entidades e um acréscimo daquelas que neste conjunto se tornaram inativas no SIOE, decorrente da dinâmica do PREMAC, mantendo-se praticamente idênticas a 2012, as percentagens relativas quanto ao âmbito destas entidades.

### **Imóveis**

- No final de 2012, o SIIE apresentou o total de 19.473 registos, correspondente a uma subida de 3% face a 2011; no 1T2013 assistiu-se à tendência inversa, tendo sido apurado o total de 16.504 registos no SIIE, correspondente a um decréscimo de 15% face a 2012, devendo-se este resultado à eliminação de cerca de 3.000 registos da plataforma, promovida pelo MDN;
- O objetivo definido para 2012 pela RCM n.º 162/2008 (100%) foi novamente superado, salientando-se que o número efetivo de registos no SIIE excede largamente o total de imóveis que se considerou como universo de referência;
- No final de 2012 verificou-se no SIIE uma percentagem dominante de registos inseridos pela ADE (60%), face ao conjunto inserido pela AIE (35%), tendência idêntica ao apurado em 2011; no 1T2013, as percentagens relativas tornaram-se praticamente equivalentes entre a ADE (48%) e a AIE (47%), devido ao ajustamento desencadeado pelo MDN;
- Face ao ocorrido em 2011, no final de 2012 e no 1º trimestre de 2013, verificou-se um progressivo decréscimo na percentagem de registos incompletos (17% em 2011, 13% em 2012 e 11% no 1T2013), o que confirma o crescente empenho no aumento de registos completos no SIIE;
- Do total de registos no SIIE em 2012 (19.473), 17.561 constituem edificado (mais 3% que em 2011) e 1.912 correspondem a terrenos (mais 7% que em 2011); no 1T2013, 14.500 correspondem a registos de edificado (menos 17% que em 2012) e 2.005 constituem

registos de terrenos (mais 5% que em 2012), devendo-se a queda no edificado ao processo de revisão do MDN;

- Em 2012, dos 17.561 registos do tipo edificado, 15.105 correspondem a registos completos (mais 8% que em 2011) e 2.456 a registos incompletos (menos 22% que em 2011) e dos 1.912 registos de terrenos, 1.759 encontram-se completos (mais 8% que em 2011) e 153 incompletos (mais 3% que em 2011); no 1T2013 dos 14.500 registos de edificado, 12.918 encontram-se completos (menos 14% que em 2012) e 1.582 incompletos (menos 36% que em 2012) e dos 2.004 registos de terrenos, 1.807 encontram-se completos (mais 3% que em 2012) e 197 incompletos (mais 29% que em 2012);
- Em 2012, do edificado constante no SIIE, 81% constitui propriedade do Estado e corresponde a 94% da área bruta total, a qual sofreu um forte incremento face a 2011 e 10%, constitui propriedade de privados, a que corresponde 1% da área bruta total; quanto ao 1T2013, 79% do edificado constitui propriedade do Estado e 17%, propriedade de privados, subida face a 2012 explicada pelo processo de carregamento de dados da ATA, mantendo-se as respetivas percentagens de áreas brutas totais equiparadas a 2012;
- Do edificado propriedade do Estado apurado em 2012, 77% encontra-se em uso pelo Estado e 13%, em uso por privados; no 1T2013 assiste-se a uma ligeira descida percentual do edificado do Estado utilizado pelo Estado (72%), acompanhada por uma subida da percentagem do edificado do Estado em uso por privados (16%), particularmente induzida pela validação de dados do MDN;
- Em linha com o observado em 2011, em 2012 a maioria dos imóveis do Estado em uso pelo Estado encontram-se cedidos a título gratuito (65%), sobretudo a entidades da ADE e parte igualmente expressiva corresponde a edificado próprio sobretudo ocupado pela AIE (31%); quanto ao 1T2013, a percentagem de cedências a título gratuito foi atenuada em grande parte pela eliminação de registos do MDN (50%), tendo-se registado um aumento percentual no uso de edificado próprio pela AIE (42%);
- Tal como em 2011, em 2012 o edificado do Estado é utilizado por privados sobretudo mediante cedências onerosas (53%) mantendo-se igual tendência no 1T2013;
- Quanto ao edificado que constitui propriedade de privados em uso pelo Estado, em 2012 a maioria encontrava-se arrendado (76%), sobretudo a entidades da ADE e ocupado mediante cedências gratuitas (22%), sobretudo pela ADE e pela AIE; no 1T2013 registou-se um aumento de arrendamentos a privados (83%), particularmente induzido pelo carregamento de dados da ATA;
- No final de 2012 o SIIE apresentou 1.097 arrendamentos de edificado a privados, total aproximado do apurado em 2011, ao qual corresponde um encargo de renda anual de cerca de €76M, para cerca de 890.000m<sup>2</sup> e uma renda média mensal de €7,08/m<sup>2</sup>; no 1T2013 registou-se uma subida acentuada deste total no SIIE, fixado em 1.698 arrendamentos e um encargo anual de cerca de €98M, para cerca de 1.130.000m<sup>2</sup>, originando a renda média mensal de €7,23/m<sup>2</sup>, valores fundamentalmente ditados pelo incremento de dados da ATA;
- No âmbito dos arrendamentos a privados, salienta-se a ausência de dados consistentes relativos ao MJ, que teriam uma influência significativa nos valores e indicadores apurados; no sentido de corrigir esta lacuna e dotar o SIIE de informação correta e atualizada, o MJ está a proceder a uma revisão geral de dados inseridos no sistema, a qual ainda não se encontra concluída.
- Do total de 1.912 terrenos apurado no SIIE em 2012, 56% têm natureza rústica, correspondendo igualmente a 56% da área total e 39% têm natureza urbana e dizem respeito a apenas 2% da área total, resultados aproximados dos apurados em 2011; no 1T2013, a percentagem da área total referente a terrenos de natureza rústica é elevada para 71%;
- Sobre a propriedade destes terrenos, praticamente todos pertencem ao Estado (98%) e encontram-se maioritariamente utilizados pelo Estado (90%), estando distribuídos de modo equitativo entre a ADE, mediante cedências gratuitas e a AIE, como terrenos próprios,

verificando-se que estes resultados mantêm-se equivalentes nos três períodos considerados.

### **1.2.2. Eixo da regularização jurídica**

- Para o acompanhamento e controlo do eixo de regularização jurídica e dos programas sectoriais, em 2012 foi elaborada e assumida uma nova matriz de preenchimento e de recolha de dados, com uma estrutura totalmente distinta das anteriores, que visa um método de preenchimento mais automatizado e expedito e uma análise simultânea dos referidos eixos num único mapa, no qual se encontram reunidos os principais dados identificadores das entidades e dos imóveis, permitindo uma correspondência direta e fundamental com o SIIE;
- Com base nas matrizes remetidas pelas UGP em 2012 e em complemento, no SIIE, ao qual se recorreu nos casos em que se verificou lacuna em campos de caráter programático, foram identificados 7.565 registos SIIE pertencentes ao universo de imóveis do domínio privado do Estado e institutos públicos ou equiparados sujeitos a regularização jurídica, do qual foi apurado que a percentagem global de imóveis considerados regularizados em 2012 se fixou em 74%, ficando esta taxa de execução aquém da meta estabelecida para cumprimento deste eixo do PGPI em 2012 (100%).

### **1.2.3. Eixo do regime de utilização**

- Em 2012 foram desenvolvidos os trabalhos tendentes à regulamentação da implementação gradual do princípio da onerosidade, visando regulamentar os termos em que passa a ser devida uma contrapartida pelas entidades utilizadoras de imóveis do Estado, os quais culminaram na publicação da Portaria 278/2012 de 14 de setembro;
- Mediante uma aplicação informática interna desenvolvida de acordo com as regras definidas neste diploma, destinada ao processamento automatizado e monitorização da informação relativa à onerosidade, foram emitidas listagens dos dados provenientes do SIIE, para validação por parte das UGP, tendo este processo decorrido até 31 de dezembro de 2012;
- Tendo em vista o apuramento das ocupações e montantes envolvidos, no 1T2013 foi fixado um universo potencial de 5.844 ocupações, no qual foram validadas 467 ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade, com uma área bruta global ocupada de cerca de 820.215m<sup>2</sup>, sendo o MAMAOT responsável por 52% do total das ocupações validadas;
- As 467 ocupações validadas correspondem a uma previsão de receita mensal para 2013 de €410.107,50, sendo o MAMAOT, o MDN, o MNE e o MSSS, os ministérios com encargos mais elevados;
- No âmbito da gestão da informação sobre o património imobiliário esperava-se uma colaboração mais ativa por parte de algumas UGP sendo que no caso do MJ, a ausência de dados não permitiu a aplicação do princípio da onerosidade aos serviços deste ministério que ocupam imóveis do Estado;
- Sem prejuízo dos processos de validação levados a cabo, a falta de estabilização da maioria dos universos de entidades por ministério, no âmbito do SIIE e na sequência do PREMAC e a persistência de diferentes lacunas e incongruências na informação constante no sistema comprometem a fiabilidade dos dados que suportam a aplicação do princípio da onerosidade.

### **1.2.4. Eixos da programação da ocupação e da conservação e reabilitação**

- Numa análise meramente quantitativa, os resultados globais relativos aos planos sectoriais, remetidos em 2012 pelas UGP, através da matriz geral elaborada para o acompanhamento e controlo do eixo de regularização jurídica e dos programas sectoriais, ressalvada a

escassa representatividade dos dados recebidos, sobretudo devido à insuficiência no preenchimento de campos de carácter programático, resumem-se do seguinte modo:

- Todos os ministérios exceto o MDN remeteram a matriz geral, onde se concentram os dados sobre a programação de avaliações, os planos de ocupação de espaço e os planos de conservação e reabilitação de imóveis, para além dos dados sobre o eixo da regularização jurídica;
- Sem prejuízo do dever de prestação de informação inerente aos programas sectoriais, a ausência de resposta por parte do MDN é explicada pelo amplo processo de validação de dados, que culminou na eliminação de cerca de 3.000 registos no SIIE, de um total aproximado de 4.600 registos;
- Na matriz geral registaram-se 13.192 ocupações, correspondentes a 11.420 imóveis com registo SIIE e 1.518 imóveis sem registo SIIE, perfazendo um total de 12.938 imóveis;
- Sobre o programa de avaliações foi apurada a avaliação de 1.710 imóveis num montante global estimado de cerca de € 2.243M, prevendo-se a avaliação de 2.143 imóveis;
- Quanto aos planos de ocupação, estima-se a libertação de 692 espaços com uma área bruta aproximada de 450.000m<sup>2</sup> e a ocupação de 15 espaços com cerca de 3.000m<sup>2</sup>;
- No âmbito dos planos de conservação e reabilitação, foi apurado um total de 509 imóveis a interencionar, com uma estimativa total de custos na ordem dos € 303M, prevendo-se que 222 destes imóveis fossem interencionados em 2012, envolvendo cerca de € 82M; do total de obras previstas, apurou-se um conjunto de 41 candidaturas ao FRCP, referente a uma estimativa de cerca de € 19M.

### **Fundo de Conservação e Reabilitação Patrimonial**

- A atividade do FRCP foi influenciada pelas medidas de contenção orçamental, que se refletiram ao nível da execução financeira dos projetos aprovados, com a dificuldade acrescida pelas entidades beneficiárias na obtenção dos despachos autorizadores para o lançamento dos procedimentos de contratação pública, nos prazos programados; por outro lado, o atraso no processo de reestruturação dos serviços no âmbito do PREMAC, que nalguns casos implicou a fusão e centralização dos orçamentos e a transição dos processos das candidaturas para novos organismos, condicionou fortemente a dinâmica do FRCP;
- Até ao final de 2012 foram apresentadas 147 candidaturas ao FRCP, que envolviam um investimento previsto total de €107M, montante situado bastante acima da disponibilidade do FRCP, correspondente a cerca de €41M, concentrando-se o maior número de candidaturas na esfera do MS, do MAMAOT e da PCM;
- O ano de 2012 registou face a 2011, um acréscimo no total de candidaturas apresentadas, devido maioritariamente ao MAI, o qual no entanto corresponde a uma estimativa orçamental mais reduzida, dado que parte das intervenções propostas remetem para valores inferiores a €100.000;
- Em 2012 foram celebrados 9 contratos de financiamento correspondentes a um total de €1.239.392,45, estando parte desta verba inscrita no orçamento de 2013, em virtude da existência de contratos que envolvem encargos plurianuais; a estes contratos correspondeu uma execução física e financeira de apenas €129.711,21;
- Determinada a obrigatoriedade de aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) nos serviços e fundos autónomos, através de modalidade disponibilizada pela ESPAP, IP, em 2012 foram desencadeadas ações de formação e iniciados os trabalhos preparatórios com vista à operacionalização da solução GeRFiP, a qual visa o registo contabilístico dos processos orçamentais, administrativos e financeiros de acordo com as regras do POCP e a normalização de procedimentos.

- Para 2013 assinalam-se as iniciativas legislativas que culminaram nas alterações ao Decreto-lei nº24/2009 de 21 de janeiro, conferidas pela Lei nº66-A/2012 de 31 de dezembro (OE para 2013), as quais se referem ao objeto e finalidade do FRCP, alargando o financiamento a operações de ampliação e de adaptação de imóveis e as fontes de financiamento, que passam a contemplar até 50% das receitas resultantes do arrendamento de imóveis do Estado, sendo ainda nesta matéria de considerar os efeitos da Portaria nº278/2012 de 14 de Setembro, a qual fixou a afetação ao FRCP de 49% da receita proveniente da aplicação do princípio da onerosidade;
- Em 2013 pretende-se o desenvolvimento e a implementação de um formulário em suporte digital, que permita a apresentação *on line* de candidaturas ao FRCP por parte dos serviços beneficiários, no sentido de ser agilizada a respetiva tramitação processual.

### **1.2.5. Eixo da gestão do Domínio Público**

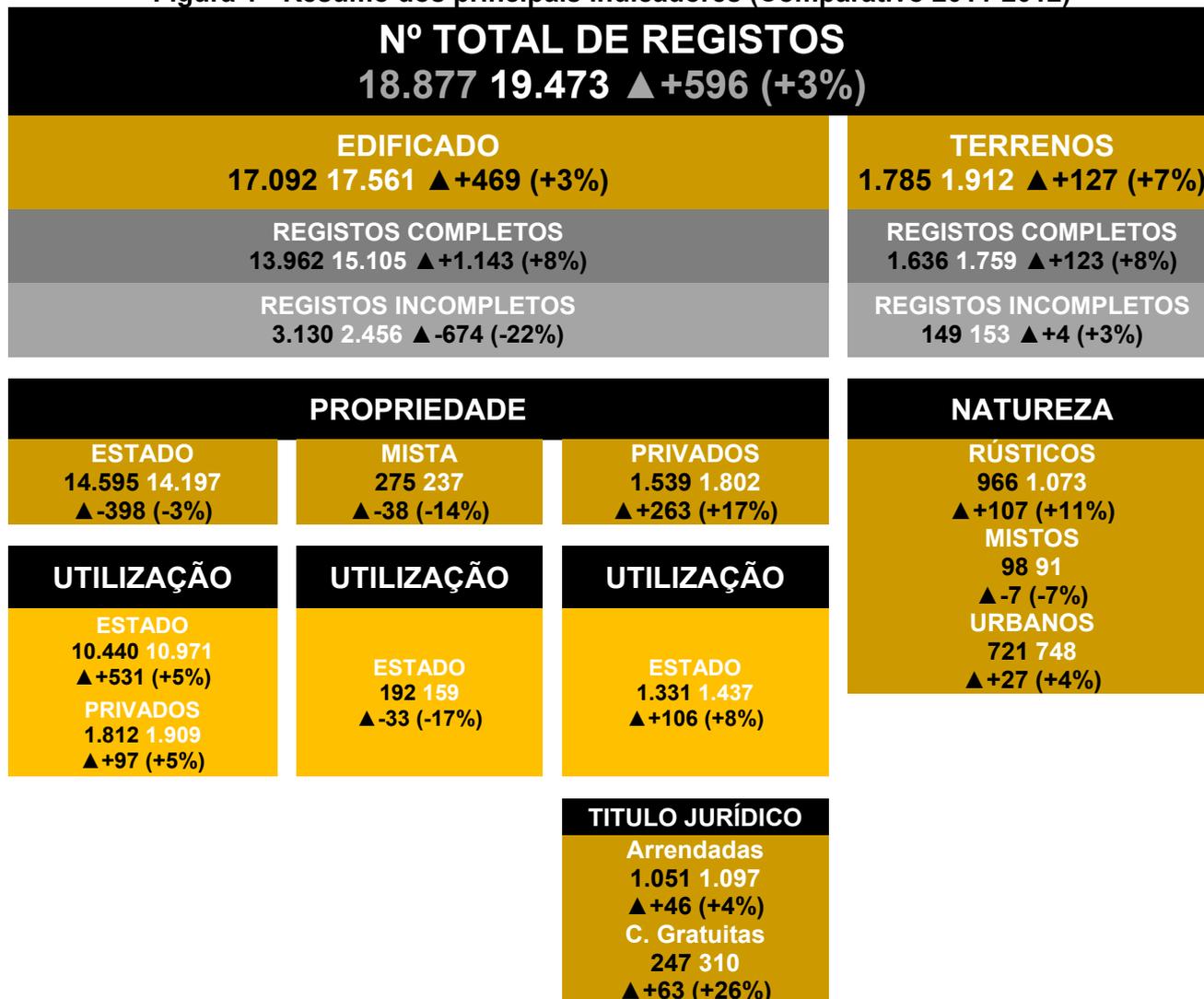
- Subsistindo a ausência de um regime geral de utilização e exploração dos bens imóveis do domínio público, para a criação de melhores condições de preservação do património e fruição pelos cidadãos e a proteção do interesse público, em 2009 iniciou-se um processo legislativo com o objetivo de colmatar esta lacuna que há muito persiste no nosso ordenamento jurídico, através da apresentação de uma proposta de lei entretanto caducada; em 2012 não foram desenvolvidas novas diligências no sentido de retomar este processo legislativo, estando assim por dar cumprimento aos objetivos previstos no PGPI em matéria de bens imóveis do domínio público.

### **1.2.6. Eixo do acompanhamento e controlo da execução do PGPI**

- Tal como em 2011, a tarefa de controlo e acompanhamento do PGPI em 2012 confrontou-se com dificuldades decorrentes de circunstâncias tais como a implementação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), processo que determinou uma reorganização física e funcional dos serviços públicos e implicou uma alteração estrutural no acompanhamento do PGPI, nomeadamente nas UGP;
- A maioria destas estruturas, embora vocacionadas para um controlo ao nível ministerial, não instituíram procedimentos formais de validação de informação, no âmbito do PGPI;
- Por outro lado, o processo de criação das UGP e respetiva publicação em DR, encontra-se ainda em curso, estando formalmente criadas em 2012 as UGP dos seguintes ministérios: MNE, MAI, MAMAOT, MSSS e MEC; contudo as leis orgânicas das SG dos restantes ministérios, fazem referência à inventariação do património imobiliário, assegurando em parte esta competência;
- Por motivos relacionados com a operacionalização do PREMAC, em 2012 apenas foi realizada uma reunião ordinária, a dia 11 de janeiro, pelo Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial (CCGP), na qual foram divulgados os principais resultados da execução do PGPI relativamente a 2011;
- Para além das funções correntes de monitorização do SIIE, no final de 2012 foram desencadeadas reuniões de trabalho com as UGP dos diferentes ministérios, onde se abordaram aspetos relacionados com a inventariação e a regularização jurídica e onde foi dado particular enfoque à aplicação do princípio da onerosidade;
- Durante o ano de 2012 foram preparados dois módulos para integração no SIIE, sustentados na informação prestada pela plataforma, estando um destinado à georreferenciação dos imóveis e outro, à monitorização, reporte e análise de dados, o qual está assente numa solução Business Intelligence (BI); ambas as valências encontram-se vocacionadas para efeitos decisórios, cuja implementação se pretende que venha a ocorrer em 2013.

Os dados sobre o eixo de inventariação resumem-se do seguinte modo:

Figura 1 - Resumo dos principais indicadores (Comparativo 2011-2012)



(nº registos 2011) (nº registos 2012) ▲ (variação absoluta) (variação percentual)

Figura 2 - Resumo dos principais indicadores (Comparativo 2012-1T2013)

<b>Nº TOTAL DE REGISTOS</b>		
<b>19.473 16.504 ▲ -2.969 (-15%)</b>		
<b>EDIFICADO</b>		<b>TERRENOS</b>
17.561	14.500	1.912 2.004
▲ -3.061 (-17%)		▲ +92 (+5%)
<b>REGISTOS COMPLETOS</b>		<b>REGISTOS COMPLETOS</b>
15.105	12.918	1.759 1.807
▲ -2.187 (-14%)		▲ +48 (+3%)
<b>REGISTOS INCOMPLETOS</b>		<b>REGISTOS INCOMPLETOS</b>
2.456	1.582	153 197
▲ -874 (-36%)		▲ +44 (+29%)
<b>PROPRIEDADE</b>		
<b>ESTADO</b>	<b>MISTA</b>	<b>PRIVADOS</b>
14.197 11.451	237 240	1.802 2.416
▲ -2.746 (-19%)	▲ +3 (+1%)	▲ +614 (+34%)
<b>UTILIZAÇÃO</b>		<b>UTILIZAÇÃO</b>
<b>ESTADO</b>	<b>ESTADO</b>	<b>ESTADO</b>
10.971 8.271	159 162	1.437 2.038
▲ -2.700 (-25%)	▲ +3 (+2%)	▲ +601 (+42%)
<b>PRIVADOS</b>		
1.909 1.889		
▲ -20 (-1%)		
<b>TÍTULO JURÍDICO</b>		
<b>Arrendadas</b>		
1.097 1.698		
▲ +601 (+55%)		
<b>C. Gratuitas</b>		
310 310		
▲ 0 (0%)		
<b>NATUREZA</b>		
<b>RÚSTICOS</b>		
1.075 1.141		
▲ +66 (+6%)		
<b>MISTOS</b>		
92 93		
▲ +1 (+1%)		
<b>URBANOS</b>		
747 771		
▲ +24 (+3%)		

(nº registos 2012) (nº registos 1T2013) ▲ (variação absoluta) (variação percentual)

## 2. EIXO DA INVENTARIAÇÃO

### 2.1. Introdução

Relativamente ao Eixo de Inventariação, em cumprimento do estipulado nos respetivos diplomas legais e tal como nos anos anteriores, foram apurados em 2012 os resultados obtidos através do SIIE no termo de cada trimestre, com vista à elaboração de relatórios de progresso, integrando-se no presente relatório a análise dos dados referentes ao 4º trimestre de 2012 e ainda os resultados obtidos no final do 1º trimestre de 2013, dado que, no âmbito da elaboração do relatório PGPI antecedente, foi identificado no final de 2011 um conjunto de irregularidades que afetavam significativamente os apuramentos finais, tendo-se entendido adequado que as respetivas entidades e UGP procedessem a uma revisão geral, após a qual foram considerados como definitivos os dados extraídos do SIIE a 12/03/2012.

Contudo, importa esclarecer que o processo de análise de dados relativo a estes dois trimestres condicionou a elaboração do presente relatório anual. Com efeito, a necessidade de melhorias na gestão do património imobiliário do Estado, determinou ainda em 2011 que a DGTF tivesse identificado e promovido o desenvolvimento de uma solução que visasse o tratamento da informação do SIIE de forma mais ampla e interativa, reportada a diferentes fases temporais, através do designado *Business Intelligence* (BI). Esta solução teve como principal objetivo a construção de um modelo analítico, através da criação de *Data Marts* com vista à geração de relatórios e *dashboards* de apoio à gestão, com funcionalidades de análise e reporte que permitem um acesso dinâmico à informação e potenciam a identificação de situações anómalas, com impacto direto na qualidade dos dados no SIIE.

Com base na solução BI, a partir de Novembro de 2012 foi ainda implementado um sistema de produção automática dos elementos de suporte à elaboração dos relatórios sobre o SIIE, o qual foi sucessivamente submetido a alterações até março deste ano e paralelamente adotado para apuramento dos resultados destinados a este relatório. No decurso deste processo simultâneo de análise de dados e ensaio do sistema, foram postas a descoberto diferentes inconsistências, que antes eram manualmente retificadas sobre o volume de dados diretamente extraídos do SIIE, as quais viriam a comprometer o resultado obtido, nalguns casos com manifesta evidência nos elementos de suporte, o que determinou a necessidade de serem subtraídas destes elementos, de modo a obter-se a coerência esperada.

Por outro lado, sendo o SIIE um sistema dinâmico em permanente atualização e constatando-se que ocorreram alterações significativas nos dados do SIIE entre o final do 4º trimestre de 2012 e o final do 1º trimestre de 2013, que consolidaram informação relevante, considerou-se oportuno que a análise operada neste relatório abrangesse este intervalo temporal de 2013, acrescentando-se ainda que, para a tomada desta decisão concorreu o facto de, tal como já referido, no relatório anual do PGPI do ano transato se terem fixado como definitivos os dados extraídos da plataforma a 12/03/2012, permitindo-se uma análise comparativa mais consistente.

No que respeita à qualidade dos dados, salientam-se as profundas melhorias introduzidas no SIIE, no terceiro trimestre de 2012, promovidas pela DGTF, na sequência do acompanhamento da atividade do SIIE e de recomendações do Tribunal de Contas. O objetivo principal dessas melhorias foi o incremento de novas valências e funcionalidades no SIIE que, entre outros aspetos, retificaram deficiências detetadas e facultaram maior autonomia na validação e atualização de dados por parte dos utilizadores e maior controle e monitorização por parte da DGTF, sublinhando-se ainda a caracterização das entidades, através de um relacionamento mais estreito entre o SIIE e o SIOE.

## 2.2. Entidades

No âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC) e na sequência da publicação da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011 de 12 de julho, grande parte das entidades, serviços e organismos públicos transitaram para a tutela de diferentes ministérios. Neste sentido, atendendo particularmente ao disposto no n.º 2 do art.21º do referido diploma, segundo o qual os direitos e obrigações de que estes eram titulares transferem-se automaticamente para os departamentos criados, sem dependência de qualquer formalidade e tendo em conta a análise sobre as entidades referente a 2011, estas foram reagrupadas e consideradas segundo a nova estrutura orgânica governamental, fundamentalmente com o apoio da informação disponibilizada pelo SIOE.

Contudo, no que se refere ao universo de referência de organismos cobertos pelo Programa de Inventariação, o reflexo do PREMAC no SIIE, em particular da dinâmica subjacente aos processos de extinção, fusão, reestruturação e criação de organismos, potenciou no decurso de 2012 a dificuldade no controlo e apuramento do referido universo. Com efeito, embora o SIOE constitua a fonte fundamental de identificação e classificação de organismos no SIIE, o registo das novas entidades no SIOE decorrente da publicação gradual das respetivas leis orgânicas, não é refletido em tempo real nos registos SIIE, havendo a necessidade destes serem submetidos a um processo de reafecção a essas novas entidades, através de funcionalidade específica no SIIE, o que explica que permaneçam na plataforma entidades inativas no SIOE agregadas a registos de imóveis, enquanto o processo de reafecção desses registos não estiver concluído.

Por outro lado, tendo em conta que, ao longo da vigência do PGPI, definido e aprovado pela RCM n.º 162/2008 de 24 de outubro, os universos de referência considerados para entidades e imóveis foram essencialmente baseados nos dados obtidos através dos planos sectoriais (PS), em 2012 a informação prestada por estes instrumentos foi insuficiente para o apuramento dos universos.

Assim, em virtude de se mostrarem desatualizados na sequência do PREMAC, os universos considerados para o final de 2012 foram ajustados com recurso ao SIIE, o que se justifica pelo evidente grau de maturidade e fiabilidade da plataforma, mas sobretudo, pelo processo de reafecção de imóveis em curso, o qual tem vindo a ser acompanhado com o apoio das UGP e que é naturalmente o modo mais rigoroso de apuramento dos conjuntos de referência, embora de momento apenas possam ser considerados estabilizados os universos de entidades de quatro ministérios (MAI, MF, MDN e MSSS).

Contudo, refira-se que, dada a sucessiva publicação das leis orgânicas e respetivos diplomas regulamentares decorrentes do PREMAC, ao longo do ano transato, foram desencadeados diferentes procedimentos para a estabilização dos universos, dos quais se salienta a consulta aos ministérios efetuada em julho de 2012, com base em listagem resultante do cruzamento de dados sobre entidades no SIOE, com o seu estado de adesão ao SIIE, atualizada a 25/06/2012.

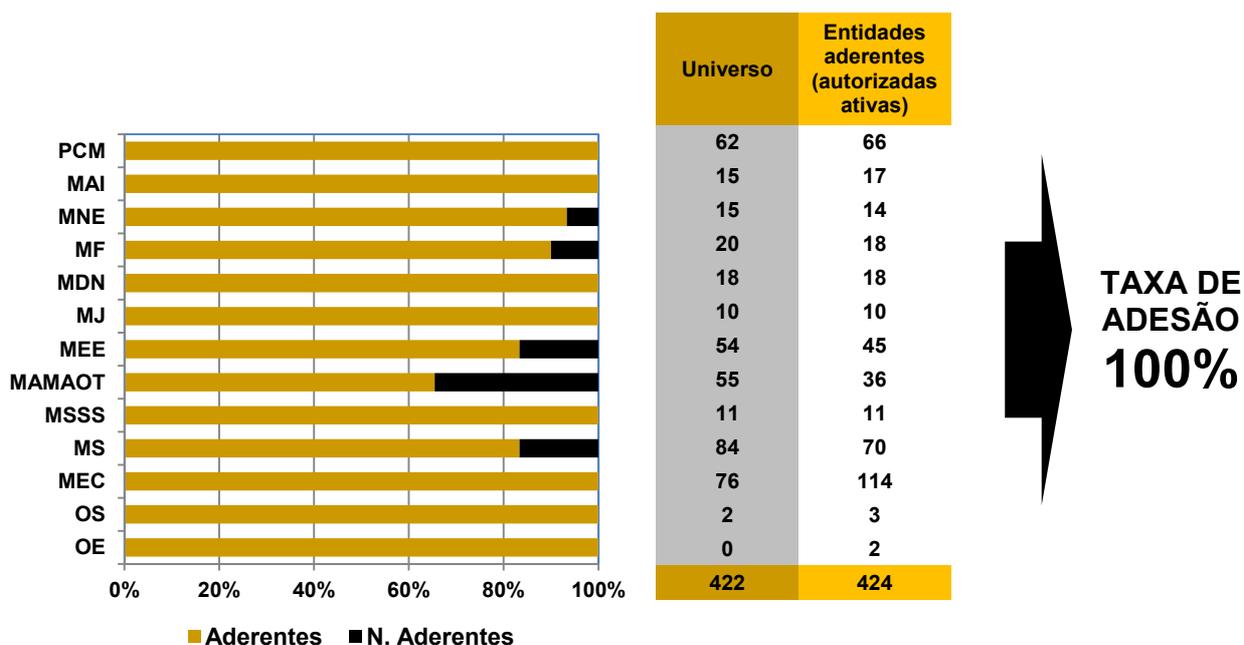
Assim, no final de 2012 e conforme o quadro seguinte, encontravam-se autorizadas no SIIE 505 entidades, das quais 424 estavam ativas no SIOE, ou seja, 81 teriam sido formalmente extintas, reestruturadas ou sujeitas a qualquer outra alteração orgânica ou funcional. Do total de 505 entidades, 343 foram criadoras de registos de imóveis no SIIE.

**Quadro 1 – Entidades por ministério - 2012**

MINISTÉRIO	UNIVERSO	ENTIDADES AUTORIZADAS			ENTIDADES CRIADORAS	REGISTOS
		ACTIVAS (SIOE)	INACTIVAS (SIOE)	TOTAIS		
PCM	62	66	3	69	51	464
MAI	15	17	17	34	24	3.653
MNE	15	14	1	15	4	266
MF	20	18	5	23	14	1.396
MDN	18	18	0	18	12	4.632
MJ	10	10	0	10	1	1.181
MEE	54	45	0	45	29	1.312
MAMAOT	55	36	8	44	35	2.449
MSSS	11	11	0	11	6	285
MS	84	70	15	85	80	2.780
MEC	76	114	9	123	79	1.043
OS	2	3	23	26	7	11
OE	0	2	0	2	1	1
<b>TOTAIS</b>	<b>422</b>	<b>424</b>	<b>81</b>	<b>505</b>	<b>343</b>	<b>19.473</b>

Em 2012, a taxa média de adesão de entidades ao SIIE fixou-se em 100%. No entanto, para esta percentagem concorre a existência de entidades que ultrapassam os respetivos universos por ministério, sobretudo no caso do MEC, onde se verificou uma adesão ao SIIE de agrupamentos escolares, desencadeada no âmbito de um inquérito promovido pela Direção-Geral de Arquivos junto destas entidades, que motivou o seu pedido de adesão à plataforma, embora não constem no universo do MEC. Os casos em que o universo é superior ao conjunto de entidades aderentes, correspondem na generalidade a ministérios que se encontram em processo de reafecção de registos no SIIE.

**Gráfico 1 - Taxa de adesão das entidades por ministério - 2012**



Comparativamente a 2011, registou-se um aumento da adesão de entidades ao SIIE, sobretudo pautado pela referida adesão de agrupamentos escolares e um ligeiro acréscimo do total de registos. Com efeito, o reflexo no SIIE das alterações orgânicas ocorridas ao longo do ano de 2012 será na realidade mais expressivo no final do 1º trimestre de 2013.

**Quadro 2 - Entidades autorizadas e registos criados por ministério (comparativo 2011-2012)**

MINISTÉRIO	2011				2012			
	ENTIDADES <sup>1</sup>		REGISTOS		ENTIDADES		REGISTOS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PCM	74	16%	458	2%	69	14%	464	2%
MAI	35	8%	3.720	20%	34	7%	3.653	19%
MNE	15	3%	282	1%	15	3%	266	1%
MF	21	5%	477	3%	23	5%	1.396	7%
MDN	10	2%	5.194	28%	18	4%	4.632	24%
MJ	10	2%	1.168	6%	10	2%	1.181	6%
MEE	47	10%	1.247	7%	45	9%	1.312	7%
MAMAOT	46	10%	2.355	12%	44	9%	2.449	13%
MSSS	11	2%	278	1%	11	2%	285	1%
MS	90	20%	2.759	15%	85	17%	2.780	14%
MEC	84	19%	933	5%	123	24%	1.043	5%
OS	6	1%	5	0%	26	5%	11	0%
OE	1	0%	1	0%	2	0%	1	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>450</b>	<b>100%</b>	<b>18.877</b>	<b>100%</b>	<b>505</b>	<b>100%</b>	<b>19.473</b>	<b>100%</b>

Tal como anteriormente referido, do conjunto de melhorias funcionais introduzidas no SIIE em 2012 resultou um maior vínculo com o SIOE no processo de validação e caracterização das entidades, que influenciou a metodologia de análise neste relatório, em particular no que se refere à classificação das entidades segundo o seu âmbito, tendo havido necessidade de revisão dos dados de 2011, a fim de serem exequíveis os comparativos apresentados. Assim, quanto ao âmbito das entidades, assinala-se um equilíbrio geral entre as percentagens relativas apuradas para os dois anos, mantendo-se a predominância daquelas inseridas na ADE.

**Quadro 3 – Entidades autorizadas e registos criados por âmbito (comparativo 2011-2012)**

ÂMBITO	2011				2012			
	ENTIDADES		REGISTOS		ENTIDADES		REGISTOS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ADE	180	40%	11.504	61%	233	46%	11.760	60%
AIE	144	32%	6.609	35%	137	27%	6.893	35%
SEE	50	11%	721	4%	51	10%	721	4%
GO	54	12%	13	0%	60	12%	12	0%
OE	15	3%	7	0%	15	3%	14	0%
EI	3	1%	18	0%	5	1%	19	0%
TR	3	1%	3	0%	3	1%	3	0%
PR	1	0%	2	0%	1	0%	2	0%
n.d.	-	-	-	-	-	-	49	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>450</b>	<b>100%</b>	<b>18.877</b>	<b>100%</b>	<b>505</b>	<b>100%</b>	<b>19.473</b>	<b>100%</b>

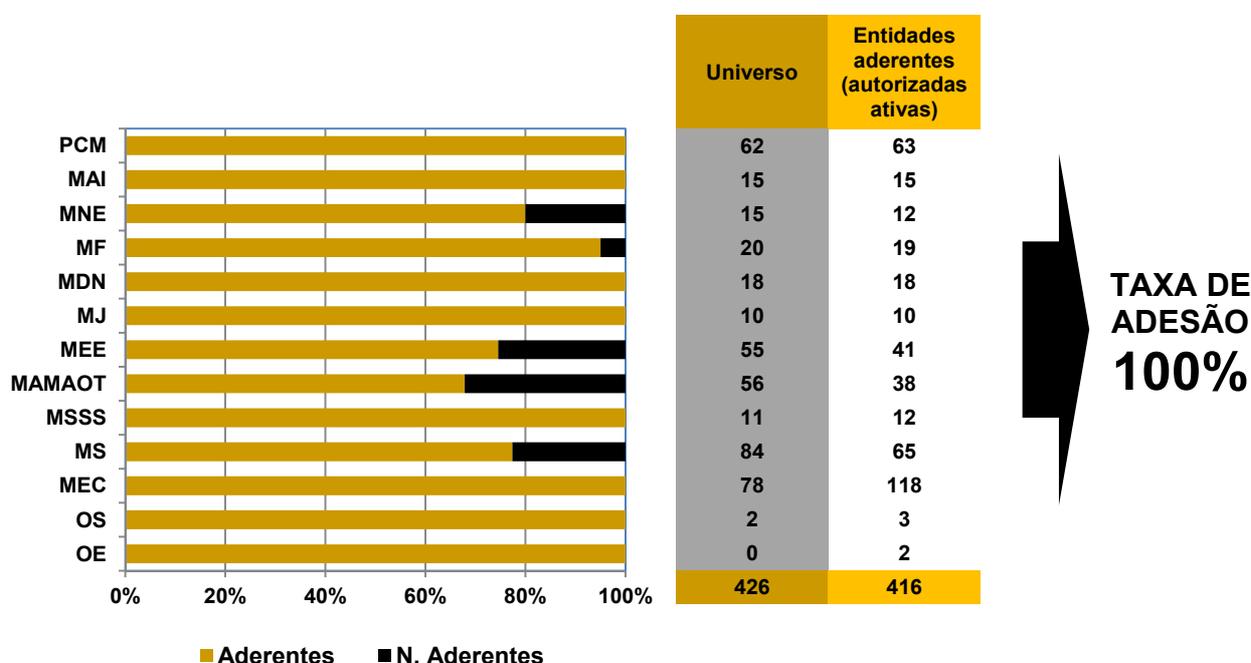
<sup>1</sup> No relatório anual PGPI 2011 foram referidas 431 entidades autorizadas no SIIE em 2011. Na realidade este total fixou-se em 450 entidades, tendo sido apenas consideradas aquelas que simultaneamente pertenciam ao universo, pelo que, na presente análise, para efeitos comparativos 2011-2012, foi tido em conta o total de 450 entidades.

Quanto ao primeiro trimestre de 2013, observa-se a tendência para o aumento do total de entidades autorizadas no SIIE, acompanhado por um acréscimo daquelas que neste conjunto se tornam inativas no SIOE, o que revela a dinâmica da reafecção de registos em curso e de modo mais generalizado, o decréscimo de organismos ditado pelo PREMAC. O universo considerado neste trimestre foi ajustado tendo em conta as entidades entretanto autorizadas no SIIE durante este período de tempo.

**Quadro 4 – Entidades por ministério – 1T2013**

MINISTÉRIO	UNIVERSO	ENTIDADES AUTORIZADAS			ENTIDADES CRIADORAS	REGISTOS
		ACTIVAS (SIOE)	INACTIVAS (SIOE)	TOTAIS		
PCM	62	63	6	69	49	457
MAI	15	15	19	34	23	3.652
MNE	15	12	3	15	4	262
MF	20	19	6	25	14	1.329
MDN	18	18	0	18	13	1.543
MJ	10	10	0	10	1	1.183
MEE	55	41	4	45	29	1.285
MAMAOT	56	38	18	56	36	2.527
MSSS	11	12	0	12	6	274
MS	84	65	21	86	80	2.777
MEC	78	118	14	132	79	1.206
OS	2	3	23	26	5	8
OE	0	2	0	2	1	1
<b>TOTAIS</b>	<b>426</b>	<b>416</b>	<b>114</b>	<b>530</b>	<b>340</b>	<b>16.504</b>

**Gráfico 2 – Taxa de adesão das entidades por ministério – 1T2013**



O aumento do número de entidades autorizadas no SIIE verificado no primeiro trimestre de 2013, concentra-se essencialmente no MEC e no MAMAOT, ministérios que se encontram em processo de reafecção de registos no SIIE.

**Quadro 5 – Entidades autorizadas e registos criados por ministério (comparativo 2012-1T2013)**

MINISTÉRIO	2012				1T2013			
	ENTIDADES		REGISTOS		ENTIDADES		REGISTOS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PCM	69	14%	464	2%	69	13%	457	3%
MAI	34	7%	3.653	19%	34	6%	3.652	22%
MNE	15	3%	266	1%	15	3%	262	2%
MF	23	5%	1.396	7%	25	5%	1.329	8%
MDN	18	4%	4.632	24%	18	3%	1.543	9%
MJ	10	2%	1.181	6%	10	2%	1.183	7%
MEE	45	9%	1.312	7%	45	8%	1.285	8%
MAMAOT	44	9%	2.449	13%	56	11%	2.527	15%
MSSS	11	2%	285	1%	12	2%	274	2%
MS	85	17%	2.780	14%	86	16%	2.777	17%
MEC	123	24%	1.043	5%	132	25%	1.206	7%
OS	26	5%	11	0%	26	5%	8	0%
OE	2	0%	1	0%	2	0%	1	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>505</b>	<b>100%</b>	<b>19.473</b>	<b>100%</b>	<b>530</b>	<b>100%</b>	<b>16.504</b>	<b>100%</b>

Quanto ao âmbito das entidades, em 2013 as percentagens relativas mantêm-se idênticas a 2012.

**Quadro 6 – Entidades autorizadas e registos criados por âmbito (comparativo 2012-1T2013)**

ÂMBITO	2012				1T2013			
	ENTIDADES		REGISTOS		ENTIDADES		REGISTOS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ADE	233	46%	11.760	60%	245	46%	7.989	48%
AIE	137	27%	6.893	35%	143	27%	7.692	47%
SEE	51	10%	721	4%	51	10%	723	4%
GO	60	12%	12	0%	67	13%	14	0%
OE	15	3%	14	0%	15	3%	11	0%
EI	5	1%	19	0%	5	1%	21	0%
TR	3	1%	3	0%	3	1%	3	0%
PR	1	0%	2	0%	1	0%	2	0%
n.d.	-	-	49	0%	0	0%	49	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>505</b>	<b>100%</b>	<b>19.473</b>	<b>100%</b>	<b>530</b>	<b>100%</b>	<b>16.504</b>	<b>100%</b>

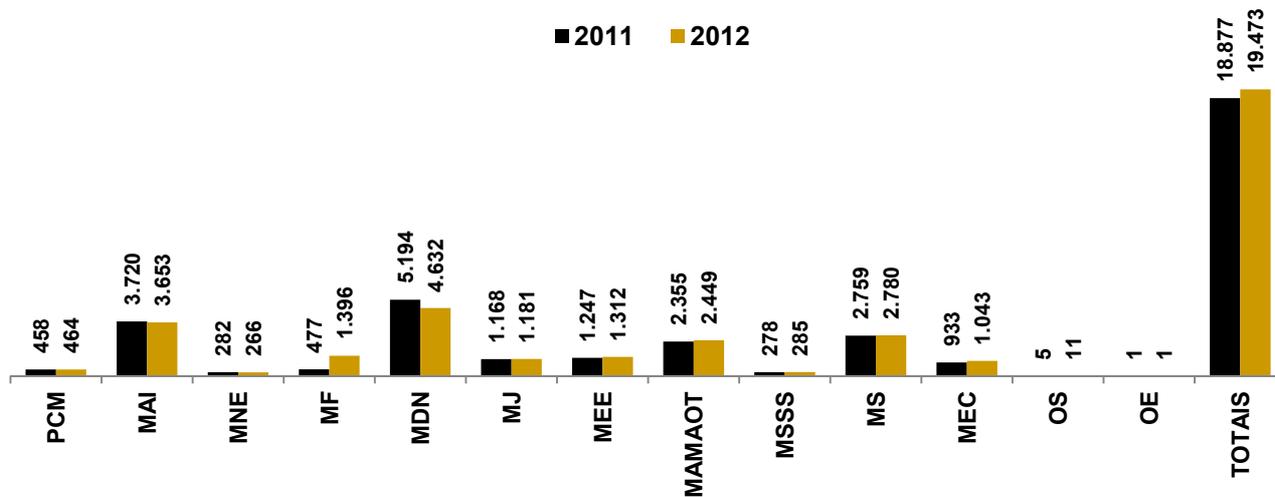
### 2.3. Imóveis

No final de 2012 foi apurado o total de 19.473 registos no SIIE, o que se traduz apenas um aumento de 3% face a 2011 (18.877 registos), observando-se contudo variações acentuadas por ministério, conforme o quadro e o gráfico seguintes. Com efeito, praticamente todos os ministérios aumentaram o número de registos no SIIE de 2011 para 2012, exceto o MNE e o MAI, cujo decréscimo é de carácter meramente residual e o MDN, cujo decréscimo ocorreu sobretudo pelo processo de validação de dados iniciado no final deste ano, que desencadeou a eliminação significativa de registos. O acentuado aumento de registos do MF deveu-se à importação de dados iniciada no final de 2012 pela Autoridade Tributária e Aduaneira, correspondente à significativa quantidade de imóveis que se encontram afetos a este organismo. Embora em menor escala, as variações apuradas por ministério foram ainda motivadas por processos de abate decorrentes de desocupação de espaços, alienações, rescisões de contratos de arrendamento, etc.

**Quadro 7 – Registos por Ministério (comparativo 2011 - 2012)**

MINISTÉRIO	2011	2012	VAR 2011-2012	
			Nº	%
PCM	458	464	6	1%
MAI	3.720	3.653	-67	-2%
MNE	282	266	-16	-6%
MF	477	1.396	919	193%
MDN	5.194	4.632	-562	-11%
MJ	1.168	1.181	13	1%
MEE	1.247	1.312	65	5%
MAMAOT	2.355	2.449	94	4%
MSSS	278	285	7	3%
MS	2.759	2.780	21	1%
MEC	933	1.043	110	12%
OS	5	11	6	120%
OE	1	1	0	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>18.877</b>	<b>19.473</b>	<b>596</b>	<b>3%</b>

**Gráfico 3 – Nº de registos por ministério (comparativo 2011 – 2012)**

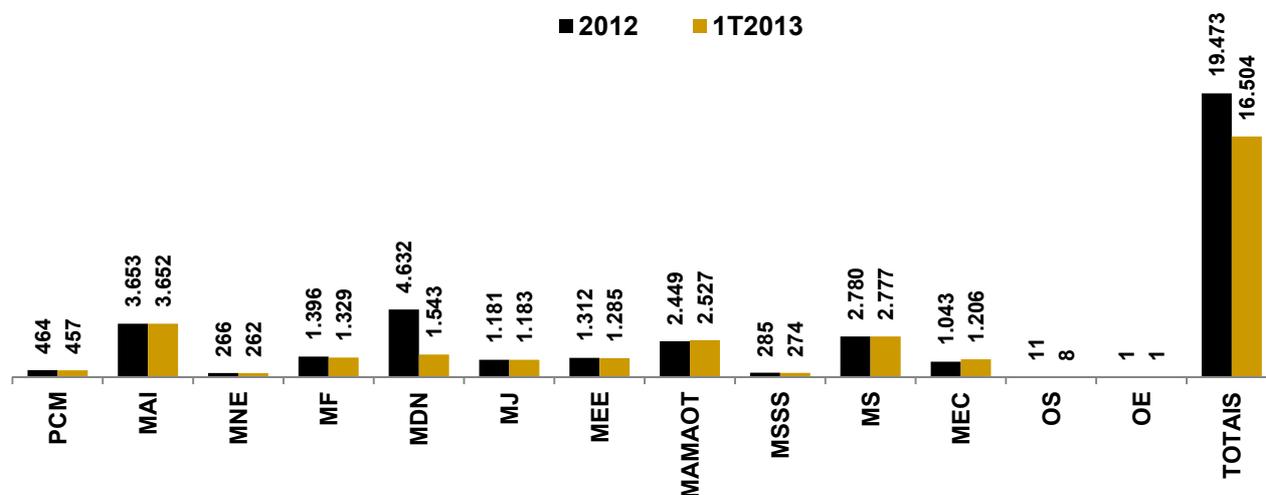


No primeiro trimestre de 2013, foi apurado o total de 16.504 registos no SIIE, correspondente a um decréscimo de 15% face ao apurado no final de 2012 (19.473 registos). Este significativo abatimento de imóveis na plataforma eletrónica deveu-se ao término do referido processo de validação de imóveis no SIIE efetuado pelo MDN, que contemplou uma mudança de estratégia sobre o modo de introdução de informação no SIIE e culminou na eliminação efetiva de cerca de 3.000 registos no final deste trimestre, sendo expetável que daqui em diante o total de registos no SIIE se mantenha sem amplitudes assinaláveis.

**Quadro 8 – Registos por Ministério (comparativo 2012 – 1T2013)**

MINISTÉRIO	2012	1T2013	VAR 2012 - 1T2013	
			Nº	%
PCM	464	457	-7	-2%
MAI	3.653	3.652	-1	0%
MNE	266	262	-4	-2%
MF	1.396	1.329	-67	-5%
MDN	4.632	1.543	-3.089	-67%
MJ	1.181	1.183	2	0%
MEE	1.312	1.285	-27	-2%
MAMAOT	2.449	2.527	78	3%
MSSS	285	274	-11	-4%
MS	2.780	2.777	-3	0%
MEC	1.043	1.206	163	16%
OS	11	8	-3	-27%
OE	1	1	0	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>19.473</b>	<b>16.504</b>	<b>-2.969</b>	<b>-15%</b>

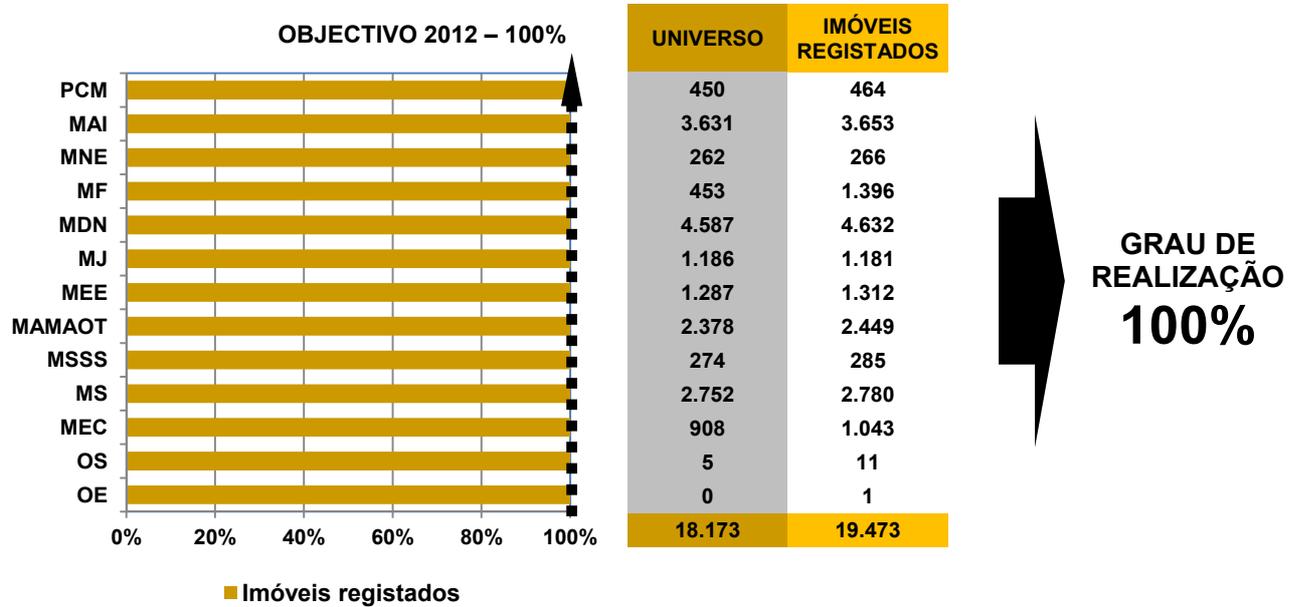
**Gráfico 4 – Nº de registos por ministério (comparativo 2012 – 1T2013)**



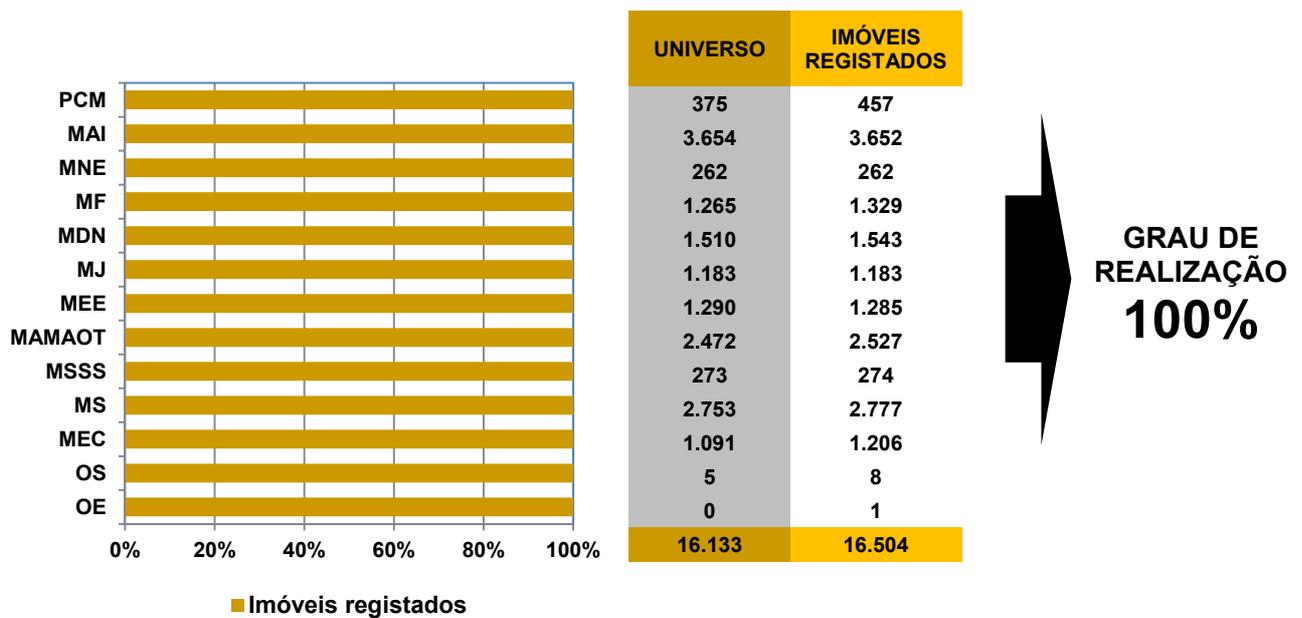
## 2.4. Cobertura

Quanto ao cumprimento das metas enunciadas no PGPI para o Eixo de Inventariação, em particular, no que se refere ao objetivo global definido para 2012 pela RCM n.º 162/2008 (100%), tendo como referência o universo de imóveis, constatou-se que o grau de realização deste eixo foi superado, fixando-se em 100%, conforme refletido nos gráficos seguintes. No primeiro trimestre de 2013, pese embora o ajustamento do universo de imóveis determinado pelas alterações significativas no SIIE efetuadas pelo MDN e pelo MF, verifica-se igual cobertura do mesmo.

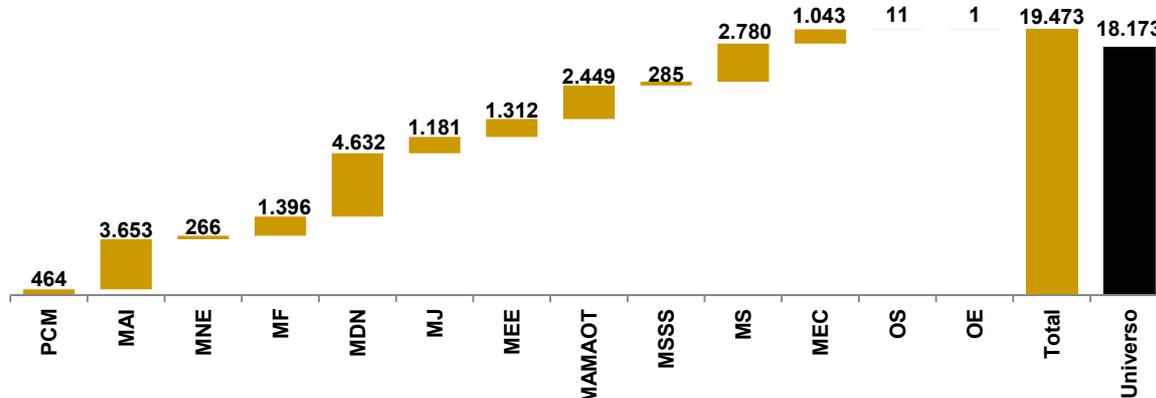
**Gráfico 5 - Grau de realização por ministério - 2012**



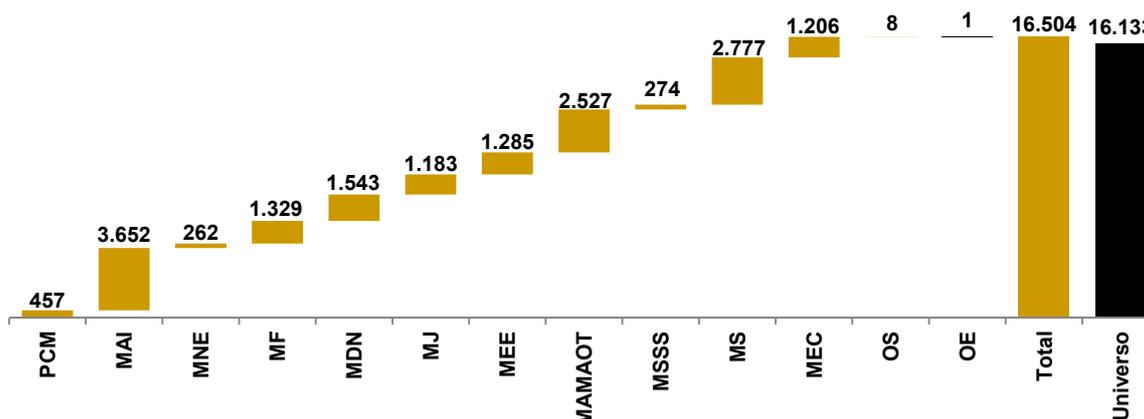
**Gráfico 6 - Grau de realização por ministério – 1T2013**



**Gráfico 7 - N.º total de imóveis registados por ministério – 2012**



**Gráfico 8 - N.º total de imóveis registados por ministério – 1T2013**



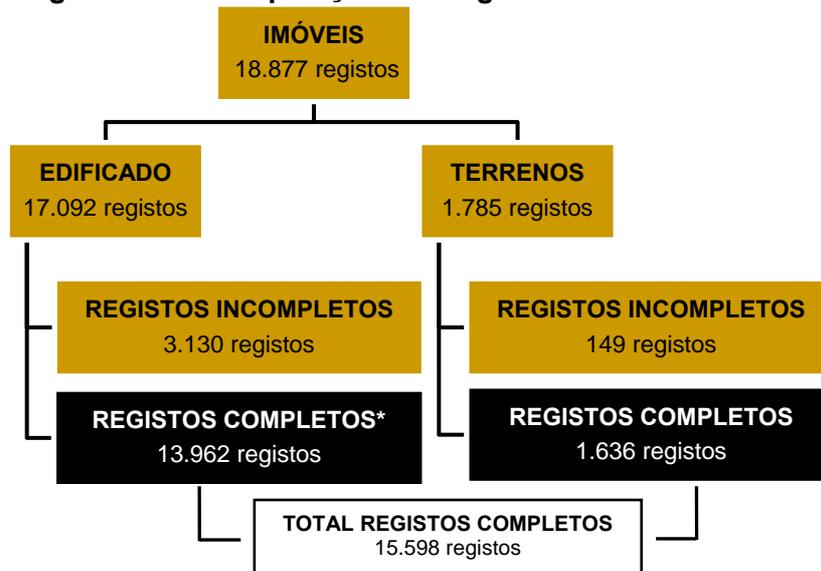
## 2.5. Decomposição dos registos

A decomposição do total de registos validados no SIIE processa-se segundo o seu tipo (edificado ou terreno) e segundo o seu grau de completude. Com efeito, nos relatórios anteriores foram considerados registos completos todos os que apresentassem dados referentes ao(s) proprietário(s) e ao(s) ocupante(s), bem como à respetiva situação geral (tipo de ocupação, áreas, valores de renda, etc.). Na sequência das melhorias introduzidas no SIIE em 2012, foi associada à decomposição dos dados a situação de disponibilidade inscrita nos registos, entendendo-se ainda como registos completos todos aqueles que, não dispoendo de dados sobre ocupantes, encontram-se indicados como devolutos (imóveis do Estado) ou disponíveis (imóveis de entidades privadas), havendo no final de 2012 e no 1T2013 uma percentagem muito residual destes registos.

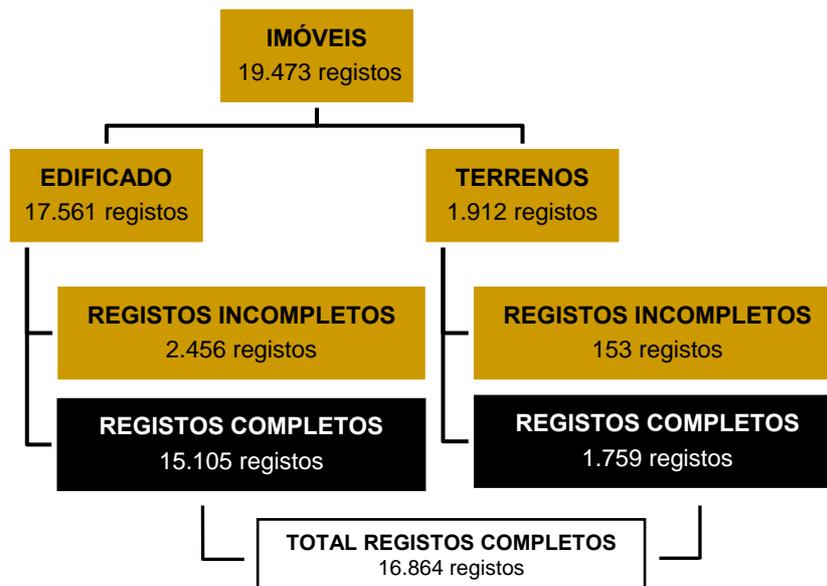
Assim, dos 19.473 registos apurados no SIIE até ao final de 2012, 17.561 dizem respeito a imóveis do tipo edificado (90%), dos quais 15.105 consideram-se completos (86%) e 2.456 incompletos (14%) e 1.912 correspondem a terrenos (10%), dos quais 1.759 consideram-se completos (92%) e 153 incompletos (8%), perfazendo-se o total de 16.864 registos completos. As percentagens relativas de edificado e terrenos mantiveram-se similares às registadas em 2011.

Quanto ao primeiro trimestre de 2013 e tal como já referido, verificou-se uma descida acentuada do total de registos no SIIE, sobretudo ocorrida ao nível dos registos completos do tipo edificado. Neste trimestre foram apurados 16.504 registos no SIIE, dos quais 14.500 dizem respeito a imóveis do tipo edificado (88%), dos quais 12.918 consideram-se completos (89%) e 1.582 incompletos (11%), e 2.004 correspondem a terrenos (12%), dos quais 1.807 consideram-se completos (90%) e 197 incompletos (10%), perfazendo-se o total de 14.725 registos completos.

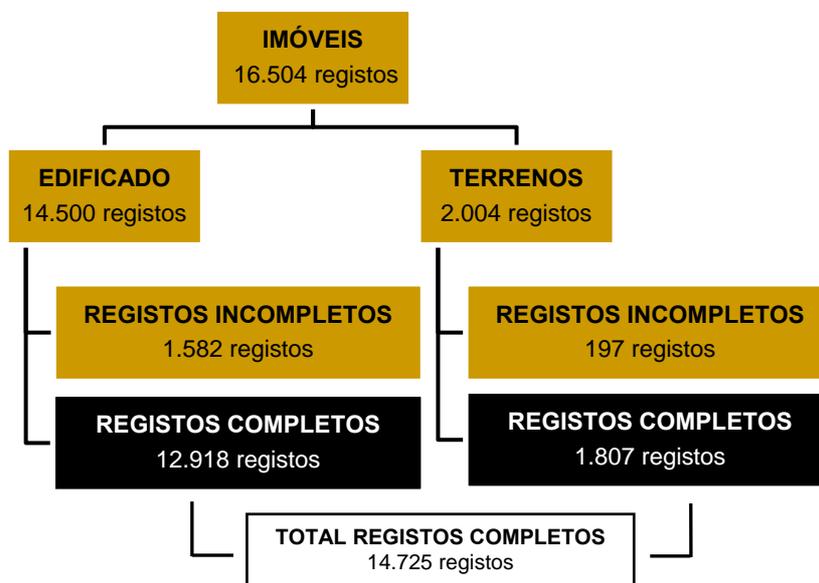
**Figura 3 – Decomposição dos registos de imóveis – 2011**



**Figura 4 – Decomposição dos registos de imóveis – 2012**



**Figura 5 – Decomposição dos registos de imóveis – 1T2013**



Nos quadros seguintes encontra-se refletido o desdobramento dos registos completos e incompletos por ministério, salientando-se que em 2012, verificou-se uma maior incidência de registos incompletos no MF, em imóveis do tipo edificado, que se apresentaram sem proprietário e sem ocupante. Contudo, estes imóveis correspondem ao carregamento em massa efetuado pela ATA no final de 2012, tendo os respetivos dados sobre titulares e ocupantes sido inseridos no primeiro trimestre de 2013, conforme se verifica nos mesmos quadros.

**Quadro 9 – Registos completos e incompletos por ministério – 2011**

MINISTÉRIO	EDIFICADO			TERRENOS			TOTAIS
	R. Incompletos	R. Completos	Totais	R. Incompletos	R. Completos	Totais	
PCM	11	402	413	0	45	45	458
MAI	18	3.328	3.346	1	373	374	3.720
MNE	0	281	281	0	1	1	282
MF	135	294	429	19	29	48	477
MDN	832	4.125	4.957	16	221	237	5.194
MJ	778	389	1.167	1	0	1	1.168
MEE	93	914	1.007	7	233	240	1.247
MAMAOT	188	1.579	1.767	42	546	588	2.355
MSSS	1	266	267	0	11	11	278
MS	677	1.988	2.665	42	52	94	2.759
MEC	396	391	787	21	125	146	933
OS	1	4	5	0	0	0	5
OE	0	1	1	0	0	0	1
<b>TOTAIS</b>	<b>3.130</b>	<b>13.962</b>	<b>17.092</b>	<b>149</b>	<b>1.636</b>	<b>1.785</b>	<b>18.877</b>

**Quadro 10 – Registos completos e incompletos por ministério - 2012**

MINISTÉRIO	EDIFICADO			TERRENOS			TOTAIS
	R. Incompletos	R. Completos	Totais	R. Incompletos	R. Completos	Totais	
PCM	3	411	414	0	50	50	464
MAI	8	3.266	3.274	1	378	379	3.653
MNE	1	264	265	0	1	1	266
MF	1.012	296	1.308	46	42	88	1.396
MDN	2	4.349	4.351	4	277	281	4.632
MJ	178	1.003	1.181	0	0	0	1.181
MEE	103	968	1.071	3	238	241	1.312
MAMAOT	145	1.703	1.848	39	562	601	2.449
MSSS	0	274	274	0	11	11	285
MS	579	2.106	2.685	42	53	95	2.780
MEC	423	455	878	18	147	165	1.043
OS	2	9	11	0	0	0	11
OE	0	1	1	0	0	0	1
<b>TOTAIS</b>	<b>2.456</b>	<b>15.105</b>	<b>17.561</b>	<b>153</b>	<b>1.759</b>	<b>1.912</b>	<b>19.473</b>

**Quadro 11 – Registos completos e incompletos por ministério – 1T2013**

MINISTÉRIO	EDIFICADO			TERRENOS			TOTAIS
	R. Incompletos	R. Completos	Totais	R. Incompletos	R. Completos	Totais	
PCM	3	404	407	0	50	50	457
MAI	6	3.267	3.273	1	378	379	3.652
MNE	0	261	261	0	1	1	262
MF	176	1.057	1.233	53	43	96	1.329
MDN	2	1.254	1.256	4	283	287	1.543
MJ	176	1.007	1.183	0	0	0	1.183
MEE	96	950	1.046	3	236	239	1.285
MAMAOT	26	1.866	1.892	40	595	635	2.527
MSSS	0	263	263	0	11	11	274
MS	579	2.102	2.681	42	54	96	2.777
MEC	516	480	996	54	156	210	1.206
OS	2	6	8	0	0	0	8
OE	0	1	1	0	0	0	1
<b>TOTAIS</b>	<b>1.582</b>	<b>12.918</b>	<b>14.500</b>	<b>197</b>	<b>1.807</b>	<b>2.004</b>	<b>16.504</b>

**Quadro 12 – Registos incompletos por ministério - 2011**

MINISTÉRIO	EDIFICADO				TERRENOS			TOTAIS
	CP/SO	SP/CO	SP/SO	Totais	CP/SO	SP/SO	Totais	
PCM	7	3	1	11	0	0	0	11
MAI	10	3	5	18	1	0	1	19
MNE	0	0	0	0	0	0	0	0
MF	133	0	2	135	19	0	19	154
MDN	828	1	3	832	16	0	16	848
MJ	403	179	196	778	0	1	1	779
MEE	53	2	38	93	6	1	7	100
MAMAOT	174	2	12	188	42	0	42	230
MSSS	0	0	1	1	0	0	0	1
MS	534	103	40	677	42	0	42	719
MEC	304	0	92	396	15	6	21	417
OS	1	0	0	1	0	0	0	1
OE	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>2.447</b>	<b>293</b>	<b>390</b>	<b>3.130</b>	<b>141</b>	<b>8</b>	<b>149</b>	<b>3.279</b>

**Quadro 13 – Registos incompletos por ministério - 2012**

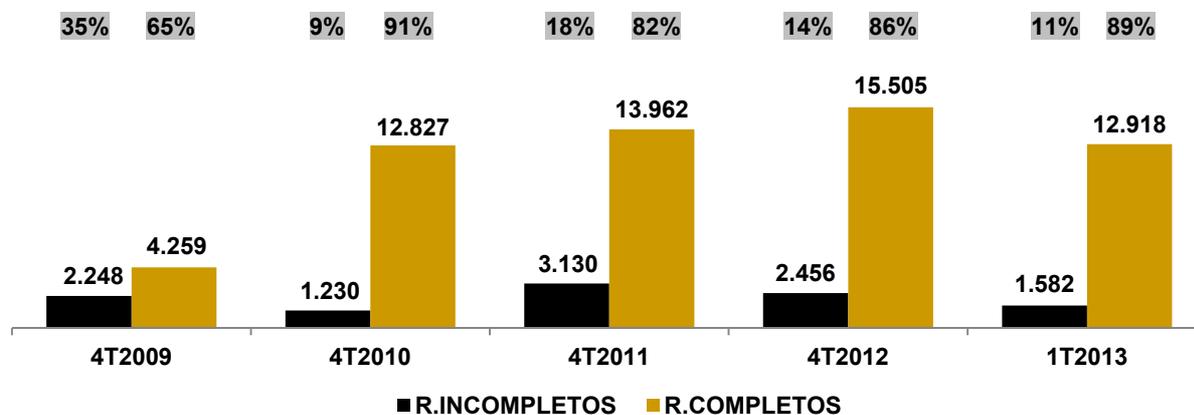
MINISTÉRIO	EDIFICADO				TERRENOS			TOTAIS
	CP/SO	SP/CO	SP/SO	Totais	CP/SO	SP/SO	Totais	
PCM	3	0	0	3	0	0	0	3
MAI	5	1	2	8	1	0	1	9
MNE	0	0	1	1	0	0	0	1
MF	160	0	852	1.012	46	0	46	1.058
MDN	1	0	1	2	0	4	4	6
MJ	90	77	11	178	0	0	0	178
MEE	93	6	4	103	3	0	3	106
MAMAOT	118	1	26	145	39	0	39	184
MSSS	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	440	104	35	579	42	0	42	621
MEC	333	0	90	423	11	7	18	441
OS	2	0	0	2	0	0	0	2
OE	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>1.245</b>	<b>189</b>	<b>1.022</b>	<b>2.456</b>	<b>142</b>	<b>11</b>	<b>153</b>	<b>2.609</b>

**Quadro 14 – Registos incompletos por ministério – 1T2013**

MINISTÉRIO	EDIFICADO				TERRENOS			TOTAIS
	CP/SO	SP/CO	SP/SO	Totais	CP/SO	SP/SO	Totais	
PCM	2	0	1	3	0	0	0	3
MAI	2	1	3	6	1	0	1	7
MNE	0	0	0	0	0	0	0	0
MF	150	0	26	176	53	0	53	229
MDN	1	0	1	2	0	4	4	6
MJ	90	75	11	176	0	0	0	176
MEE	87	5	4	96	3	0	3	99
MAMAOT	15	1	10	26	40	0	40	66
MSSS	0	0	0	0	0	0	0	0
MS	440	104	35	579	42	0	42	621
MEC	404	0	112	516	41	13	54	570
OS	2	0	0	2	0	0	0	2
OE	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>1.193</b>	<b>186</b>	<b>203</b>	<b>1.582</b>	<b>180</b>	<b>17</b>	<b>197</b>	<b>1.779</b>

No âmbito dos registos do tipo edificado, embora ao longo da vigência do PGPI se tenha constatado uma predominância de registos completos face aos incompletos, em 2011 verificou-se uma ligeira subida da percentagem relativa de registos incompletos, influenciada pela eliminação de ocupações, sobretudo por entidades do MDN, sem prejuízo da eficácia da funcionalidade introduzida em 2010 no SIIE, a qual permite a monitorização destes registos pelos organismos e UGP. Em 2012 esta tendência inverteu-se, tendo sido no primeiro trimestre de 2013 apuradas percentagens relativas aproximadas das registadas em 2010.

**Gráfico 9 – Imóveis do tipo edificado - registos completos e incompletos (Comparativo 2009 – 1T2013)**



## 2.6. Caracterização dos imóveis

### 2.6.1. Natureza

Os quadros seguintes estabelecem uma correspondência entre as características dos imóveis apurados no SIIE em 2011 (18.877), 2012 (19.473) e 1T2013 (16.504), segundo o seu tipo (edificado ou terreno) e a sua natureza (rústico, misto ou urbano), verificando-se o aumento significativo do indicador A.B. Total / Imóvel em 2012 e 1T2013, tanto no caso do edificado de natureza mista como de natureza urbana. Quanto aos terrenos, verifica-se em geral uma alteração pouco significativa dos totais e respetivos rácios apurados no final dos três períodos considerados, destacando-se contudo o aumento da área total dos terrenos rústicos no 1T2013, que determinou uma subida significativa do respetivo rácio A. Total / Imóvel.

**Quadro 15 - Caracterização dos imóveis por tipo e natureza - 2011**

NATUREZA	EDIFICADO					TERRENOS				
	Imóveis		A.B.Total		A.B.Total/Imóvel	Imóveis		A.Total		A.Total/Imóvel
	Nº	%	(m2)	%	(m2)	Nº	%	(m2)	%	(m2)
URBANO	16.781	98%	37.446.841	89%	2.232	721	40%	15.366.512	1%	21.313
RÚSTICO	-	-	-	-	-	966	54%	558.586.977	53%	578.247
MISTO	311	2%	4.525.940	11%	14.553	98	5%	478.286.850	45%	4.880.478
<b>TOTAIS</b>	<b>17.092</b>	<b>100%</b>	<b>41.972.781</b>	<b>100%</b>	<b>2.456</b>	<b>1.785</b>	<b>100%</b>	<b>1.052.240.339</b>	<b>100%</b>	<b>589.490</b>

**Quadro 16 - Caracterização dos imóveis por tipo e natureza - 2012**

NATUREZA	EDIFICADO					TERRENOS				
	Imóveis		A.B.Total		A.B.Total/Imóvel	Imóveis		A.Total		A.Total/Imóvel
	Nº	%	(m2)	%	(m2)	Nº	%	(m2)	%	(m2)
URBANO	17.365	99%	156.794.602	98%	9.029	748	39%	15.679.177	2%	20.961
RÚSTICO	-	-	-	-	-	1.073	56%	580.663.281	56%	541.159
MISTO	196	1%	3.448.791	2%	17.596	91	5%	438.563.241	42%	4.819.376
<b>TOTAIS</b>	<b>17.561</b>	<b>100%</b>	<b>160.243.393</b>	<b>100%</b>	<b>9.125</b>	<b>1.912</b>	<b>100%</b>	<b>1.034.905.699</b>	<b>100%</b>	<b>541.269</b>

**Quadro 17 - Caracterização dos imóveis por tipo e natureza – 1T2013**

NATUREZA	EDIFICADO					TERRENOS				
	Imóveis		A.B.Total		A.B.Total/Imóvel	Imóveis		A.Total		A.Total/Imóvel
	Nº	%	(m2)	%	(m2)	Nº	%	(m2)	%	(m2)
URBANO	14.303	99%	152.884.567	98%	10.689	772	39%	15.798.872	1%	20.465
RÚSTICO	-	-	-	-	-	1.140	57%	1.137.501.818	71%	997.809
MISTO	197	1%	3.795.051	2%	19.264	92	5%	438.758.201	28%	4.769.111
<b>TOTAIS</b>	<b>14.500</b>	<b>100%</b>	<b>156.679.618</b>	<b>100%</b>	<b>10.805</b>	<b>2.004</b>	<b>100%</b>	<b>1.592.058.891</b>	<b>100%</b>	<b>794.441</b>

### 2.6.2. Tipos de imóvel e classificação de função

No âmbito das melhorias introduzidas no SIIE em 2012, foi criada uma funcionalidade que permite identificar o tipo de imóvel segundo as suas características arquitetónicas originais. O respetivo campo no SIIE é de preenchimento obrigatório para novos registos, apresentando-se nesta fase um défice acentuado de informação sobre os tipos de imóvel nos registos já existentes antes da introdução desta funcionalidade (89%). Contudo, do quadro seguinte deduz-se a predominância no SIIE de registos correspondentes a edifícios originalmente vocacionados para a instalação de serviços.

**Quadro 18 – Tipos de imóvel – 2012**

TIPO DE IMÓVEL	TOTAIS	
	Nº	%
EDIFÍCIO/PRÉDIO PARA SERVIÇOS	1.434	7%
ANDAR/APARTAMENTO	253	1%
MORADIA/CASA	168	1%
LOJA	64	0%
LOTE	52	0%
AGRÍCOLA	33	0%
ARMAZÉM	24	0%
QUINTA/HERDADE	21	0%
PALÁCIO/PALACETE	20	0%
OUTROS	158	1%
N.D.	17.246	89%
<b>Total</b>	<b>19.473</b>	<b>100%</b>

Quanto à classificação de função atribuída aos imóveis registados no SIIE, no final de 2012 verifica-se uma percentagem elevada de imóveis urbanos com finalidade operativa (74%), dos quais se destacam aqueles destinados a instalação de serviços e ainda um relevante total de imóveis de carácter habitacional. Neste contexto, refira-se que das habitações inseridas no domínio privado do Estado (3.618), cerca de 2000 correspondem a habitações sociais e cerca de 1000, a casas de função. No conjunto de edificações do domínio privado do Estado destinadas a serviços (5.111), parte relevante constituem instalações de serviços de natureza administrativa, de forças de segurança e de saúde não hospitalar, distribuindo-se em cerca de 1000 registos de imóveis para cada uma destas classes de função. Do total de edificações para serviços inseridas no domínio público (4.522) a maioria constituem instalações de serviços de natureza militar.

**Quadro 19 – Classificação de função – 2012**

CLASSIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	D. PRIVADO	D. PÚBLICO	TOTAIS	
			Nº	%
<b>01. IMÓVEIS URBANOS, COM FINALIDADE OPERATIVA</b>	<b>9.466</b>	<b>5.010</b>	<b>14.476</b>	<b>74%</b>
<b>01. HABITAÇÕES</b>	<b>3.618</b>	<b>66</b>	<b>3.684</b>	<b>19%</b>
01. CASAS DE FUNÇÃO	1.258	32	1.290	7%
02. HABITAÇÕES SOCIAIS	2.171	19	2.190	11%
03. CASAS DE RENDIMENTO	52	7	59	0%
99. OUTRAS	137	8	145	1%
<b>02. EDIFICAÇÕES PARA SERVIÇOS</b>	<b>5.111</b>	<b>4.502</b>	<b>9.613</b>	<b>49%</b>
01. INST. SERVIÇOS DE NATUREZA ADMINISTRATIVA	1.229	174	1.403	7%
02. INST. SERVIÇOS DE NATUREZA CULTURAL	27	17	44	0%
03. INST. SERVIÇOS DE NATUREZA SOCIAL	131	17	148	1%
04. INST. SERVIÇOS DE NATUREZA ESCOLAR	152	66	218	1%
05. INST. SERVIÇOS DE NATUREZA HOSPITALAR	354	69	423	2%
06. ESCRITÓRIOS	11	1	12	0%
07. INST. SERVIÇOS DE NATUREZA JUDICIAL	414	4	418	2%
08. INST. SERVIÇOS DE NATUREZA MILITAR	69	4.022	4.091	21%
09. INST. SERVIÇOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA	1.009	18	1.027	5%
10. INST. SERVIÇOS DE FORMAÇÃO	43	7	50	0%
11. INST. SERVIÇOS DE SAÚDE NÃO HOSPITALAR	1.225	79	1.304	7%
12. INST. SERVIÇOS LAB. OU DE INV. CIENTÍFICA	95	5	100	1%
13. INST. SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÃO EXTERNA	142	0	142	1%
99. OUTRAS	210	23	233	1%
<b>03. EDIFICAÇÕES COM FINS INDUSTRIAIS</b>	<b>31</b>	<b>12</b>	<b>43</b>	<b>0%</b>
04. CONSTRUÇÕES DIVERSAS	152	86	238	1%
05. INFRA-ESTRUTURAS	45	174	219	1%
06. TERRENOS INCLUÍDOS EM PL. URB. COM CAP. CONSTRUTIVA	66	26	92	0%
07. TERRENOS SITUADOS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO	357	19	376	2%
08. COM FINALIDADE SÓCIO-CULTURAL	86	125	211	1%
<b>02. IMÓVEIS RÚSTICOS</b>	<b>553</b>	<b>209</b>	<b>762</b>	<b>4%</b>
01. TERRENOS N. INCLUÍDOS EM PL. URB. — SOLO RURAL	553	209	762	4%
03. OUTROS RECURSOS NATURAIS	36	10	46	0%
01. OUTROS IMÓVEIS	36	10	46	0%
n.d.			4.189	22%
<b>TOTAL</b>	<b>10.055</b>	<b>5.229</b>	<b>19.473</b>	<b>100%</b>

### 2.6.3. Agrupamentos

Quanto aos agrupamentos imobiliários<sup>2</sup> constituídos, salienta-se, conforme os quadros seguintes, o decréscimo acentuado destes conjuntos no 1T2013, no âmbito do MDN, como corolário do amplo processo de eliminação de imóveis que foi concluído neste trimestre, e, por outro lado, o acréscimo de imóveis e respetiva área bruta total na esfera do MEC, embora se tenha mantido praticamente inalterável o respetivo total de agrupamentos.

<sup>2</sup> No âmbito do SIIIE, considera-se “Agrupamento Imobiliário” um conjunto de construções autónomas implantadas em logradouro comum, vedado ou não, entre as quais está determinada e se desenvolve uma determinada ligação funcional.

**Quadro 20 – Agrupamentos – 2011**

MINISTÉRIO	AGRUPAMENTOS		IMÓVEIS EM AGRUPAMENTOS		ÁREA BRUTA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	(m2)	%
PCM	8	1%	12	0%	345.817	2%
MAI	41	6%	443	8%	458.533	3%
MNE	2	0%	2	0%	633	0%
MF	3	0%	3	0%	4.291	0%
MDN	424	60%	4.176	80%	9.587.564	64%
MJ	0	0%	0	0%	0	0%
MEE	48	7%	135	3%	506.724	3%
MAMAOT	58	8%	114	2%	505.658	3%
MSSS	0	0%	0	0%	0	0%
MS	80	11%	212	4%	1.948.625	13%
MEC	46	6%	115	2%	1.568.301	10%
OS	0	0%	0	0%	0	0%
OE	1	0%	1	0%	15.903	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>711</b>	<b>100%</b>	<b>5.213</b>	<b>100%</b>	<b>14.942.049</b>	<b>100%</b>

**Quadro 21 – Agrupamentos – 2012**

MINISTÉRIO	AGRUPAMENTOS		IMÓVEIS		ÁREA BRUTA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	(m2)	%
PCM	8	1%	12	0%	222.738	2%
MAI	12	2%	305	6%	171.020	1%
MNE	5	1%	5	0%	6.961	0%
MF	162	22%	643	13%	204.065	2%
MDN	328	44%	3.329	67%	6.746.933	55%
MJ	1	0%	6	0%	668	0%
MEE	45	6%	135	3%	490.897	4%
MAMAOT	63	8%	134	3%	576.444	5%
MSSS	0	0%	0	0%	0	0%
MS	69	9%	210	4%	1.952.783	16%
MEC	54	7%	217	4%	1.860.216	15%
OS	0	0%	0	0%	0	0%
OE	1	0%	1	0%	15.903	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>748</b>	<b>100%</b>	<b>4.997</b>	<b>100%</b>	<b>12.248.628</b>	<b>100%</b>

**Quadro 22 – Agrupamentos – 1T2013**

MINISTÉRIO	AGRUPAMENTOS		IMÓVEIS		ÁREA BRUTA TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	(m2)	%
PCM	8	2%	12	1%	222.738	3%
MAI	12	2%	305	15%	172.982	2%
MNE	5	1%	5	0%	6.961	0%
MF	161	33%	591	30%	187.924	2%
MDN	72	15%	233	12%	2.406.590	27%
MJ	1	0%	6	0%	668	0%
MEE	46	9%	140	7%	503.671	6%
MAMAOT	63	13%	137	7%	560.796	6%
MSSS	0	0%	0	0%	0	0%
MS	69	14%	210	11%	1.952.783	22%
MEC	55	11%	343	17%	2.783.833	32%
OS	0	0%	0	0%	0	0%
OE	1	0%	1	0%	15.903	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>493</b>	<b>100%</b>	<b>1.983</b>	<b>100%</b>	<b>8.814.849</b>	<b>100%</b>

#### 2.6.4. Ocupação dos imóveis

As melhorias introduzidas no SIIE em 2012 alteraram o formato de leitura da disponibilidade dos imóveis. Este tipo de dados era inserido no SIIE apenas nas fichas de ocupantes de cada registo de imóvel, sem qualquer correspondência na ficha de imóvel. Ora, uma vez transferida a informação sobre a situação de disponibilidade para a ficha de imóvel, foram, nessa sequência, criados os conceitos de devoluto (imóveis do Estado) e de disponível (imóveis de privados) total ou parcial, nos casos de imóveis com mais de um ocupante.

Quanto à ocupação de imóveis, refletida nos quadros seguintes, que se encontram organizados segundo a nova estrutura, face a 2011 constata-se que permanecem no sistema um conjunto de imóveis do Estado do tipo edificado, afetos ao MJ e dados como desocupados, prevendo-se que esta situação de disponibilidade venha a ser brevemente objeto de revisão por parte do ministério.

**Quadro 23 – Disponibilidade dos imóveis registados – 2011**

PROPRIEDADE Disponibilidade	EDIFICADO		TERRENO		TOTAIS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>ESTADO</b>	<b>14.595</b>	<b>85%</b>	<b>1.759</b>	<b>99%</b>	<b>16.354</b>	<b>87%</b>
Desocupado	588	3%	246	14%	834	4%
Ocupado Parcial	8	0%	1	0%	9	0%
Ocupado	11.811	69%	1.379	77%	13.190	70%
n.d.	2.188	13%	133	7%	2.321	12%
<b>MISTA</b>	<b>275</b>	<b>2%</b>	<b>15</b>	<b>1%</b>	<b>290</b>	<b>2%</b>
Desocupado	7	0%	1	0%	8	0%
Ocupado	208	1%	7	0%	215	1%
n.d.	60	0%	7	0%	67	0%
<b>ENT. PRIVADAS</b>	<b>1.539</b>	<b>9%</b>	<b>3</b>	<b>0%</b>	<b>1.542</b>	<b>8%</b>
Desocupado	56	0%	0	0%	56	0%
Ocupado	1.284	8%	2	0%	1.286	7%
n.d.	199	1%	1	0%	200	1%
<b>n.d.</b>	<b>683</b>	<b>4%</b>	<b>8</b>	<b>0%</b>	<b>691</b>	<b>4%</b>
Desocupado	179	1%	0	0%	179	1%
Ocupado	114	1%	0	0%	114	1%
n.d.	390	2%	8	0%	398	2%
<b>TOTAIS</b>	<b>17.092</b>	<b>100%</b>	<b>1.785</b>	<b>100%</b>	<b>18.877</b>	<b>100%</b>

**Quadro 24 – Disponibilidade dos imóveis registados – 2012**

PROPRIEDADE Disponibilidade	EDIFICADO		TERRENO		TOTAIS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>ESTADO</b>	<b>14.197</b>	<b>81%</b>	<b>1.876</b>	<b>98%</b>	<b>16.073</b>	<b>83%</b>
Desocupado	771	4%	265	14%	1.036	5%
Ocupado Parcial	11	0%	1	0%	12	0%
Ocupado	13.415	76%	1.610	84%	15.025	77%
<b>MISTA</b>	<b>237</b>	<b>1%</b>	<b>11</b>	<b>1%</b>	<b>248</b>	<b>1%</b>
Desocupado	6	0%	1	0%	7	0%
Ocupado	231	1%	10	1%	241	1%
<b>ENT. PRIVADAS</b>	<b>1.802</b>	<b>10%</b>	<b>11</b>	<b>1%</b>	<b>1.813</b>	<b>9%</b>
Desocupado	54	0%	0	0%	54	0%
Ocupado Parcial	1	0%	0	0%	1	0%
Ocupado	1.747	10%	11	1%	1.758	9%
<b>n.d.</b>	<b>1.325</b>	<b>8%</b>	<b>14</b>	<b>1%</b>	<b>1.339</b>	<b>7%</b>
Desocupado	40	0%	0	0%	40	0%
Ocupado	1.285	7%	14	1%	1.299	7%
<b>TOTAIS</b>	<b>17.561</b>	<b>100%</b>	<b>1.912</b>	<b>100%</b>	<b>19.473</b>	<b>100%</b>

**Quadro 25 – Disponibilidade dos imóveis registados – 1T2013**

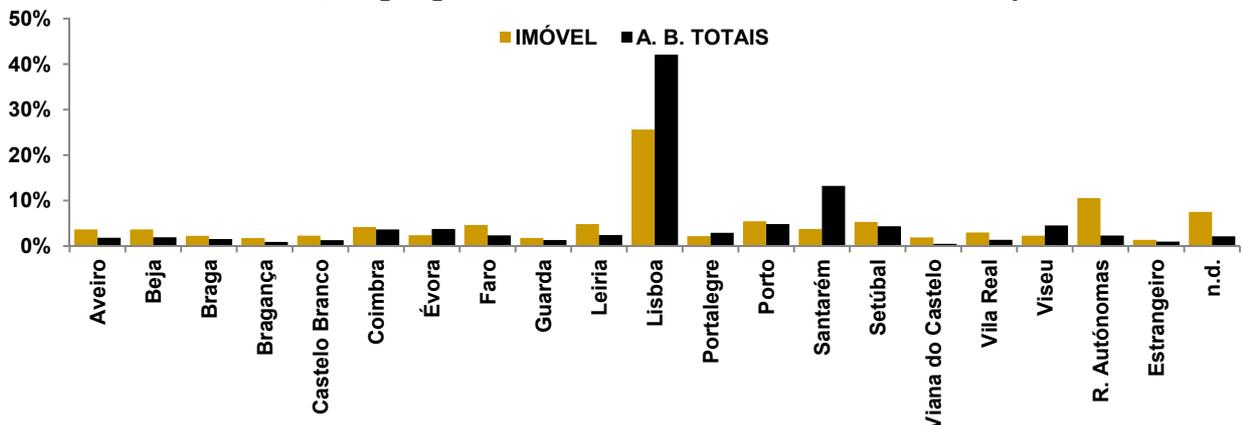
PROPRIEDADE Disponibilidade	EDIFICADO		TERRENO		TOTALS	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>ESTADO</b>	<b>11.451</b>	<b>79%</b>	<b>1.962</b>	<b>98%</b>	<b>13.413</b>	<b>81%</b>
Desocupado	822	6%	266	13%	1.088	7%
Ocupado Parcial	10	0%	1	0%	11	0%
Ocupado	10.619	73%	1.695	85%	12.314	75%
<b>MISTA</b>	<b>240</b>	<b>2%</b>	<b>12</b>	<b>1%</b>	<b>252</b>	<b>2%</b>
Desocupado	5	0%	2	0%	7	0%
Ocupado	235	2%	10	0%	245	1%
<b>ENT. PRIVADAS</b>	<b>2.416</b>	<b>17%</b>	<b>13</b>	<b>1%</b>	<b>2.429</b>	<b>15%</b>
Desocupado	73	1%	1	0%	74	0%
Ocupado Parcial	1	0%	0	0%	1	0%
Ocupado	2.342	16%	12	1%	2.354	14%
<b>n.d.</b>	<b>393</b>	<b>3%</b>	<b>17</b>	<b>1%</b>	<b>410</b>	<b>2%</b>
Desocupado	2	0%	0	0%	2	0%
Ocupado	391	3%	17	1%	408	2%
<b>TOTALS</b>	<b>14.500</b>	<b>100%</b>	<b>2.004</b>	<b>100%</b>	<b>16.504</b>	<b>100%</b>

Tal como já referido em relatórios anteriores, em muitos dos casos assinalados, a situação de disponibilidade é temporária e não corresponde necessariamente a uma efetiva desafetação do imóvel, salientando-se entre as respetivas causas, a condição objetiva de degradação do imóvel. No caso de alguns imóveis cedidos, sabe-se ainda que, embora registados como disponíveis, estes não foram ainda formalmente devolvidos à DGTF e por isso surgem na condição de indisponíveis na esfera do domínio privado do Estado. A disponibilidade apontada para alguns dos imóveis arrendados, trata-se igualmente de uma situação transitória, dado que a referida disponibilidade apenas perdura enquanto o imóvel locado não for ocupado por outro serviço público que assuma o arrendamento, ou não for entregue ao proprietário por denúncia do contrato de arrendamento, nos termos legais.

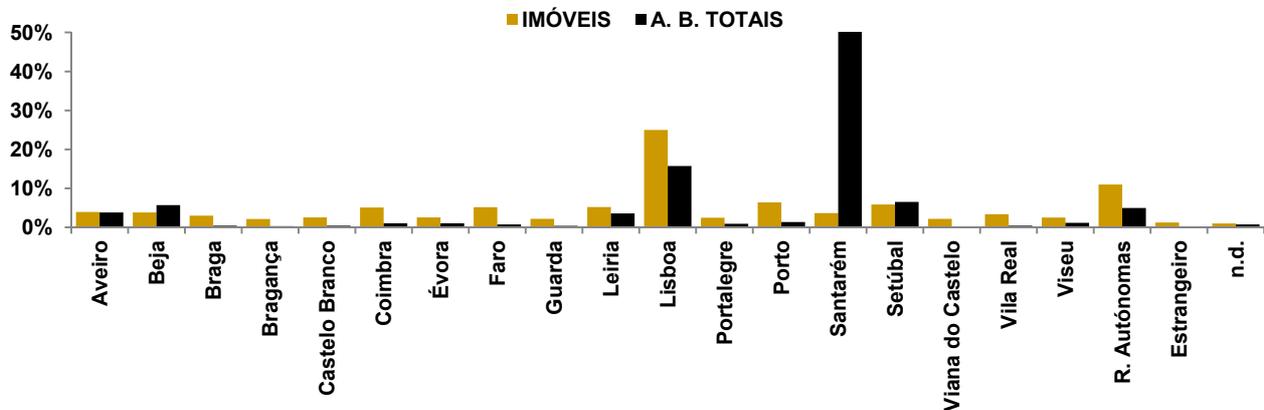
### 2.6.5. Distribuição geográfica

Quanto à distribuição geográfica do edificado, registam-se alterações pouco significativas face a 2011, verificando-se que a maioria significativa dos imóveis continua a concentrar-se no distrito de Lisboa, mantendo-se a estrutura *macrocéfala* na distribuição geográfica do edificado, já sinalizada nos anteriores relatórios. Contudo, em 2012 e no 1T2013 acentuou-se a relevância da percentagem de área bruta ocupada no distrito de Santarém, maioritariamente influenciada por imóveis afetos ao MDN, sobretudo pelo Campo de Tiro de Alcochete da Força Aérea (Id 23758).

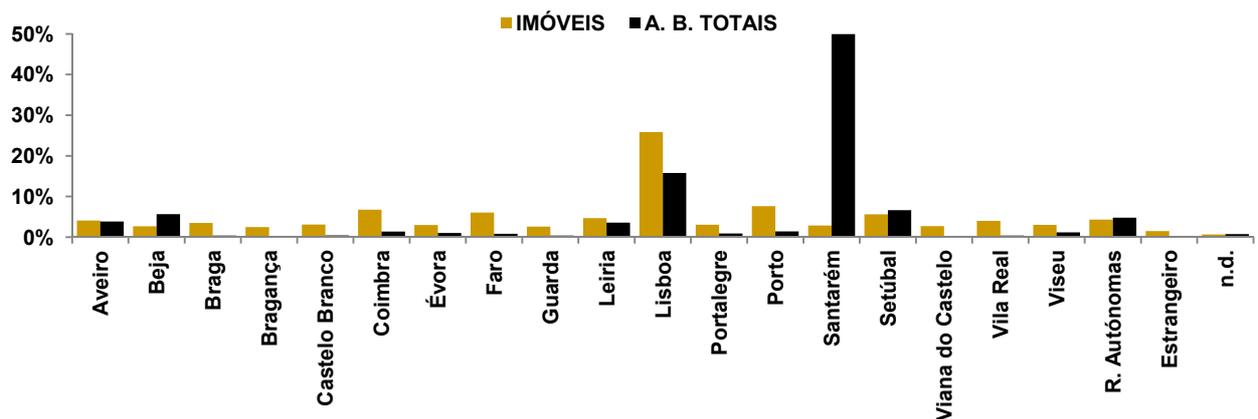
**Gráfico 10 – Distribuição geográfica do edificado e áreas brutas totais por distrito - 2011**



**Gráfico 11 – Distribuição geográfica do edificado e áreas brutas totais por distrito - 2012**



**Gráfico 12 – Distribuição geográfica do edificado e áreas brutas totais por distrito – 1T2013**

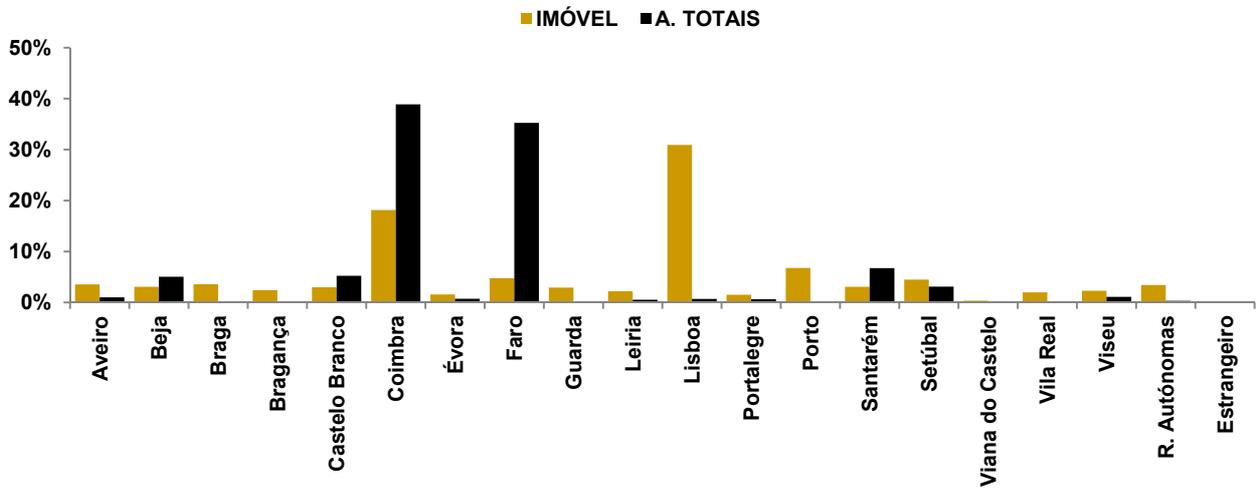


No que se refere à distribuição geográfica de terrenos, em 2012, tal como aconteceu em 2011, a percentagem de terrenos localizados no distrito de Lisboa é expressiva e sobretudo influenciada pelos terrenos sob a responsabilidade ao Governo Civil de Lisboa, atualmente na esfera da Secretaria Geral do MAI<sup>3</sup>, tendo ainda peso relevante a quantidade de terrenos referenciados no distrito de Coimbra, que se encontram afetos ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.<sup>4</sup>. Sobre as áreas totais, as maiores percentagens encontram-se claramente concentradas nos distritos de Coimbra e Faro e particularmente influenciadas por dois imóveis, designadamente, as Dunas de Quiaios, em Coimbra (Id 1337) e o terreno destinado à construção da Marina de Ferragudo, em Faro (Id 13352). No 1T2013 ressaltam ainda as áreas apuradas para os distritos de Leiria e Setúbal, cujo incremento é influenciado por recentes registos no SIIIE efetuados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., entre estes, em Leiria, um conjunto de matas nacionais, sobretudo a Mata Nacional de Leiria (Id 25482) e em Setúbal, a Área Florestal de Sines (Id 25480).

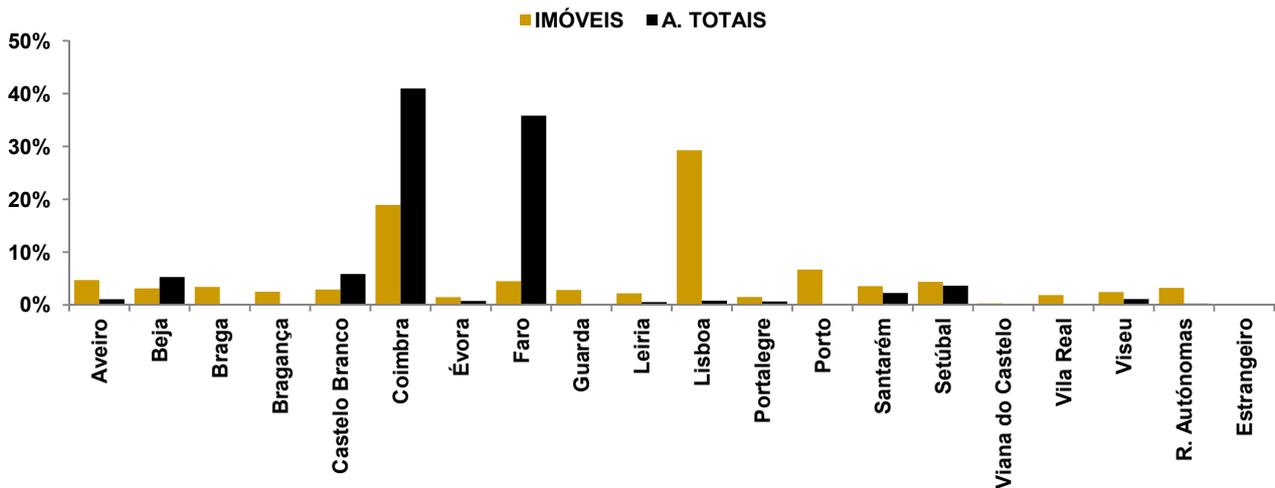
<sup>3</sup> De natureza predominantemente urbana, estes terrenos concentram-se em bairros habitacionais, dos quais se destacam: Bairro Dr. Mário Madeira, Bairro Novo de Santo Eloy (loteamento do Casal do Forno), Bairro de Santa Maria (Casas do Menino de Deus), Casal do Outeiro e Casal do Cochicho.

<sup>4</sup> Na sua maioria, estes terrenos inserem-se na Reserva Natural Paul da Arzila.

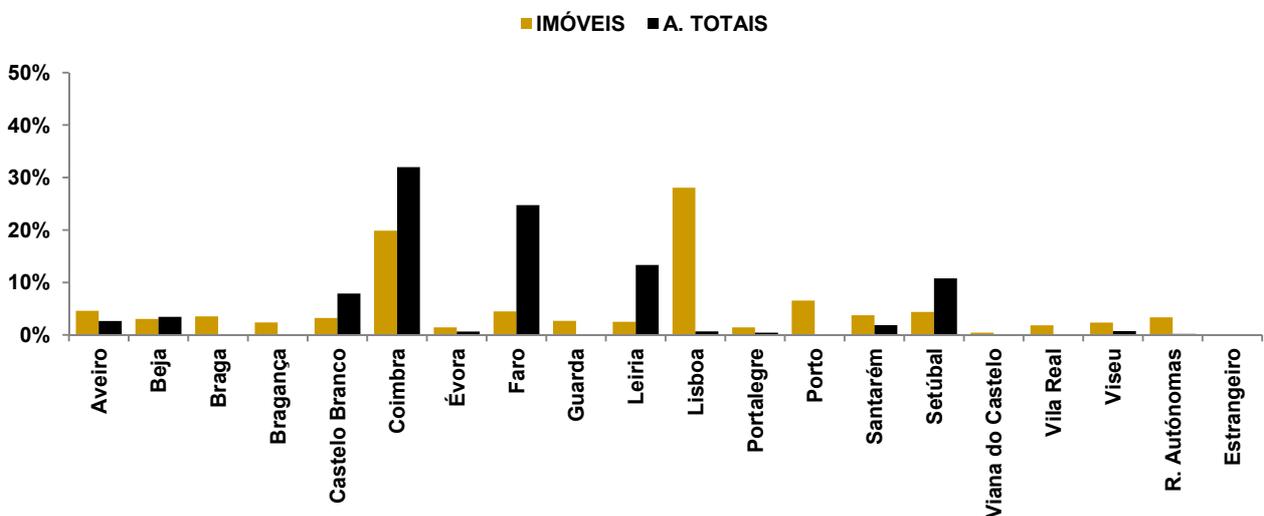
**Gráfico 13 – Distribuição geográfica de terrenos e áreas totais por distrito – 2011**



**Gráfico 14 – Distribuição geográfica de terrenos e áreas totais por distrito – 2012**



**Gráfico 15 – Distribuição geográfica de terrenos e áreas totais por distrito – 1T2013**



## 2.6.6. Distribuição por tipologia de instalações

Quanto à tipologia do edificado, em qualquer dos períodos assinalados mantém-se a tendência dominante que aponta para uma percentagem elevada de instalações sedeadas em edifícios completos, sendo residual o uso de frações autónomas, pisos completos ou outras situações, acontecendo de modo idêntico com a respetiva área bruta ocupada, cuja percentagem aproxima-se dos 100%.

## 2.6.7. Titularidade

Nas anteriores análises do SIIE foram entendidas por *terceiros* todas as entidades externas à administração central do Estado, nos quais se incluem pessoas singulares ou coletivas de natureza privada e organismos integrados na administração local, e por propriedade mista, o regime de compropriedade partilhado entre entidades da administração central do Estado e/ou terceiros. Com as recentes melhorias no SIIE, a classificação de entidades segundo o seu âmbito tornou-se estreitamente relacionada com a informação prestada pelo SIOE, influenciando e alterando a classificação de propriedade e de ocupação dos imóveis no SIIE. Face ao anteriormente convencionado, salienta-se o facto dos organismos da administração local se integrarem agora no conjunto Estado, em conformidade com o SIOE. Assim, a fim de ser permitido o comparativo entre os dados de 2011 e os dados de 2012 e 1T2013, procedeu-se a uma revisão da classificação de propriedade atribuída aos imóveis constantes no SIIE no final de 2011, refletida no relatório anual PGPI 2011.

No âmbito da titularidade e ao longo dos períodos considerados, assinala-se o relevante decréscimo da percentagem de imóveis do tipo edificado que constituem propriedade do Estado, fundamentalmente devido ao processo de validação de dados do MDN e no mesmo trimestre, o aumento da percentagem de imóveis de privados registados no SIIE, explicado pelo carregamento de dados da ATA. Quanto aos terrenos, constata-se que todas as percentagens relativas se mantêm idênticas nos períodos de tempo considerados.

**Quadro 26 – Propriedade - 2011**

PROPRIEDADE	EDIFICADO				TERRENO				TOTAIS	
	Imóveis		Área do Imóvel		Imóveis		Área do Imóvel		Nº	%
	Nº	%	(m2)	%	Nº	%	(m2)	%		
ESTADO	14.595	85%	32.193.242	77%	1.759	99%	1.051.428.031	100%	16.354	87%
MISTA	275	2%	722.799	2%	15	1%	664.956	0%	290	2%
ENT. PRIVADAS	1.539	9%	1.472.295	4%	3	0%	48.138	0%	1.542	8%
n.d.	683	4%	7.584.445	18%	8	0%	99.214	0%	691	4%
<b>TOTAIS</b>	<b>17.092</b>	<b>100%</b>	<b>41.972.781</b>	<b>100%</b>	<b>1.785</b>	<b>100%</b>	<b>1.052.240.339</b>	<b>100%</b>	<b>18.877</b>	<b>100%</b>

**Quadro 27 – Propriedade - 2012**

PROPRIEDADE	EDIFICADO				TERRENO				TOTAIS	
	Imóveis		Área do Imóvel		Imóveis		Área do Imóvel		Nº	%
	Nº	%	(m2)	%	Nº	%	(m2)	%		
ESTADO	14.197	81%	150.793.323	94%	1.876	98%	1.031.608.274	100%	16.073	83%
MISTA	237	1%	525.901	0%	11	1%	243.378	0%	248	1%
ENT. PRIVADAS	1.802	10%	1.530.273	1%	11	1%	594.468	0%	1.813	9%
n.d.	1.325	8%	7.393.896	5%	14	1%	2.459.579	0%	1.339	7%
<b>TOTAIS</b>	<b>17.561</b>	<b>100%</b>	<b>160.243.393</b>	<b>100%</b>	<b>1.912</b>	<b>100%</b>	<b>1.034.905.699</b>	<b>100%</b>	<b>19.473</b>	<b>100%</b>

**Quadro 28 – Propriedade – 1T2013**

PROPRIEDADE	EDIFICADO				TERRENO				TOTAIS	
	Imóveis		Área do Imóvel		Imóveis		Área do Imóvel		Nº	%
	Nº	%	(m2)	%	Nº	%	(m2)	%		
ESTADO	11.451	79%	147.313.783	94%	1.962	98%	1.588.965.536	100%	13.413	81%
MISTA	240	2%	532.363	0%	12	1%	789.128	0%	252	2%
ENT. PRIVADAS	2.416	17%	1.798.751	1%	13	1%	1.789.568	0%	2.429	15%
n.d.	393	3%	7.034.721	4%	17	1%	514.659	0%	410	2%
<b>TOTAIS</b>	<b>14.500</b>	<b>100%</b>	<b>156.679.618</b>	<b>100%</b>	<b>2.004</b>	<b>100%</b>	<b>1.592.058.891</b>	<b>100%</b>	<b>16.504</b>	<b>100%</b>

## 2.6.8. Utilização

Tal como no caso da titularidade, no âmbito da utilização dos imóveis, procedeu-se a uma revisão da classificação de ocupação atribuída aos imóveis constantes no SIIE no final de 2011, espelhados no relatório anual PGPI 2011, a fim de ser permitido o comparativo entre os dados de 2011 e os dados de 2012 e 1T2013.

Assim, neste domínio salienta-se a percentagem elevada de utilização pelas entidades, serviços e organismos públicos do edificado que constitui propriedade da administração central do Estado, mantida ao longo dos períodos de tempo considerados, sendo pouco expressiva a sua utilização por terceiros e residual a sua utilização mista.

**Quadro 29 – Utilização do edificado – 2011**

UTILIZAÇÃO	PROPRIEDADE								TOTAIS	
	ESTADO		MISTA		ENT. PRIVADAS		n.d.		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
ESTADO	10.440	72%	192	70%	1.331	86%	278	41%	12.241	72%
MISTA	155	1%	17	6%	9	1%	15	2%	196	1%
ENT. PRIVADAS	1.812	12%	6	2%	-	-	0	0%	1.818	11%
n.d.	2.188	15%	60	22%	199	13%	390	57%	2.837	17%
<b>TOTAIS</b>	<b>14.595</b>	<b>100%</b>	<b>275</b>	<b>100%</b>	<b>1.539</b>	<b>100%</b>	<b>683</b>	<b>100%</b>	<b>17.092</b>	<b>100%</b>

**Quadro 30 – Utilização do edificado – 2012**

UTILIZAÇÃO	PROPRIEDADE								TOTAIS	
	ESTADO		MISTA		ENT. PRIVADAS		n.d.		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
ESTADO	10.971	77%	159	67%	1.437	80%	169	12%	12.736	73%
MISTA	189	1%	8	3%	27	1%	7	1%	231	1%
ENT. PRIVADAS	1.909	13%	15	6%	0	0%	8	1%	1.932	11%
n.d.	1.128	8%	55	23%	338	19%	1.141	86%	2.662	15%
<b>TOTAIS</b>	<b>14.197</b>	<b>100%</b>	<b>237</b>	<b>100%</b>	<b>1.802</b>	<b>100%</b>	<b>1.325</b>	<b>100%</b>	<b>17.561</b>	<b>100%</b>

**Quadro 31 – Utilização do edificado – 1T2013**

UTILIZAÇÃO	PROPRIEDADE								TOTAIS	
	ESTADO		MISTA		ENT. PRIVADAS		n.d.		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
ESTADO	8.271	72%	162	68%	2.038	84%	168	43%	10.639	73%
MISTA	211	2%	8	3%	26	1%	8	2%	253	2%
ENT. PRIVADAS	1.889	16%	15	6%	0	0%	8	2%	1.912	13%
n.d.	1.080	9%	55	23%	352	15%	209	53%	1.696	12%
<b>TOTAIS</b>	<b>11.451</b>	<b>100%</b>	<b>240</b>	<b>100%</b>	<b>2.416</b>	<b>100%</b>	<b>393</b>	<b>100%</b>	<b>14.500</b>	<b>100%</b>

Sobre a utilização dos terrenos, salienta-se o dominante uso de terrenos do Estado pelo próprio Estado, sendo essa uma realidade permanente ao longo dos intervalos de tempo em análise.

**Quadro 32 – Utilização dos terrenos – 2011**

UTILIZAÇÃO	PROPRIEDADE								TOTAIS	
	ESTADO		MISTA		ENT. PRIVADAS		n.d.		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
ESTADO	1.601	91%	6	40%	2	67%	0	0%	1.609	90%
MISTA	9	1%	2	13%	0	0%	0	0%	11	1%
ENT. PRIVADAS	16	1%	0	0%	-	-	0	0%	16	1%
n.d.	133	8%	7	47%	1	33%	8	100%	149	8%
<b>TOTAIS</b>	<b>1.759</b>	<b>100%</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>	<b>3</b>	<b>100%</b>	<b>8</b>	<b>100%</b>	<b>1.785</b>	<b>100%</b>

**Quadro 33 – Utilização dos terrenos – 2012**

UTILIZAÇÃO	PROPRIEDADE								TOTAIS	
	ESTADO		MISTA		ENT. PRIVADAS		n.d.		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
ESTADO	1.694	90%	6	55%	10	91%	1	7%	1.711	89%
MISTA	15	1%	0	0%	0	0%	0	0%	15	1%
ENT. PRIVADAS	18	1%	0	0%	0	0%	0	0%	18	1%
n.d.	149	8%	5	45%	1	9%	13	93%	168	9%
<b>TOTAIS</b>	<b>1.876</b>	<b>100%</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>	<b>11</b>	<b>100%</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>	<b>1.912</b>	<b>100%</b>

**Quadro 34 – Utilização dos terrenos – 1T2013**

UTILIZAÇÃO	PROPRIEDADE								TOTAIS	
	ESTADO		MISTA		ENT. PRIVADAS		n.d.		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
ESTADO	1.742	89%	5	42%	13	100%	0	0%	1.760	88%
MISTA	13	1%	2	17%	0	0%	0	0%	15	1%
ENT. PRIVADAS	19	1%	0	0%	0	0%	0	0%	19	1%
n.d.	188	10%	5	42%	0	0%	17	100%	210	10%
<b>TOTAIS</b>	<b>1.962</b>	<b>100%</b>	<b>12</b>	<b>100%</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>	<b>17</b>	<b>100%</b>	<b>2.004</b>	<b>100%</b>

### 2.6.8.1 Utilização do edificado por título jurídico

Quanto ao título jurídico subjacente ao uso dos imóveis, ressalta a percentagem dominante de edificado do Estado utilizado pela ADE mediante cedências gratuitas, mais atenuada no 1T2013, devido à eliminação de registos do MDN. Neste último trimestre verifica-se ainda um aumento da utilização pela AIE de edificado próprio.

**Quadro 35 – Edificado do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2011**

TÍTULO JURÍDICO	UTILIZAÇÃO									TOTAIS	
	ADE	AIE	SEE	GO	OE	EI	TR	RAM	AL	Nº	%
PRÓPRIO	1.123	1.424	189	0	1	14	170	0	0	2.921	28%
ARRENDADO	76	148	38	0	0	1	0	2	2	267	3%
AFFECTO	5.795	1.136	196	3	42	0	2	0	78	7.252	69%
Gratuito	5.671	1.043	129	3	42	0	2	0	67	6.957	67%
Oneroso	80	33	53	0	0	0	0	0	8	174	2%
Outro	44	60	14	0	0	0	0	0	3	121	1%
<b>TOTAIS</b>	<b>6.994</b>	<b>2.708</b>	<b>423</b>	<b>3</b>	<b>43</b>	<b>15</b>	<b>172</b>	<b>2</b>	<b>80</b>	<b>10.440</b>	<b>100%</b>

**Quadro 36 – Edificado do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2012**

TÍTULO JURÍDICO	UTILIZAÇÃO										TOTAIS	
	ADE	AIE	SEE	GO	OE	EI	TR	MP	RAM	AL	Nº	%
PRÓPRIO	1.131	1.798	196	0	1	14	212	0	0	0	3.352	31%
ARRENDADO	66	150	43	0	0	1	0	0	2	2	264	2%
AFECTO	5.815	1.199	184	2	41	1	3	1	0	108	7.354	67%
Gratuito	5.761	1.104	117	2	41	1	3	1	0	90	7.120	65%
Oneroso	17	41	54	0	0	0	0	0	0	10	122	1%
Outro	37	54	13	0	0	0	0	0	0	8	112	1%
SUPERFICIÁRIO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>7.012</b>	<b>3.147</b>	<b>424</b>	<b>2</b>	<b>42</b>	<b>16</b>	<b>215</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>110</b>	<b>10.971</b>	<b>100%</b>

**Quadro 37 – Edificado do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 1T2013**

TÍTULO JURÍDICO	UTILIZAÇÃO										TOTAIS	
	ADE	AIE	SEE	GO	OE	EI	TR	MP	RAM	AL	Nº	%
PRÓPRIO	664	2.359	196	0	1	14	210	0	0	0	3.444	42%
ARRENDADO	118	151	43	0	0	1	0	0	2	2	317	4%
AFECTO	2.780	1.377	182	2	40	3	2	1	0	112	4.499	54%
Gratuito	2.741	1.172	117	2	40	3	2	1	0	92	4.170	50%
Oneroso	2	44	52	0	0	0	0	0	0	11	109	1%
Outro	37	161	13	0	0	0	0	0	0	9	220	3%
USUFRUATUÁRIO	0	7	0	0	0	0	0	0	0	1	8	0%
SUPERFICIÁRIO	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>3.562</b>	<b>3.896</b>	<b>422</b>	<b>2</b>	<b>41</b>	<b>18</b>	<b>212</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>115</b>	<b>8.271</b>	<b>100%</b>

O uso do edificado do Estado por entidades privadas tem-se mantido estável ao longo dos períodos de tempo em análise, notando-se que parte significativa deste património é utilizada mediante cedências onerosas.

**Quadro 38 – Edificado do Estado – Utilização por entidades privadas (título jurídico) – 2011**

TÍTULO JURÍDICO	TOTAIS	
	Nº	%
ARRENDADO	614	34%
AFECTO	1.198	66%
Gratuito	181	10%
Oneroso	1.016	56%
Outro	1	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>1.812</b>	<b>100%</b>

**Quadro 39 – Edificado do Estado – Utilização por entidades privadas (título jurídico) – 2012**

TÍTULO JURÍDICO	TOTAIS	
	Nº	%
ARRENDADO	591	31%
AFECTO	1.316	69%
Gratuito	285	15%
Oneroso	1.016	53%
Outro	15	1%
USUFRUATUÁRIO	2	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>1.909</b>	<b>100%</b>

**Quadro 40 – Edificado do Estado – Utilização por entidades privadas (título jurídico) – 1T2013**

TÍTULO JURÍDICO	TOTAIS	
	Nº	%
ARRENDADO	597	32%
AFECTO	1.290	68%
Gratuito	281	15%
Oneroso	994	53%
Outro	15	1%
USUFRUATUÁRIO	2	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>1.889</b>	<b>100%</b>

O edificado de entidades privadas é predominantemente utilizado pelo Estado mediante arrendamentos, tendo os respetivos totais de imóveis no SIIE sofrido ligeiras e graduais subidas ao longo do tempo, registando-se no 1T2013 um acréscimo significativo de imóveis arrendados a terceiros, por influência dos registos da ATA.

**Quadro 41 – Edificado de entidades privadas – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2011**

TÍTULO JURÍDICO	UTILIZAÇÃO							TOTAIS	
	ADE	AIE	SEE	GO	OE	EI	TR	Nº	%
ARRENDADO	583	388	69	4	3	4	0	1.051	79%
AFECTO	136	111	24	0	2	0	7	280	21%
Gratuito	130	97	13	0	0	0	7	247	19%
Oneroso	4	12	10	0	1	0	0	27	2%
Outro	2	2	1	0	1	0	0	6	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>719</b>	<b>499</b>	<b>93</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>1.331</b>	<b>100%</b>

**Quadro 42 – Edificado de entidades privadas – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2012**

TÍTULO JURÍDICO	UTILIZAÇÃO									TOTAIS	
	ADE	AIE	SEE	GO	OE	EI	TR	MP	AL	Nº	%
ARRENDADO	611	398	77	4	3	4	0	0	0	1.097	76%
AFECTO	162	118	25	0	1	0	28	5	1	340	24%
Gratuito	158	104	14	0	0	0	28	5	1	310	22%
Oneroso	2	14	10	0	1	0	0	0	0	27	2%
Outro	2	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>773</b>	<b>516</b>	<b>102</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1.437</b>	<b>100%</b>

**Quadro 43 – Edificado de entidades privadas – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 1T2013**

TÍTULO JURÍDICO	UTILIZAÇÃO									TOTAIS	
	ADE	AIE	SEE	GO	OE	EI	TR	MP	AL	Nº	%
ARRENDADO	1.201	411	76	4	2	4	0	0	0	1.698	83%
AFECTO	164	117	24	0	1	0	28	5	1	340	17%
Gratuito	159	103	14	0	0	0	28	5	1	310	15%
Oneroso	2	14	9	0	1	0	0	0	0	26	1%
Outro	3	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>1.365</b>	<b>528</b>	<b>100</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2.038</b>	<b>100%</b>

O uso de terrenos do Estado é fundamentalmente efetuado pela AIE como próprios e pela ADE mediante cedências gratuitas, mantendo-se esta característica sem alterações relevantes.

**Quadro 44 – Terrenos do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2011**

TÍTULO JURÍDICO	UTILIZAÇÃO					TOTAIS	
	ADE	AIE	SEE	GO	AL	Nº	%
PRÓPRIO	65	583	13	0	0	661	41%
ARRENDADO	0	1	0	0	0	1	0%
AFECTO	580	182	7	1	169	939	59%
Gratuito	568	180	5	1	129	883	55%
Oneroso	0	0	0	0	3	3	0%
Outro	12	2	2	0	37	53	3%
<b>TOTAIS</b>	<b>645</b>	<b>766</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>169</b>	<b>1.601</b>	<b>100%</b>

**Quadro 45 – Terrenos do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 2012**

TÍTULO JURÍDICO	UTILIZAÇÃO					TOTAIS	
	ADE	AIE	SEE	GO	AL	Nº	%
PRÓPRIO	67	617	14	0	0	698	41%
ARRENDADO	0	1	0	0	1	2	0%
AFECTO	634	182	7	1	170	994	59%
Gratuito	622	181	5	1	131	940	55%
Oneroso	0	0	0	0	2	2	0%
Outro	12	1	2	0	37	52	3%
<b>TOTAIS</b>	<b>701</b>	<b>800</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>171</b>	<b>1.694</b>	<b>100%</b>

**Quadro 46 – Terrenos do Estado – Utilização pelo Estado (título jurídico) – 1T2013**

TÍTULO JURÍDICO	UTILIZAÇÃO					TOTAIS	
	ADE	AIE	SEE	GO	AL	Nº	%
PRÓPRIO	67	624	14	0	0	705	40%
ARRENDADO	0	1	0	0	1	2	0%
AFECTO	639	216	7	1	170	1.033	59%
Gratuito	627	188	5	1	131	952	55%
Oneroso	0	0	0	0	2	2	0%
Outro	12	28	2	0	37	79	5%
USUFRUATUÁRIO	0	1	0	0	0	1	0%
SUPERFICIÁRIO	0	1	0	0	0	1	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>706</b>	<b>843</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>171</b>	<b>1.742</b>	<b>100%</b>

#### 2.6.8.2. Utilização do edificado arrendado a entidades privadas

No final de 2012, o SIIE apresentou 1.097 registos de edificado tomado de arrendamento pelo Estado a entidades privadas, verificando-se, relativamente a 2011, uma alteração expressiva dos respetivos totais, que implicou um aumento do indicador global de renda mensal/m<sup>2</sup>, fixado em 7,08€/m<sup>2</sup>, tendo para tal contribuído os valores de rendas registadas no SIIE em 2012 pelo MNE, o MS, o MF e sobretudo pelo MAI. No 1T2013 o indicador global foi ligeiramente alterado, fixando-se em 7,23€/m<sup>2</sup>, verificando-se um acréscimo acentuado do nº de imóveis arrendados a privados e respetiva área bruta ocupada, devido ao carregamento de registos promovido pela ATA, que introduziu no SIIE cerca de 600 imóveis arrendados a privados. As rendas médias mensais/m<sup>2</sup> por ministério apresentam desvios pouco acentuados face à média global, destacando-se sobretudo o caso do MNE, cuja média é de 13,03€/m<sup>2</sup>, e, por outro lado, o MSSS, cujo indicador se fixa em 1,63€/m<sup>2</sup>.

**Quadro 47 – Edificado de entidades privadas – Arrendamentos por ministério - 2011**

MINISTÉRIO	Imóveis		Área Bruta Ocupada		Renda Anual		Renda mensal/m2
	Nº	%	(m2)	%	(€)	%	(€)
PCM	45	4%	55.663	6%	6.200.271	8%	9,28
MAI	210	19%	144.701	16%	4.855.008	6%	2,80
MNE	177	16%	137.571	15%	13.728.638	18%	8,32
MF	32	3%	49.266	6%	4.060.390	5%	6,87
MDN	1	0%	1.400	0%	203.400	0%	12,11
MJ	-	-	-	-	-	-	-
MEE	159	14%	102.830	12%	9.170.992	12%	7,43
MAMAOT	89	8%	136.015	15%	6.302.733	8%	3,86
MSSS	9	1%	5.818	1%	1.384.686	2%	19,83
MS	314	28%	305.479	34%	9.946.538	13%	2,71
MEC	15	1%	15.735	2%	570.302	1%	3,02
OS	-	-	-	-	-	-	-
OE	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>1.051</b>	<b>95%</b>	<b>954.478</b>	<b>107%</b>	<b>56.422.958</b>	<b>74%</b>	<b>4,93</b>

**Quadro 48 – Edificado de entidades privadas – Arrendamentos por ministério – 2012**

MINISTÉRIO	Imóveis		Área Bruta Ocupada		Renda Anual		Renda mensal/m2
	Nº	%	(m2)	%	(€)	%	(€)
PCM	48	4%	63.455	7%	6.882.715	9%	9,04
MAI	192	18%	136.345	15%	14.474.250	19%	8,85
MNE	163	15%	107.698	12%	16.833.280	22%	13,03
MF	36	3%	44.926	5%	8.267.408	11%	15,34
MDN	81	7%	28.354	3%	770.676	1%	2,27
MJ	-	-	-	-	-	-	-
MEE	162	15%	104.008	12%	9.034.620	12%	7,24
MAMAOT	77	7%	81.443	9%	6.094.584	8%	6,24
MSSS	7	1%	1.252	0%	24.000	0%	1,60
MS	316	29%	308.132	35%	12.752.196	17%	3,45
MEC	15	1%	15.391	2%	563.364	1%	3,05
OS	-	-	-	-	-	-	-
OE	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>1.097</b>	<b>100%</b>	<b>891.004</b>	<b>100%</b>	<b>75.697.093</b>	<b>100%</b>	<b>7,08</b>

**Quadro 49 – Edificado de entidades privadas – Arrendamentos por ministério – 1T2013**

MINISTÉRIO	Imóveis		Área Bruta Ocupada		Renda Anual		Renda mensal/m2
	Nº	%	(m2)	%	(€)	%	(€)
PCM	44	3%	63.451	6%	6.907.863	7%	9,07
MAI	192	11%	140.232	12%	14.476.146	15%	8,60
MNE	163	10%	107.698	10%	16.833.280	17%	13,03
MF	639	38%	260.769	23%	27.239.700	28%	8,70
MDN	81	5%	28.354	3%	770.676	1%	2,27
MJ	-	-	-	-	-	-	-
MEE	158	9%	114.955	10%	10.484.808	11%	7,60
MAMAOT	78	5%	81.633	7%	6.100.908	6%	6,23
MSSS	8	0%	5.410	0%	105.720	0%	1,63
MS	319	19%	307.975	27%	12.795.120	13%	3,46
MEC	16	1%	20.865	2%	2.497.104	3%	9,97
OS	-	-	-	-	-	-	-
OE	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>1.698</b>	<b>100%</b>	<b>1.131.342</b>	<b>100%</b>	<b>98.211.325</b>	<b>100%</b>	<b>7,23</b>

### 3. EIXO DA REGULARIZAÇÃO JURÍDICA

#### 3.1. Enquadramento

Embora parte significativa do património imobiliário público não esteja sujeita à obrigatoriedade de regularização do respetivo registo predial, pelo facto de se encontrar por lei subtraída ao comércio jurídico-privado, o património imobiliário integrado no domínio privado do Estado ou próprio dos institutos públicos, está sujeito ao registo predial nos mesmos termos em que acontece para os bens de particulares, salvo uma ou outra regra especial ou naquilo que seja contrário à natureza própria desse domínio, conforme resulta do disposto no artigo 1304.º do Código Civil.<sup>5</sup>

Ora, sem prejuízo dos desenvolvimentos legislativos que visaram criar mecanismos flexíveis para a regularização jurídica destes imóveis, com destaque para a figura da justificação administrativa, prevista no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, a regularização jurídica do património imobiliário público tem-se revelado um processo complexo e moroso.

Este facto deve-se em parte à quantidade significativa de imóveis que carecem de intervenção neste domínio, nalguns casos com grande especificidade, sendo ainda de relevar que o processo de regularização jurídica do património imobiliário público envolve a participação de diversas entidades (conservatórias, serviços de finanças, câmaras municipais, etc.), o que acentua a morosidade deste processo.

#### 3.2. Objetivos

A RCM n.º 162/2008, de 24 de outubro, determinou que o MF, através da DGTF, procedesse ao acompanhamento e controlo do processo de regularização jurídica dos imóveis do Estado, implementado em todos os ministérios, com recurso aos instrumentos jurídicos adequados, definindo o seguinte âmbito de cobertura: 30% em 2009, 2010 e 2011, e 10% em 2012.

Nessa decorrência, no âmbito do PGPI e conforme disposto no artigo 113.º-A do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, devem os serviços e organismos públicos com personalidade jurídica, dotados ou não de autonomia financeira, que não tenham a natureza, a forma e a designação de empresa, fundação ou associação pública, fornecer à DGTF, até dia 30 de março de cada ano, a informação necessária para a regularização registral e matricial dos imóveis do domínio privado do Estado que lhes estejam afetos (*cf.* al. b)) e promover a regularização jurídica dos seus imóveis próprios (alínea c)), informando a DGTF no final de cada semestre de cada ano civil sobre aqueles que se encontram regularizados e por regularizar.

#### 3.3. Ações

Para o acompanhamento e controlo da atividade relativa à regularização jurídica dos imóveis do Estado e institutos públicos ou equiparados e aos restantes planos setoriais (avaliação, ocupação e conservação e reabilitação de imóveis), foi inicialmente elaborada pela DGTF uma matriz destinada à recolha de dados que, visando a harmonia da informação prestada, continha mapas distintos para cada plano setorial.

---

<sup>5</sup> Este preceito dispõe que “O domínio das coisas pertencentes ao Estado ou a quaisquer outras pessoas coletivas públicas está igualmente sujeito às disposições deste código em tudo o que não for especialmente regulado e não contrarie a natureza própria daquele domínio.”

Tendo esta matriz sido sucessivamente alterada no sentido da melhoria de qualidade e detalhe da informação, em 2012 foi assumida uma estrutura totalmente distinta das anteriores. Com efeito, na procura de um método de preenchimento mais automatizado e expedito, que permitisse uma análise simultânea de todos os planos setoriais, a nova matriz constituiu-se por um único mapa no qual se encontram reunidos todos os dados identificadores de entidades e imóveis, permitindo uma correspondência direta e fundamental com o SIIE, prosseguindo a lógica de preenchimento subjacente a este sistema, na perspetiva do ocupante, bem como os respetivos dados de carácter programático relativo a todos os planos sectoriais.

Contudo, foi sobretudo a necessidade de identificação clara dos imóveis referenciados nos planos setoriais, os quais nas anteriores matrizes apenas se indicavam nos totais de cada entidade, que determinou o vínculo da nova matriz à estrutura de dados adotada no SIIE, atendendo à elevada taxa de execução do eixo da inventariação e à consolidação da informação neste sistema.

Assim, a informação prestada em 2012 através dos planos setoriais revelou-se mais concreta e interligada com o principal instrumento de inventariação no âmbito do PGPI, no entanto subsistiu uma significativa lacuna de dados a qual condicionou uma plena leitura sobre o eixo da regularização, como adiante é assinalado.

### **3.4. Conclusões**

Com efeito, nos planos setoriais recolhidos até ao final de 2012, foi registado um total de 13.192 entradas, correspondentes a 12.938 registos de imóveis, dos quais 11.420 foram identificados no SIIE e 1.518 sem registo no SIIE. No âmbito da regularização jurídica, dos 11.420 registos, 7.565 foram identificados como pertencentes ao universo de imóveis do domínio privado do Estado e institutos públicos ou equiparados, sujeitos a regularização jurídica. O apuramento desse universo parcial de 7.565 imóveis foi sustentado pela correspondência aos registos em causa dos dados no SIIE associados à regularização, em concreto, a classificação da propriedade e a integração no domínio público, sendo esse o universo relevante para análise do grau de cumprimento do presente eixo.

Do universo de 7.565 imóveis, a percentagem de imóveis considerados regularizados para 2012 fixou-se em 74%. Esta percentagem foi apurada com base na situação inscrita no campo da matriz referente à programação da regularização jurídica. No entanto, dado o acentuado défice de informação neste campo (dos 7.565 imóveis, apenas 4.794 registos se encontram com programação definida sobre regularização jurídica, dos quais 3.148 registos foram indicados como regularizados), como suporte adicional recorreu-se à confirmação da existência de dados sobre inscrições matriciais ou registos prediais no SIIE, tendo-se assim extraído dos 2.771 registos sem programação um acréscimo de 2.479 aos 3.148 registos de imóveis considerados regularizados, o que perfaz um total de 5.627 registos de imóveis nestas condições, encontrando-se a situação sobre regularização jurídica dos restantes 1.938 registos discriminada e refletida no quadro seguinte.

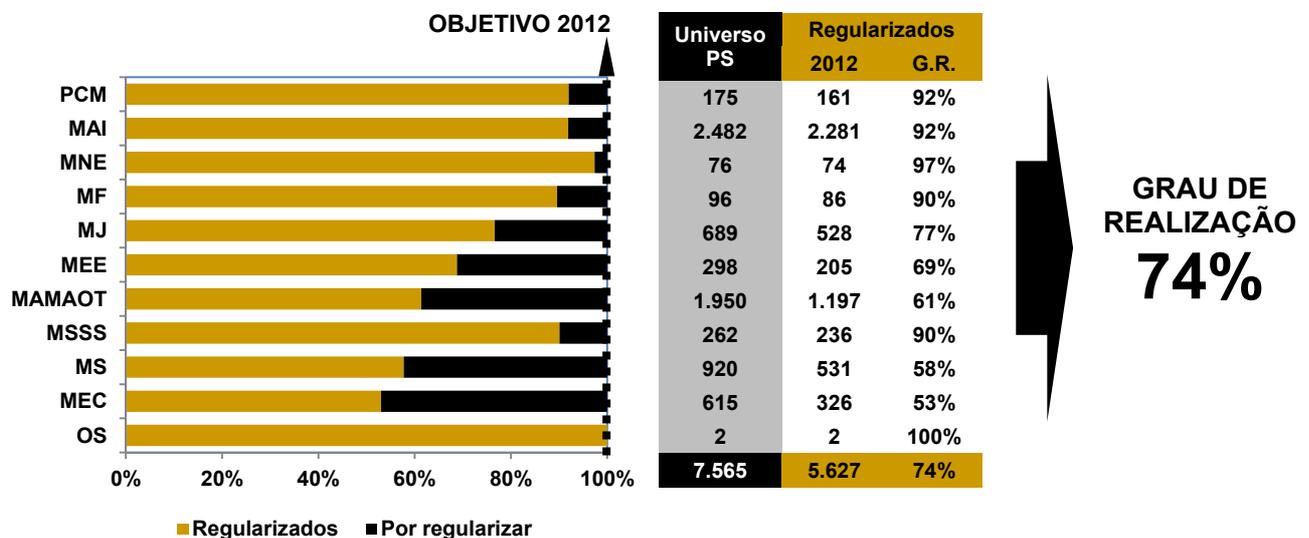
**Quadro 50 - Programação sobre regularização jurídica constante nos planos setoriais**

MINISTÉRIO	Dispensados	A regularizar	Reg. em curso	Regularizados	O. situações	n.d.	Totais
PCM	1	7	1	161	5	0	175
MAI	21	3	1	2.281	3	173	2.482
MNE	0	0	2	74	0	0	76
MF	0	2	0	86	8	0	96
MJ	80	78	3	528	0	0	689
MEE	12	70	3	205	4	4	298
MAMAOT	2	176	496	1.197	45	34	1.950
MSSS	0	14	0	236	12	0	262
MS	11	145	103	531	59	71	920
MEC	2	115	158	326	4	10	615
OS	0	0	0	2	0	0	2
<b>Totais</b>	<b>129</b>	<b>610</b>	<b>767</b>	<b>5.627</b>	<b>140</b>	<b>292</b>	<b>7.565</b>

Salienta-se que o recurso complementar à situação jurídica especificada no SIIE teve em conta que no sistema os campos referentes a inscrições matriciais e registos prediais não têm preenchimento obrigatório, admitindo-se que grande parte dos utilizadores releguem para momento posterior a inserção destes dados no SIIE, até porque o acesso a esta informação pode não ser imediato, sobretudo nos casos de imóveis com tipo de ocupação afeto ou arrendado, ou seja, o défice destes dados no SIIE não implica necessariamente a sua inexistência, motivo pelo qual se consideraram como regularizados, aqueles onde apenas figuram dados sobre artigos matriciais, para além dos que apresentam dados sobre registos prediais, devendo ainda lembrar-se que, em grande parte dos casos está em causa o fornecimento de dados com vista a intervenção final da DGTF, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

Assim, extrapolando a taxa de execução obtida para o universo total de imóveis do domínio privado do Estado e institutos públicos ou equiparados, considera-se que relativamente ao eixo da regularização em 2012 esta convergiu para 74%, fixando-se aquém da meta estabelecida para este ano (100%).

**Gráfico 16 – Regularização jurídica – Grau de realização por ministério**



Refira-se que, em 2012, todos os ministérios apresentaram informação sobre regularização de imóveis exceto o MDN. Contudo, tendo em conta que foi recentemente concluído o processo de validação de dados sobre imóveis ocupados pelo MDN, em particular pela Força Aérea, conforme já referido no âmbito do eixo de inventariação, o qual implicou a eliminação de cerca de 3.000 registos, de um total aproximado de 4.600 imóveis e considerando o estreito relacionamento da matriz com a informação vigente no SIIE, entendeu-se racional a estabilização prévia deste volume de registos, sem prejuízo do dever legal relativo aos planos setoriais. Por outro lado, a informação prestada pelo MDN em 2011, traduziu para o eixo da regularização um conjunto de apenas 70 imóveis, dos quais 61 se encontravam regularizados, que foram desafetados do domínio público militar ao abrigo da Lei de Programação das Infra -Estruturas Militares (LO n.º 3/2008 de 8 de Setembro), admitindo-se que em 2012 o conjunto de imóveis sujeitos a regularização jurídica por parte do MDN seja igualmente residual face ao total de imóveis considerados neste eixo do PGPI.

Comparativamente a 2011, o grau de realização por ministério no que se refere à regularização jurídica de imóveis, encontra-se profundamente dependente das desigualdades observadas entre as matrizes adotadas no âmbito dos planos setoriais. Se, por um lado, em 2011 a fonte de fornecimento de dados permitia uma leitura meramente numérica da situação jurídica dos imóveis por entidade e ministério, mas uma leitura global mais imediata, por outro, a recolha de dados operada em 2012 permitiu um estreito relacionamento com o SIIE, mas um acentuado défice de dados sobre programação, embora em parte compensado pelo SIIE, tendo sido apenas eleito parte do universo total de imóveis relativos ao eixo da regularização. Assim, de acordo com o quadro seguinte, apenas se revela viável efetuar um comparativo percentual entre 2011 e 2012 de imóveis regularizados por ministério, salientando-se a percentagem relativa ao MJ, exemplificativa das características distintas entre as referidas fontes de informação. Com efeito, neste caso crê-se fidedigna a percentagem de imóveis regularizados em 2012 dado que o MJ procedeu ao devido preenchimento da totalidade dos campos da matriz, relativos à situação jurídica daqueles listados, ao contrário da percentagem de 2011, a qual foi condicionada à análise de documentos e dados divergentes da matriz vigente naquele ano.

**Quadro 51 – Imóveis regularizados por ministério (Comparativo 2011-2012)**

MINISTÉRIO	2011	2012	VAR 2011-2012
PCM	68%	92%	24%
MAI	90%	92%	2%
MNE	50%	97%	47%
MF	68%	90%	21%
MDN	87%	-	-
MJ	91%	77%	-14%
MEE	51%	69%	17%
MAMAOT	43%	61%	18%
MSSS	84%	90%	6%
MS	31%	58%	27%
MEC	49%	53%	4%
OS	-	100%	-
<b>Totais</b>	<b>63%</b>	<b>74%</b>	<b>11%</b>

Quanto à distribuição geral por setor de atividade do conjunto de imóveis considerados no eixo da regularização jurídica, de acordo com o quadro seguinte, o qual apresenta os valores referentes ao quadriénio de 2009-2012 definido para o PGPI pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de outubro, para o total de 5.627 imóveis regularizados, 3.602 encontram-se afetos à ADE e referem-se a 74% do total estimado para este setor (4.854) e 2.025 pertencem à AIE e correspondem a 75% do respetivo total (2.711).

**Quadro 52 – Dados globais sobre a regularização jurídica por sector (quadriénio 2009-2012)\***

SECTOR	2009			2010			2011			2012		
	Universo SIE	REG.	%	Universo SIE	REG.	%	Universo PS	REG.	%	Universo PS	REG.	%
ADE	2.115	n.d.	n.d.	2.623	1.451	55%	4.903	2.795	57%	4.854	3.602	74%
AIE	952	n.d.	n.d.	3.906	1.749	45%	4.617	3.249	70%	2.711	2.025	75%
<b>TOTAIS</b>	<b>3.067</b>	<b>1.464</b>	<b>48%</b>	<b>6.529</b>	<b>3.200</b>	<b>49%</b>	<b>9.520</b>	<b>6.044</b>	<b>63%</b>	<b>7.565</b>	<b>5.627</b>	<b>74%</b>

\*Em 2009 e 2010, o universo de referência foi obtido através do SIE, tendo sido adaptado conforme os planos de regularização progressivamente remetidos pelas UGP. Em 2011 e 2012, o universo de referência foi principalmente baseado nos dados constantes nos planos de regularização.

## 4. EIXO DO REGIME DE UTILIZAÇÃO

### 4.1. Aplicação em 2012 do princípio da onerosidade

O ano de 2012, no que diz respeito ao eixo do regime de utilização, ficou marcado pela regulamentação da implementação gradual do princípio da onerosidade, visando a determinação dos termos em que será devida a contrapartida pelos serviços, organismos ou demais entidades utilizadoras de espaços públicos.

Os trabalhos foram desenvolvidos no âmbito da DGTF, tendo o primeiro trimestre de 2012 sido ocupado com a discussão e a preparação técnica do diploma regulamentador da aplicação do princípio. O projeto ficou concluído em maio e a sua publicação decorreu no mês de setembro (Portaria 278/2012, de 14 de setembro). Deste modo, e do ponto de vista jurídico, ficaram reunidas as condições para dar início à efetiva implementação da onerosidade, almejando-se “uma utilização mais racional dos recursos patrimoniais disponíveis” e uma “diminuição de encargos globais em termos financeiros”.

A partir de Agosto de 2012 decorreram os trabalhos de divulgação da portaria e de recolha, análise e preparação dos dados, bem como da emissão de orientações técnicas às UGP e aos serviços.

Relativamente ao primeiro aspeto, a DGTF promoveu, no decurso do último trimestre, reuniões de trabalho com as UGP dos seguintes Ministérios: MF, PCM, MAMAOT, MS, MEC, MSSS e MEE. Para além de questões genericamente relacionadas com a inventariação, nestas reuniões foi dado especial enfoque à apresentação e explicação do princípio da onerosidade, bem como ao procedimento de apuramento dos dados e liquidação dos valores.

Quanto ao segundo aspeto, foi desenvolvida uma aplicação informática interna que, a partir dos dados do SIIE e de acordo com as regras definidas na Portaria 278/2012, assegura o processamento automatizado da informação relativa à onerosidade. Foi já com base neste programa que, no início de Novembro, foram remetidas as listagens com os dados dos diversos Ministérios, a fim de serem validados ou alterados no SIIE. O processo de validação pelas UGP decorreu até 31 de Dezembro de 2012.

A DGTF preparou e emitiu ainda em 2012 três Orientações Técnicas relacionadas com a aplicação do princípio da onerosidade: critérios e procedimentos a adotar para a validação de entidades, classificações de ocupação válidas no contexto da aplicação da onerosidade e definição do conceito de área bruta ocupada.

Com a emissão destas orientações, procurou-se alcançar um triplo objetivo: definição e aplicação uniforme de critérios de recolha e validação dos dados; maior qualidade dos dados registados no SIIE que permita a obtenção de produtos de informação mais fidedignos da realidade existente; um maior envolvimento e alinhamento das UGP e dos serviços produtores da informação na gestão da informação a registar no SIIE, quer da sua utilização enquanto instrumento que permita levar a cabo um cruzamento eficiente entre a procura de ocupação de espaços e a oferta disponíveis, programando a utilização racional das instalações.

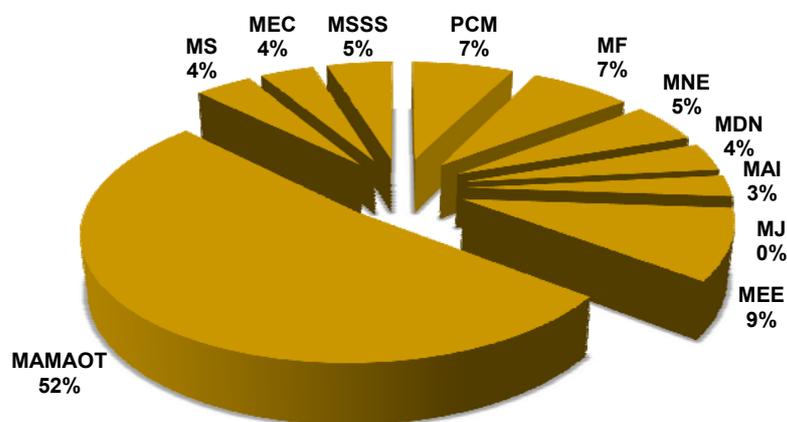
Deste conjunto de atividades ressalta que o desenvolvimento da aplicação do princípio da onerosidade assenta numa filosofia descentralizada e cooperativa, em que as tarefas a desenvolver pelos diversos intervenientes estão claramente definidas: às entidades compete, genericamente, assegurar o carregamento fiável e atempado dos dados no SIIE e a sua atualização; às UGP o controlo, a nível ministerial, desse carregamento e a certificação da sua exaustividade e qualidade; à DGTF, através da DCI, a condução técnica da aplicação do princípio, a validação, de segundo nível dos dados, o apuramento dos montantes a cobrar e a divulgação das ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade.

#### 4.2. Balanço intercalar

No seguimento do processo de validação de 2.º nível sobre os dados dos diversos ministérios, levado a cabo pela DGFT já no decurso do 1.º trimestre de 2013, tendo em vista o apuramento dos montantes a cobrar e a divulgação das ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade, apurou-se um universo potencial de 5.844 ocupações<sup>6</sup> tendo sido contabilizadas 599 ocupações sujeitas ao princípio da onerosidade (10,25%). Refira-se, porém, que as ocupações validadas não são representativas do universo estimado, devido à omissão relevante de dados de alguns Ministérios, mormente do MJ.

Do universo potencial apurado, foram validadas 467 ocupações (77,96%). A área bruta global ocupada é de 820.215,00 m<sup>2</sup>, correspondendo a uma área média de ocupação 1.756,35 m<sup>2</sup>. A área média de ocupação por pessoa é de 81,11 m<sup>2</sup>.

**Gráfico 17 – Ocupações por ministério**

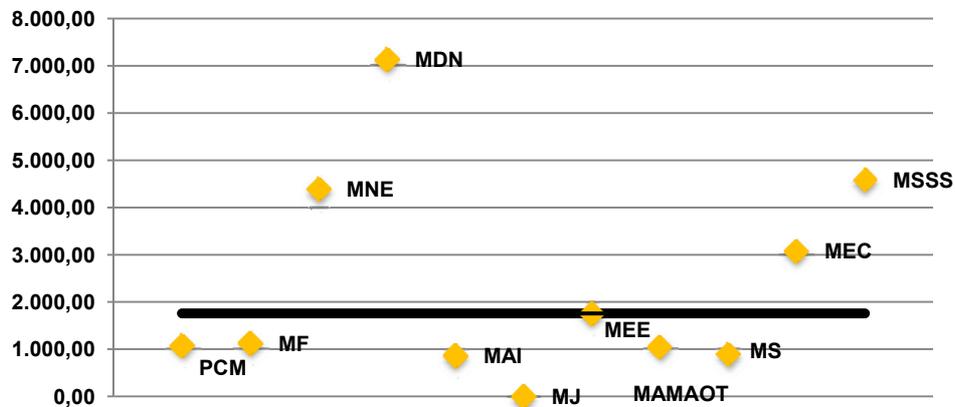


Mais de 64% das ocupações destinam-se à instalação de serviços de natureza administrativa. Contudo, a diversidade de imóveis presente dificulta uma comparação absoluta entre as diversas ocupações. Nem todas as ocupações implicam, necessariamente, a presença de pessoas no espaço considerado<sup>7</sup> e a adoção de um critério “largo” de levantamento das áreas ocupadas não consegue captar, de forma absolutamente fiável, as diferenças de finalidade das ocupações e a forma como estas se repercutem nas áreas.

<sup>6</sup> Ocupações de imóveis edificadas da titularidade do Estado, que não estejam já afetos onerosamente ou tomados de arrendamento.

<sup>7</sup> Por exemplo, depósitos de documentação, garagens.

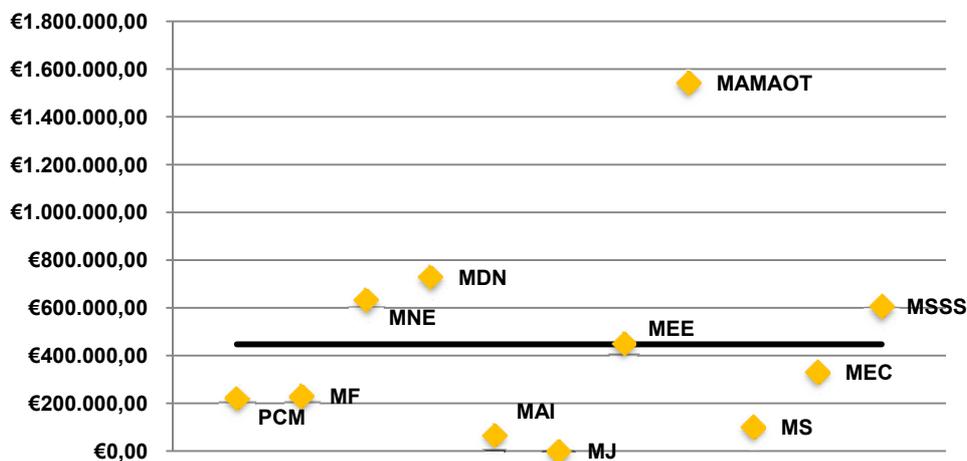
**Gráfico 18 – Áreas de ocupação por ministério**



Existem 125 ocupações que, embora sujeitas ao princípio da onerosidade, não puderam ser validadas, bem como um conjunto de ocupações, sujeitas ao princípio da onerosidade, em que o valor de avaliação do imóvel consta do SIE mas cuja renda não se encontra fixada.

As 467 ocupações validadas correspondem a uma receita mensal, para 2013, de 410.107,50 €, equivalendo uma receita anual de 4.921.290 €. O MAMAOT, o MDN, o MNE e o MSSS são os Ministérios que têm os encargos mais elevados. O encargo médio anual por pessoa é de 462,62 €, estando acima deste valor o MNE, o MDN, e o MSSS.

**Gráfico 19 – Encargo anual por ministério**



### 4.3. Síntese conclusiva

O processo de validação dos dados relevantes para a aplicação do princípio da onerosidade veio pôr a descoberto diversos problemas, decorrentes do modelo de gestão da informação sobre o património imobiliário.

De facto, mau grado a sua intenção inclusiva e participativa, o modelo desconcentrado de gestão da informação patrimonial não contribuiu para a obtenção de um resultado completamente fiável dos dados.

A ausência de colaboração de algumas UGP, para além de comprometer seriamente a aplicação do princípio da onerosidade, forçou a DGTF a ter que presumir da validade dos dados recolhidos. Contudo, por omissão absoluta de dados, não é possível aplicar o princípio da onerosidade a serviços do Ministério da Justiça que ocupam imóveis afetos da titularidade do Estado. Esta situação tem sido, aliás, recorrente desde o envio dos primeiros dados, em Novembro de 2012.

Existem outros problemas a montante que, no seu conjunto, têm um impacto negativo na aplicação do princípio da onerosidade. Com efeito, e desde logo, na estrutura de governação, continua por concluir o processo de criação das UGP e respetiva publicação no DR. À data da elaboração do presente relatório, encontram-se, pois, formalmente criadas, mediante despacho, cinco UGP - MNE, MAI, MAMAOT, MSSS E MEC. Não foram criadas as UGP da PCM, MF, MJ, MEE e MS, embora as leis orgânicas das SG destes Ministérios aludem à inventariação do património imobiliário.

Podendo não ter reflexo direto nos procedimentos de aplicação do princípio da onerosidade, a existência de uma estrutura desconcentrada de governação implica a partilha e aceitação de um conjunto de regras e partilha de informação, as quais se afiguram como relevantes para a definição dos papéis e do âmbito de intervenção das partes interessadas. Esta questão assume maior importância quando se trata de um procedimento que procede, diretamente, de uma recomendação do TC.

Bastante maior impacto tem a situação resultante da atualização das entidades em resultado do PREMAC. Não sendo o presente relatório o documento adequado para realizar um balanço detalhado da situação, importa referir que, mais de um ano passado sobre a publicação das primeiras leis orgânicas e mais de seis meses sobre a publicação do relatório final do PREMAC, verifica-se que continuam por estabilizar a maioria dos universos das entidades dos vários ministérios, uma boa parte sem *password* atribuída no SIIE, por não ter sido solicitada, e sem terem sido realizadas as correspondentes afetações de imóveis. De igual modo, continuam a verificar-se diversas lacunas, contradições e ausência de rigor nos dados constantes do SIIE, ao nível das classificações, do número de pessoas a ocupar as instalações, etc. Ora, tais constrangimentos prejudicam necessariamente a validade e fidedignidade dos dados inseridos no SIIE, ao ponto de se poder colocar a questão da sua plena adequação à realidade.

Subsistem ainda, a jusante, alguns obstáculos que poderão dificultar a implementação do princípio da onerosidade. Designadamente, os que dizem respeito à inscrição da verba no orçamento de 2013, ao circuito de cobrança e pagamento e ao processo de orçamentação para 2014. Devidamente identificados tais problemas em 2012 foi, logo em Janeiro de 2013, solicitada uma reunião à DGO para acerto dos procedimentos mas que, até à presente, e após insistência, não foi possível concretizar por falta de resposta daquela Direção-Geral.

Em suma, perante os dados apurados e validados, e não obstante a sua escassa representatividade, forçoso se torna concluir que existe um caminho a percorrer no sentido de obter uma maior eficiência das ocupações e na ponderação sobre a adequabilidade de certos imóveis para albergar serviços públicos.

## 5. EIXO DOS PROGRAMAS SECTORIAIS DE EXECUÇÃO DO PGPI

### 5.1. Balanço geral

O artigo 113.º - A (Execução do PGPI) do Decreto-Lei n.º 280/2007 de 7 de agosto, diploma que estabelece as disposições gerais sobre a gestão dos bens imóveis do domínio público do Estado e o regime jurídico da gestão dos bens imóveis do domínio privado do Estado e dos institutos públicos, aditado pelo artigo 5.º da Lei do OE para 2011 (Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro), consolidou a obrigatoriedade anual por parte dos serviços públicos utilizadores dos imóveis pertencentes ao Estado ou a organismos públicos com personalidade jurídica, dotados ou não de autonomia financeira, que não tenham a natureza, a forma e a designação de empresa, fundação ou associação pública, de procederem a uma gestão global e integrada da atividade no domínio dos designados planos setoriais.

Neste sentido, o mencionado artigo estipula que até 30 de março de cada ano, devem os referidos serviços apresentar ou atualizar junto da DGTF o programa das avaliações de imóveis que pretendam levar a cabo, com especificação da respetiva calendarização, bem como os planos de ocupação de espaço e de conservação e reabilitação de imóveis<sup>8</sup>.

Em 2012 todos os ministérios remeteram os planos sectoriais, exceto o MDN, sendo que apenas dois procederam ao seu envio após o final do prazo estipulado (MJ e MS). No caso do MDN e tal como anteriormente referido a propósito do Eixo da Regularização, a elaboração dos planos setoriais foi condicionada pelo processo de validação de dados no SIIE sobre imóveis ocupados por este ministério, em particular pela Força Aérea, o qual foi recentemente concluído e culminou na eliminação de cerca de 3.000 registos, de um total aproximado de 4.600 imóveis.

Sobre os resultados obtidos, embora se verifique um crescente empenho dos serviços nos planos sectoriais e crendo-se que a atual matriz, apesar de exigir uma identificação mais exaustiva do património imobiliário afeto às entidades, está mais simplificada face à anterior, permanecem contudo irregularidades nalguns campos, sobretudo a ausência significativa de dados relativos à programação, fundamentais para uma análise plenamente eficaz deste eixo do PGPI.

Numa abordagem meramente quantitativa e global, e ressalvada a escassa representatividade dos dados recebidos, podem resumir-se do seguinte modo os resultados dos planos sectoriais remetidos pelas UGP em 2012, conforme refletido nos quadros adiante apresentados:

- Dez ministérios remeteram a matriz geral dos planos setoriais, na qual se concentram dados sobre a regularização jurídica de imóveis, a programação de avaliações, os planos de ocupação de espaço e os planos de conservação e reabilitação de imóveis;
- No apuramento de dados nesta matriz, registaram-se 13.192 ocupações, correspondentes a 11.420 imóveis com registo SIIE e 1.518 imóveis sem registo SIIE, perfazendo um total de 12.938 imóveis;
- Sobre o programa de avaliações foi apurada a avaliação de 1.710 imóveis num montante global de cerca de €2.243M, prevendo-se a avaliação de 2.143 imóveis;
- Quanto aos planos de ocupação, prevê-se a libertação de 692 espaços com uma área bruta aproximada de 450.000m<sup>2</sup> e a ocupação de 15 espaços com cerca de 3.000m<sup>2</sup>;

---

<sup>8</sup> Tal como já anteriormente referido, nos termos do artigo 113.º - A do Decreto-Lei nº 280/2007 de 7 de agosto, os serviços devem ainda promover a regularização jurídica dos seus imóveis próprios e informar a DGTF no final dos semestres de cada ano sobre os imóveis regularizados e a regularizar e fornecer à DGTF, até 30 de Março de cada ano, a informação necessária para a regularização jurídica dos imóveis do domínio privado do Estado que lhes estejam afetos.

- No âmbito dos planos de conservação e reabilitação, foi apurado um total de 509 imóveis a intervir, com uma estimativa total de custos na ordem dos € 303M, prevendo-se que 222 destes imóveis sejam intervidos em 2012, envolvendo cerca de € 82M; do total de obras previstas, apurou-se um conjunto de 41 candidaturas ao FRCP, referente a uma estimativa de cerca de € 19M.

### **5.1.1. Matriz de controlo dos planos setoriais**

No âmbito dos planos sectoriais, nos primeiros três anos do PGPI, as matrizes constituídas como base de trabalho apenas permitiram a referência aos imóveis e respetivos dados de carácter programático sob a forma de valores totais e globais, sem possibilidade de identificação desses imóveis e sem qualquer correspondência ao SIIE, o que, a par das incongruências detetadas, suscitou dificuldades de entendimento dos resultados obtidos.

Com efeito, tendo em conta que a inventariação de imóveis atingiu uma considerável taxa de execução e que os dados no SIIE têm vindo a ser sucessivamente consolidados, entendeu-se que para o acompanhamento e controlo dos planos setoriais, estes dados deviam constituir-se como referência e deste modo conferida a devida primazia à informação disponibilizada pelo sistema. Assim, para 2012 foi desenvolvida uma matriz profundamente distinta das anteriores, na qual foi estabelecida uma correspondência direta e fundamental com o SIIE.

Na elaboração desta nova matriz procurou-se um método de preenchimento mais automatizado e expedito, sem rotinas repetitivas de dados, correspondendo esta a um mapa único, no qual se organizam os dados de carácter programático relativos a cada plano sectorial, partindo-se da identificação das entidades e dos imóveis conforme estruturado no SIIE e introduzindo-se a validação prévia e o preenchimento condicionado de campos, a fim de, tanto quanto possível, minimizar as irregularidades detetadas nas anteriores matrizes.

Em geral, estas alterações revelaram-se positivas embora, tal como anteriormente referido, se tenha assistido a uma ausência significativa no preenchimento dos campos de programação. Os dados remetidos pelas UGP foram compilados, submetidos a uma revisão geral e pontualmente alterados, em conformidade com a informação que lhes está adjacente e relacionada, o que visou a sua consolidação e apuramento de resultados. Na análise efetuada, foram ainda confirmados todos os dados inseridos na matriz e comuns ao SIIE, tendo sido substituídos, no caso de colidirem com a informação proveniente do sistema.

## **5.2. Programação das avaliações**

De acordo com o quadro seguinte, em 2012 dez ministérios e órgãos de soberania apresentaram um total de 1.710 imóveis avaliados, o qual envolve um montante global na ordem dos € 2.243M, tendo sido programadas 2.143 avaliações. A maioria dos imóveis avaliados refere-se a avaliações realizadas entre 2005 e 2009, promovidas em particular pelos MEC, MS, MSSS e MAMAOT. No âmbito da programação sobre avaliações foi ainda enquadrado noutras situações um conjunto significativo de imóveis (477), na sua maioria pelo facto dos valores indicados se considerarem desatualizados ou desajustados, sendo que, no caso da PCM, se refere apenas a um imóvel e no caso do MEC, refere-se em grande parte ao custo histórico do IST, ao valor de construção do Instituto Politécnico de Lisboa e ao valor de mercado do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, apurado em 2002. A percentagem de imóveis sem programação sobre avaliações é significativa, sendo maioritariamente do MAI, MAMAOT e MS.

**Quadro 53 - Resumo dos planos de avaliação 2012 por ministério**

MINISTÉRIO	AVALIADO 2005-2009		AVALIADO 2010		AVALIADO 2011		Outras		A AVALIAR	DISP.	n.d.
	Nº	Valor de mercado (euros)	Nº	Valor de mercado (euros)	Nº	Valor de mercado (euros)	Nº	Valor de mercado (euros)			
PCM	19	2.155.445	2	-	3	-	161	1.442.600	128	3	142
MAI	31	882.393	0	0	1	650.000	2	-	22	30	3.053
MNE	12	-	0	0	1	1.424.608	0	0	0	0	220
MF	60	13.056.569	0	0	3	-	30	-	17	0	13
MDN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MJ	2	-	0	0	0	0	0	0	667	570	0
MEE	65	52.547.645	17	29.968.126	34	43.717.211	29	-	244	43	522
MAMAOT	158	51.949.345	29	36.907.500	2	708.000	91	-	340	4	2.039
MSSS	233	88.496.008	3	6.650.000	3	19.172.800	25	-	11	0	0
MS	416	774.921.048	25	103.152.177	27	10.038.296	16	5.963.193	457	478	1.119
MEC	513	935.306.165	19	34.659.898	30	36.957.437	122	211.096.967	257	10	361
OS	2	-	0	0	0	0	1	-	0	0	1
<b>TOTAIS</b>	<b>1.511</b>	<b>1.919.314.618</b>	<b>95</b>	<b>211.337.700</b>	<b>104</b>	<b>112.668.351</b>	<b>477</b>	<b>218.502.760</b>	<b>2.143</b>	<b>1.138</b>	<b>7.470</b>

Tendo os planos de avaliação sido ainda organizados segundo o âmbito da propriedade dos imóveis, de acordo com a classificação atribuída pelo SIIE, no quadro seguinte verifica-se que a maioria das avaliações incide sobre património do Estado (ADE) e dos institutos públicos ou equiparados (AIE), sendo ainda assinalável o total referente a imóveis do sector empresarial do Estado (SEE). Neste contexto destaca-se ainda que, dos 1.710 imóveis avaliados, mais de metade constituem propriedade da AIE e foram avaliados entre 2005 e 2009 (886). Quanto aos imóveis inseridos noutras situações, no caso dos imóveis da ADE, da AIE e sem propriedade definida, os valores indicados referem-se praticamente na totalidade a instalações do MEC e no caso dos imóveis do SEE, a imóveis do MS.

**Quadro 54 - Resumo dos planos de avaliação 2012 por âmbito da propriedade**

PROPRIEDADE (âmbito)	AVALIADO 2005-2009		AVALIADO 2010		AVALIADO 2011		Outras		A AVALIAR	DISP.	n.d.
	Nº	Valor de mercado (euros)	Nº	Valor de mercado (euros)	Nº	Valor de mercado (euros)	Nº	Valor de mercado (euros)			
ADE	377	453.650.017	12	78.927.135	10	27.448.208	132	76.328.520	561	72	4.869
AIE	886	826.814.467	62	83.215.420	62	76.770.648	205	116.150.171	1.231	69	882
SEE	135	377.302.000	4	15.214.020	16	3.220.596	14	4.580.204	18	4	42
OS	1	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EI	1	536.000	13	10.146.126	0	0	0	0	0	0	0
Adm. Regionais	0	-	0	0	0	0	2	-	24	0	2
Adm. Locais	13	551.303	0	0	0	0	22	-	141	383	596
Compropriedade	19	69.510.840	4	23.835.000	8	2.426.900	9	-	13	25	86
Ent. Particulares	51	51.312.315	0	0	2	2.802.000	70	-	141	434	891
n.d.	28	139.637.676	0	0	6	-	23	21.443.865	14	151	102
<b>TOTAIS</b>	<b>1.511</b>	<b>1.919.314.618</b>	<b>95</b>	<b>211.337.700</b>	<b>104</b>	<b>112.668.351</b>	<b>477</b>	<b>218.502.760</b>	<b>2.143</b>	<b>1.138</b>	<b>7.470</b>

Face a 2011 e tendo em conta que a matriz utilizada nesse ano difere substancialmente da adotada em 2012, verifica-se que o défice de informação anteriormente referido tem incidência significativa nos imóveis avaliados entre 2009 e 2011 e é particularmente pautado pelo MAMAOT, embora o total de imóveis do MEC apontado em 2012 como já submetido a avaliação seja muito superior ao fixado em 2011. Por outro lado, assinala-se como relevante a incoerência entre os valores de mercado apurados em 2011 e em 2012, quanto aos imóveis da PCM e do MF. Sobre os imóveis a avaliar, destaca-se do mesmo modo a discrepância entre o total indicado pelo MAI em 2011 (3.046) e aquele refletido em 2012 (22), presumindo-se existir correspondência com o conjunto de imóveis deste ministério que apresenta ausência de programação sobre avaliações.

**Quadro 55 - Resumo dos planos de avaliação (Comparativo 2011-2012)**

MINISTÉRIO	2011			2012		
	AVALIADOS DE 2005 A 2010		A avaliar de 2011 a 2012	AVALIADOS DE 2005 A 2011		A avaliar a partir de 2012
	Nº	Valor de mercado (euros)	Nº	Nº	Valor de mercado (euros)	Nº
PCM	78	87.314.410	37	24	2.155.445	128
MAI	10	4.973.241	3.046	32	1.532.393	22
MNE	-	-	-	13	1.424.608	-
MF	48	96.289.220	38	65	13.056.569	17
MDN	-	-	-	-	-	-
MJ	-	-	-	2	0	667
MEE	246	255.627.957	366	116	126.232.982	244
MAMAOT	1.027	182.057.676	932	189	89.564.845	340
MSSS	246	94.075.516	34	239	114.318.808	11
MS	660	1.267.496.379	421	468	888.111.520	457
MEC	135	169.536.838	109	562	1.006.923.500	257
<b>TOTAIS</b>	<b>2.450</b>	<b>2.157.371.236</b>	<b>4.983</b>	<b>1.710</b>	<b>2.243.320.670</b>	<b>2.143</b>

### 5.3. Programação da ocupação

Conforme evidenciado no quadro seguinte, dez ministérios programaram a libertação de 692 instalações com a área bruta total de 448.914m<sup>2</sup>, as quais se concentram na esfera do MJ e do MAMAOT, e a ocupação de 15 instalações, correspondentes a uma área bruta total de 3.338m<sup>2</sup>, o que traduz a tendência crescente para a racionalização do uso de espaços pelos serviços públicos. No âmbito da programação sobre ocupação foi ainda enquadrado noutras situações um conjunto significativo de imóveis (217), salientando-se, pelo peso da respetiva área bruta total, os imóveis indicados pelo MEE, na sua maioria afetos ao Instituto do Turismo de Portugal, I.P., e pelo MS, sobretudo o Hospital Geral de Santo António, do Centro Hospitalar do Porto, EPE, arrendado a entidade privada e cuja área é cerca de 38.000m<sup>2</sup>. Contudo, tal como aconteceu nos planos de avaliação, registou-se um acentuado défice de informação na programação sobre ocupação, particularmente incidente no MAI e no MAMAOT.

**Quadro 56 – Resumo dos planos de ocupação 2012 por ministério**

MINISTÉRIO	A LIBERTAR		A MANTER		A OCUPAR		Outras		▲ (Espaços a ocupar - Espaços a libertar)		n.d.
	Nº	A. Bruta (m2)	Nº	A. Bruta (m2)	Nº	A. Bruta (m2)	Nº	A. Bruta (m2)	Nº	A. Bruta (m2)	
PCM	8	6.027	305	1.167.147	0	0	11	9.582	-8	-6.027	144
MAI	0	0	61	53.441	0	0	0	0	0	0	3.100
MNE	1	-	230	54.808	0	0	2	418	-1	-	0
MF	1	470	107	109.622	0	0	0	0	-1	-470	20
MDN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MJ	344	124.833	874	1.613.631	6	-	8	2.405	-338	-	7
MEE	1	-	441	593.956	0	0	21	44.012	-1	-	517
MAMAOT	273	136.764	974	681.956	0	0	139	6.152	-273	-136.764	1.348
MSSS	6	2.652	275	1.149.069	0	0	0	0	-6	-2.652	0
MS	56	177.158	1.835	4.088.901	3	540	27	50.972	-53	-176.618	670
MEC	2	1.010	1.015	3.052.125	6	2.798	9	1.118	4	1.788	342
OS	0	0	3	11.782	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>692</b>	<b>448.914</b>	<b>6.120</b>	<b>12.576.439</b>	<b>15</b>	<b>3.338</b>	<b>217</b>	<b>114.659</b>	<b>-677</b>	<b>-445.576</b>	<b>6.148</b>

Quanto aos planos de ocupação, organizados segundo o âmbito da propriedade dos imóveis, no caso dos espaços previstos para libertação, verifica-se uma distribuição relativamente equilibrada entre imóveis do Estado (ADE) e imóveis pertencentes a institutos públicos ou equiparados (AIE), sendo ainda expressivo o conjunto daqueles que constituem propriedade de entidades privadas (106), aos quais corresponde perto de metade da área bruta total prevista para desocupação. A maioria dos imóveis da ADE foram indicados para libertação pelo MAMAOT e a maioria dos imóveis pertencentes à AIE, pelo MJ, sendo que, parte significativa destes, de acordo com o SIIE, têm ocupação própria ou seja, constituem propriedade do IGFEJ, I.P. No total de imóveis que se destinam a ser libertados e que constituem propriedade de entidades privadas, cerca de metade foram propostos pelo MJ e parte significativa dos restantes, pelo MS, representando estes praticamente o total apontado para libertação pelo ministério.

**Quadro 57 – Resumo dos planos de ocupação 2012 por âmbito da propriedade**

PROPRIEDADE (âmbito)	A LIBERTAR		A MANTER		A OCUPAR		Outras		▲ (Espaços a ocupar - Espaços a libertar)		n.d.
	Nº	A. Bruta (m2)	Nº	A. Bruta (m2)	Nº	A. Bruta (m2)	Nº	A. Bruta (m2)	Nº	A. Bruta (m2)	
ADE	237	55.525	1.549	4.532.299	4	2.798	158	25.889	-233	-52.727	4.157
AIE	296	127.413	2.368	4.386.255	5	-	36	37.262	-291	-	773
SEE	1	614	131	574.985	0	0	9	4.710	-1	-614	99
OS	0	0	1	2.618	0	0	0	0	0	0	0
EI	0	0	14	7.715	0	0	0	0	0	0	0
Adm. Regionais	0	0	26	-	0	0	0	0	0	0	2
Adm. Locais	24	11.513	753	390.251	0	0	1	600	-24	-11.513	377
Compropriedade	6	34.985	95	236.296	1	540	5	1.398	-5	-34.445	67
Ent. Particulares	106	201.443	1.018	2.115.986	3	-	7	44.800	-103	-	529
n.d.	22	17.422	165	330.034	2	-	1	-	-20	-	144
<b>TOTAIS</b>	<b>692</b>	<b>448.914</b>	<b>6.120</b>	<b>12.576.439</b>	<b>15</b>	<b>3.338</b>	<b>217</b>	<b>114.659</b>	<b>-677</b>	<b>-445.576</b>	<b>6.148</b>

Na comparação com o ano anterior, verifica-se em geral um acentuado decréscimo do total de imóveis e respetiva área bruta previstos para ocupação e por outro lado um aumento acentuado do total de imóveis e respetiva área bruta previstos para libertação, o qual praticamente duplicou, embora tal facto se deva sobretudo ao MJ e ao MAMAOT, concorrendo para a crescente racionalização de espaços, em parte impulsionada pela perspectiva de aplicação do princípio da onerosidade.

**Quadro 58 – Resumo dos planos de ocupação (Comparativo 2011 – 2012)**

MINISTÉRIO	2011				2012			
	Espaços a libertar		Espaços a ocupar		Espaços a libertar		Espaços a ocupar	
	Nº	A. Útil Funcional (m2)	Nº	A. Útil Funcional (m2)	Nº	A. Bruta (m2)	Nº	A. Bruta (m2)
PCM	8	19.240	0	0	8	6.027	0	0
MAI	7	3.984	7	10.047	0	0	0	0
MNE	-	-	-	-	1	-	0	0
MF	1	1.871	86	118.433	1	470	0	0
MDN	-	-	-	-	-	-	-	-
MJ	40	17.547	9	6.241	344	124.833	6	-
MEE	29	602.467	1	581	1	-	0	0
MAMAOT	154	232.211	78	36.045	273	136.764	0	0
MSSS	10	4.073	4	1.445	56	177.158	3	540
MS	60	34.572	7	5.963	6	2.652	0	0
MEC	3	1.053	2	2.637	2	1.010	6	2.798
<b>TOTAIS</b>	<b>312</b>	<b>917.017</b>	<b>194</b>	<b>181.392</b>	<b>692</b>	<b>448.914</b>	<b>15</b>	<b>3.338</b>

#### 5.4. Programação da reabilitação e conservação

No âmbito dos planos de conservação e reabilitação, em 2012 dez ministérios programaram intervenções de obras num total de 509 imóveis, correspondente a um montante global estimado em cerca de € 303M. Dos ministérios envolvidos, o MEC prevê a execução de obras num maior número de imóveis, correspondendo porém a uma estimativa de custos menos expressiva face a outros ministérios como o MS ou o MJ, casos em que a um menor número de imóveis correspondem encargos mais relevantes no total estimado. Do total de imóveis a intervir foram discriminadas as intervenções que se constituem como objeto de candidatura ao FRCP, tendo sido apurado um total de 41 candidaturas, envolvendo um encargo estimado em cerca de € 19M. Tal como nos restantes planos setoriais, no caso dos planos de reabilitação e conservação verifica-se igualmente um acentuado conjunto de imóveis sem programação definida sobre obras.

**Quadro 59 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação 2012 por ministério**

MINISTÉRIO	A INTERVIR (Total)		A INTERVIR (Candidaturas ao FRCP)		A MANTER	Outras	n.d.
	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)			
PCM	68	24.594.050	6	4.335.762	139	84	177
MAI	16	2.481.000	4	580.000	60	0	3.085
MNE	4	1.532.645			227	2	0
MF	3	1.448.637	2	781.000	103	5	17
MDN	-	-			-	-	-
MJ	23	97.712.434			1.216	0	0
MEE	42	3.224.434			277	30	631
MAMAOT	75	7.768.393	18	1.985.055	1.125	2	1.532
MSSS	8	1.524.450	1	505.000	260	7	6
MS	85	117.144.363	7	10.346.556	1.483	45	978
MEC	184	45.378.112	3	-	460	3	727
OS	1	250.000			2	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>509</b>	<b>303.058.519</b>	<b>41</b>	<b>18.533.373</b>	<b>5.352</b>	<b>178</b>	<b>7.153</b>

Considerando os tipos de obras, tal como esperado, regista-se uma percentagem mais elevada de imóveis sujeitos a obras de conservação, sendo progressivamente menores os totais envolvidos em obras de beneficiação, alteração e ampliação. Por seu turno, verificam-se inversamente proporcionais os encargos estimados para cada tipo de obras, naturalmente explicado pelos seus diferentes graus de complexidade. Quanto a obras de conservação, destacam-se os montantes assinalados para imóveis na esfera da PCM, do MS e do MEC, quanto a obras de beneficiação e de alteração, as estimativas de custos referentes a imóveis do MS e quanto a obras de ampliação, a estimativa apontada para apenas dois imóveis do MJ, de forte impacto na estimativa total para este tipo de obras, dos quais se salienta o encargo estimado para a sede nacional da Polícia Judiciária, em Lisboa, na ordem dos €86M.

**Quadro 60 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação 2012 por ministério – Tipos de obras previstas nos espaços a intervir**

MINISTÉRIO	A INTERVIR											
	I - Obras de Conservação		II - Obras de Beneficiação		III - Obras de Alteração		IV - Obras de Ampliação		N. Definidas		TOTAIS	
	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)
PCM	49	11.658.678	17	11.725.372	2	1.210.000	0	0	0	0	68	24.594.050
MAI	10	1.136.000	4	795.000	1	400.000	1	150.000	0	0	16	2.481.000
MNE	1	940.388	3	592.257	0	0	0	0	0	0	4	1.532.645
MF	1	651.000	2	797.637	0	0	0	0	0	0	3	1.448.637
MDN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MJ	14	1.964.933	1	185.000	6	8.035.024	2	87.527.478	0	0	23	97.712.434
MEE	31	921.934	9	1.902.500	2	400.000	0	0	0	0	42	3.224.434
MAMAOT	45	2.418.321	23	3.623.560	3	905.376	4	821.135	0	0	75	7.768.393
MSSS	1	15.000	7	1.509.450	0	0	0	0	0	0	8	1.524.450
MS	22	11.478.017	29	28.228.302	22	41.774.329	12	35.663.715	0	0	85	117.144.363
MEC	122	10.288.291	23	8.884.653	8	7.784.243	7	11.762.175	24	6.658.750	184	45.378.112
OS	0	0	1	250.000	0	0	0	0	0	0	1	250.000
<b>TOTAIS</b>	<b>296</b>	<b>41.472.562</b>	<b>119</b>	<b>58.493.732</b>	<b>44</b>	<b>60.508.971</b>	<b>26</b>	<b>135.924.503</b>	<b>24</b>	<b>6.658.750</b>	<b>509</b>	<b>303.058.519</b>

Por outro lado, os planos de reabilitação e conservação, organizados de acordo com o âmbito da propriedade dos imóveis envolvidos, revelam que as intervenções de obras previstas concentram-se e distribuem-se equitativamente em imóveis que constituem propriedade do Estado (ADE) e de institutos públicos ou equiparados (AIE), verificando-se a mesma tendência quanto ao tipo de obras em causa, mormente, obras de conservação.

**Quadro 61 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação 2012 por âmbito da propriedade**

PROPRIEDADE (âmbito)	A INTERVIR (Total)		A INTERVIR (Candidaturas ao FRCP)		A MANTER	Outras	n.d.
	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)			
ADE	206	80.783.729	30	10.898.614	1.840	93	3.966
AIE	205	64.329.536	4	460.000	1.523	16	1.734
SEE	16	31.229.257	1	3.180.811	156	20	48
OS	0	0	0	0	1	0	0
EI	10	111.000	0	0	4	0	0
Adm. Regionais	0	0	0	0	24	0	4
Adm. Locais	10	2.145.400	0	0	637	2	506
Compropriedade	15	10.958.751	2	156.900	85	14	60
Ent. Particulares	32	15.728.247	2	3.266.000	855	25	751
n.d.	15	97.772.599	2	571.049	227	8	84
<b>TOTAIS</b>	<b>509</b>	<b>303.058.519</b>	<b>41</b>	<b>18.533.373</b>	<b>5.352</b>	<b>178</b>	<b>7.153</b>

**Quadro 62 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação 2012 por âmbito da propriedade – Tipos de obras previstas nos espaços a intervir**

PROPRIEDADE (âmbito)	A INTERVIR										TOTAIS	
	I - Obras de Conservação		II - Obras de Beneficiação		III - Obras de Alteração		IV - Obras de Ampliação		N. Definidas			
	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)	Nº	Estimativa Total (euros)
ADE	114	21.911.788	66	33.230.979	14	18.456.929	8	6.728.282	4	455.750	206	80.783.729
AIE	133	11.619.340	36	10.236.966	16	29.269.467	8	9.037.764	12	4.166.000	205	64.329.536
SEE	6	807.672	4	5.679.790	3	7.910.984	3	16.830.811	0	0	16	31.229.257
OS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EI	10	111.000	0	0	0	0	0	0	0	0	10	111.000
Adm. Regionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adm. Locais	4	473.000	2	206.000	3	1.316.754	1	149.646	0	0	10	2.145.400
Compropriedade	9	5.278.067	4	5.312.139	2	368.545	0	0	0	0	15	10.958.751
Ent. Particulares	18	685.145	6	3.406.101	5	3.037.000	3	8.600.000	0	0	32	15.728.247
n.d.	2	586.550	1	421.756	1	149.293	3	94.578.000	8	2.037.000	15	97.772.599
<b>TOTAIS</b>	<b>296</b>	<b>41.472.562</b>	<b>119</b>	<b>58.493.732</b>	<b>44</b>	<b>60.508.971</b>	<b>26</b>	<b>135.924.503</b>	<b>24</b>	<b>6.658.750</b>	<b>509</b>	<b>303.058.519</b>

Comparativamente a 2011, do universo de imóveis identificados com necessidade de obras, foram isolados aqueles para os quais foi definido o horizonte temporal das obras previstas, em concreto, através dos dados referentes ao início da intervenção (ano) e ao prazo de execução (nº meses), a fim de ser permitida uma correspondência com os dados de 2011. Assim, de acordo com o quadro seguinte, foi apurado um total de 287 imóveis intervencionados em 2012, aos quais diz respeito a uma estimativa de custos de cerca de € 221M e um total de 222 imóveis a intervencionar no mesmo ano, aos quais refere-se um encargo estimado em cerca de € 82M. Neste contexto, verifica-se em 2012 um decréscimo acentuado de intervenções de obras concretizadas, face ao programado em 2011, particularmente influenciado pelos totais relativos ao MS, afigurando-se que tal facto terá sido influenciado pelo crescente controlo da despesa pública e pela definição de estratégias relativas à gestão e manutenção de imóveis.

**Quadro 63 – Resumo dos planos de reabilitação e conservação (Comparativo 2011-2012)**

MINISTÉRIO	2011				2012			
	Intervencionados em 2011		Imóveis a intervencionar 2011-2012		Intervencionados em 2012		Imóveis a intervencionar	
	Nº	Estimativa (euros)	Nº	Estimativa (euros)	Nº	Estimativa (euros)	Nº	Estimativa (euros)
PCM	13	838.750	25	7.343.750	16	4.731.668	52	19.862.382
MAI	44	2.827.270	102	6.476.845	5	725.000	11	1.756.000
MNE	-	-	-	-	4	1.532.645	0	0
MF	13	1.696.128	23	8.305.280	4	1.698.637	0	0
MDN	-	-	-	-	-	-	-	-
MJ	6	1.622.124	6	2.888.040	22	97.712.434	1	-
MEE	248	14.063.774	254	22.578.340	33	3.224.434	9	-
MAMAOT	38	4.153.150	151	19.015.953	26	3.583.817	49	4.184.575
MSSS	28	3.981.901	32	20.675.794	7	1.497.500	1	26.950
MS	0	0	149	232.385.121	68	77.822.365	17	39.321.998
MEC	40	7.994.463	109	25.537.361	102	28.720.112	82	16.658.000
<b>TOTAIS</b>	<b>430</b>	<b>37.177.560</b>	<b>851</b>	<b>345.206.483</b>	<b>287</b>	<b>221.248.614</b>	<b>222</b>	<b>81.809.905</b>

#### 5.4.1. O Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

##### 5.4.1.1. Atividade desenvolvida

No ano de 2012, foram realizadas treze reuniões da Comissão Diretiva das quais foi lavrada ata, para apreciação dos assuntos que competem a este órgão. Os temas apreciados nas referidas reuniões incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, às decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda à gestão e programação financeira do Fundo.

A atividade desenvolvida pelo Fundo, no ano de 2012, integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se revelaram bastante satisfatórios, encontrando-se sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

O efeito global e conjugado das medidas de contenção orçamental adotadas foi sentido ao nível da execução financeira dos projetos aprovados, sobretudo pela dificuldade dos serviços beneficiários em assegurar os meios necessários da sua responsabilidade. Teve ainda repercussões na atividade do Fundo o atraso registado no processo de reestruturação dos serviços da Administração Pública Central, no âmbito do PREMAC, por ter sido mais moroso e em certas situações acarretou a fusão dos respetivos orçamentos e a transição dos processos das candidaturas para os novos organismos que sucederam nas respetivas funções.

Todavia, comparativamente ao ano anterior, verificou-se um acréscimo na celebração de contratos de financiamento das operações aprovadas, embora a níveis inferiores ao que seria desejável, uma vez que foram celebrados 9 contratos de financiamento, a que corresponde um volume de financiamento de € 1.239.392,45.

Este progresso não foi acompanhado a nível da execução física e financeira, cujo valor é apenas de € 129.711,21, traduzindo as dificuldades sentidas pelas entidades no lançamento dos procedimentos de contratação pública nos prazos programados, decorrentes do atraso registado na obtenção dos pareceres e respetivos despachos autorizadores dos mesmos.

Ao nível da articulação com os organismos foi feito um esforço no sentido de intensificar os contactos com as unidades de gestão patrimonial e os serviços beneficiários, assegurando um acompanhamento mais efetivo na instrução dos processos de candidatura e na execução das operações aprovadas e das dificuldades verificadas na sua execução, visando agilizar os procedimentos e maior eficiência de gestão.

É de assinalar também que foram tomadas iniciativas legislativas que culminaram com a introdução de alterações na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013, nomeadamente no artigo 170.º que conferiu nova redação dos artigos 2.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro. As alterações introduzidas respeitam ao objeto e finalidade do Fundo, constituindo uma medida de grande importância, porquanto vai permitir o financiamento nas operações de ampliação e de adaptação dos imóveis e, ainda, às fontes de financiamento, que passaram a contemplar até 50% das receitas resultantes do arrendamento de bens imóveis do Estado, contribuindo deste modo para dotar o Fundo de mais meios financeiros.

No que respeita às fontes de financiamento cabe também mencionar a Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, que aprovou a regulamentação do princípio da onerosidade em relação à ocupação e utilização dos imóveis do Estado pelos serviços e organismos públicos e fixou a afetação ao Fundo de 49% da receita daquela proveniência.

Deve ainda referir-se o avanço verificado em 2012 no desenvolvimento dos trabalhos preparatórios necessários à implementação da solução GeRFIP, de gestão de recursos financeiros em modo partilhado, cuja entrada em produção foi iniciada em janeiro de 2013.

#### **5.4.1.2. Apreciação sumária das candidaturas apresentadas**

Em 2012 teve lugar o quarto ano da vigência dos apoios financeiros às operações de recuperação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado, tendo-se registado a apresentação de 147 candidaturas, que envolvem um investimento total de 107 milhões de euros, valor que se situa bastante acima dos 41 milhões de euros, correspondente às disponibilidades existentes do Fundo (incluindo o saldo de gerência transitado de 2011).

**Quadro 64 - Evolução das candidaturas apresentadas (2009 – 2012)**

MINISTÉRIO	2009		2010		2011		2012		TOTALS	
	N.º	Estimativa Orçamental (€)	N.º	Estimativa Orçamental (€)	N.º	Estimativa Orçamental (€)	N.º	Estimativa Orçamental (€)	N.º	Estimativa Orçamental (€)
PCM	10	12.020.815,26	8	2.245.290,04	4	1.217.700,00			22	15.483.805,30
MAI	2	274.650,00	3	571.925,40	–		14	1.591.398,60	19	2.437.974,00
MAMAOT			26	4.135.772,48	1	697.339,00			27	4.833.111,48
MEE	12	7.296.153,56					1	437.759,53	13	7.733.913,09
MS			53	69.938.337,53	1	465.782,00			54	70.404.119,53
MEC	1	1.019.104,82	9	4.232.560,27	–		–		10	5.251.665,09
MSSS	1	332.300,92							1	332.300,92
MF							1	143.541,00	1	143.541,00
<b>TOTALS</b>	<b>26</b>	<b>20.943.024,56</b>	<b>99</b>	<b>81.123.885,72</b>	<b>6</b>	<b>2.380.821,00</b>	<b>16</b>	<b>2.172.699,13</b>	<b>147</b>	<b>106.620.430,41</b>

Comparativamente com o ano anterior, verifica-se que apesar de se ter registado um aumento muito significativo (166,7%) a nível do número de candidaturas apresentado, no entanto, a estimativa orçamental associada é inferior à do ano anterior (8,7%), devendo-se tal facto a que as operações de intervenção propostas para 6 candidaturas, apontam para um valor inferior a € 100.000.

Estas intervenções enquadram-se na tipologia de operações de reabilitação e foram consideradas relevantes e/ou urgentes, quer por promoverem a eficiência energética do imóvel, quer pela gravidade das deficiências de salubridade existentes em instalações sanitárias do imóvel ou causadas pela infiltração de água através da cobertura.

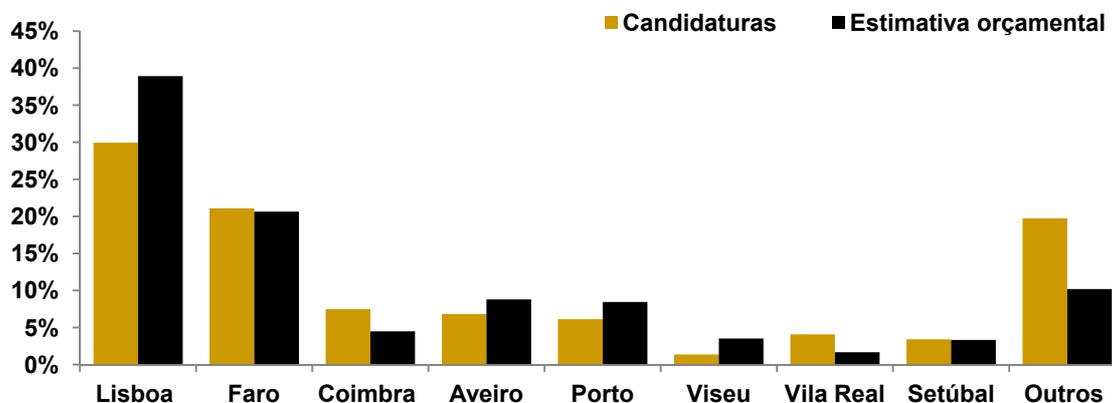
De referir ainda que, em termos acumulados, no âmbito dos Ministérios deve ser destacado o facto de o maior número de candidaturas apresentadas ao Fundo e investimento envolvido estar alocado ao MS, seguindo-se o MAMAOT, a PCM e o MAI.

#### 5.4.1.3. Distribuição Geográfica

O número de candidaturas apresentadas e o volume de financiamento que lhes está associado, justifica também uma referência à localização dos investimentos envolvidos, confirmando-se a forte concentração, já observada desde 2010, no distrito de Lisboa com um valor aproximado de € 41.498 milhares de euros, correspondente a 38,9%.

Continua também a ser o distrito de Faro que, excluindo Lisboa e em comparação com os restantes distritos, apresenta um volume de investimento mais significativo, assumindo especial relevo as candidaturas apresentadas pelo MS, com 17 atribuídas à Administração Regional de Saúde do Algarve e, ainda, as 9 candidaturas relativas ao MAMAOT.

**Gráfico 20 - Distribuição geográfica das candidaturas apresentadas por distrito**



#### 5.4.1.4. Distribuição por Entidades

Analisando os valores abaixo apresentados, dois aspetos merecem, desde logo, realce que, em termos de número de candidaturas, estas se concentram nos serviços que integram a Administração Direta do Estado (ADE), responsável por 44,2 % das candidaturas apresentadas, embora lhes correspondam apenas 18% do investimento e o peso, especialmente significativo em termos de investimento, do sector das Entidades Públicas Empresariais responsável por 40%, com apenas 23 candidaturas. Esta última situação prende-se com o facto de as intervenções propostas serem promovidas por unidades de saúde e estarem associadas a instalações hospitalares.

É ainda de realçar que em termos de números de candidaturas segue-se a Administração Indireta do Estado (AIE) (38,1%), evidenciando uma alteração na proporção quando comparado com os anos anteriores, em que a (AIE) apresentava valor superior. Para esta alteração contribuiu o facto de 14 das 16 candidaturas submetidas em 2012 integrarem o grupo (ADE).

**Quadro 65 - Distribuição de candidaturas por grupos de entidades**

SETOR	CANDIDATURAS		
	N.º	Valor (€)	%
Administração Direta do Estado	65	19.130.913,74	18%
Administração Indireta do Estado	56	42.642.498,58	40%
Entidades Públicas Empresariais	23	42.871.869,89	40%
Administração Local	1	37.238,58	0%
Outros	2	1.937.909,62	2%
<b>TOTAIS</b>	<b>147</b>	<b>106.620.430,41</b>	<b>100%</b>

#### 5.4.1.5. Análise qualitativa

No decorrer do ano de 2012 foram apresentadas 16 novas candidaturas, 14 no âmbito do MAI, sendo 9 afetas à GNR e 5 afetas à PSP e 2 relativas ao MEE e ao MF, que no conjunto totalizam aproximadamente 2.173 milhares de euros de investimento.

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução da atividade operacional do Fundo em termos de número de candidaturas submetidas e apreciadas e comparação com a atividade dos anos anteriores.

**Quadro 66 - Evolução da apreciação das candidaturas (valores acumulados)**

ANOS	N.º de Propostas recebidas	N.º de Candidaturas Devolvidas / Canceladas / Revogadas / Desistências	N.º de Candidaturas em análise	N.º de Candidaturas Admitidas	
				Aprovadas	Por Aprovar
2009	26	13	13		
2010	125	60	33	11	21
2011	131	75	15	34	7
2012	147	79	11	41	16

O universo de candidaturas apreciadas em 2012 foi de 38, no qual se inclui as 16 que deram entrada no ano e ainda as 22 candidaturas que transitaram de 2011 (15 em fase de análise e 7 pendentes de aprovação). Deste universo (23) reuniram condições de admissibilidade (7 foram aprovadas e 16 pendentes de aprovação), 4 devolvidas e 11 encontram-se em análise.

As 4 candidaturas devolvidas resultam do facto de os imóveis não se encontrarem registados a favor do Estado, sendo que em relação a 3 candidaturas a situação patrimonial dos imóveis está pendente de regularização, pois os terrenos onde foram construídos os edifícios ainda estão inscritos na matriz e registados a favor dos respetivos Municípios.

Saliente-se que o total de candidaturas devolvidas perfaz (79), a que corresponde um montante total de investimento solicitado de 72.096 milhares de euros, representando 67,6% do total das candidaturas submetidas. Este número tão elevado de candidaturas sem condições de admissibilidade reflete, essencialmente, a falta de enquadramento das candidaturas e dos seus beneficiários, nas condições gerais e específicas previstas no Regulamento de Gestão do Fundo.

No que respeita ao universo das candidaturas em análise, tem-se verificado um decréscimo no número de candidaturas, resultado de uma articulação mais estreita com as entidades beneficiárias, de forma a suprir as lacunas e insuficiências na instrução dos respetivos processos de candidatura e que tem conduzido a que as tarefas associadas à apreciação jurídica e técnica dos elementos disponibilizados sejam mais céleres.

Não obstante, em determinadas situações, continuam a verificar-se dificuldades na junção de elementos comprovativos sobre a situação patrimonial dos respetivos imóveis

Cabe ainda salientar que aquele universo, a curto prazo, vai ser reduzido de 6 candidaturas apresentadas pelo Instituto Superior de Agronomia (2) e Instituto Superior Técnico, em virtude de ter sido publicado, em 31 de dezembro, o Decreto-Lei n.º 266-E/2012, através do qual é assegurada a transferência para o património da Universidade de Lisboa e das respetivas unidades orgânicas, o património imobiliário do domínio privado do Estado que lhe esteja afeto e no qual se encontra incluído os imóveis objeto de candidatura. Este diploma vai, assim, permitir o enquadramento e a fundamentação necessária à decisão do processo de análise das aludidas candidaturas, cuja apreciação se encontrava pendente da regularização e transferência dos imóveis.

O quadro seguinte reflete a apreciação das candidaturas submetidas ao nível dos Ministérios.

**Quadro 67 – Apreciação das candidaturas (2009 a 2012)**

MINISTÉRIO	Propostas Recebidas		Candidaturas Devolvidas / Canceladas / Revogadas / Desistências/ Caducidade		Candidaturas em Análise		Candidaturas Admitidas	
	N.º	Estimativa Orçamental (€)	N.º	Estimativa Orçamental (€)	N.º	Estimativa Orçamental (€)	N.º	Estimativa Orçamental (€)
PCM	22	15.483.805,30	8	8.102.828,45			14	7.380.976,85
MAI	19	2.437.974,00	4	500.662,50			15	1.937.311,50
MAMAOT	27	4.833.111,48	9	692.775,50	3	282.408,05	15	3.857.927,93
MEE	13	7.733.913,09	12	5.933.913,09			1	1.800.000,00
MS	54	70.404.119,53	44	56.151.283,59	1	465.782,00	9	13.787.053,94
MEC	10	5.251.665,09	2	714.895,00	7	3.517.665,27	1	1.019.104,82
MSSS	1	332.300,92					1	332.300,92
MF	1	143.541,00					1	143.541,00
<b>TOTAIS</b>	<b>147</b>	<b>106.620.430,41</b>	<b>79</b>	<b>72.096.358,13</b>	<b>11</b>	<b>4.265.855,32</b>	<b>57</b>	<b>30.258.216,96</b>

Sobre as candidaturas admitidas, apresenta-se o quadro infra com o número de candidaturas aprovadas e por aprovar e os montantes do investimento, em função dos Ministérios a que as candidaturas respeitam.

**Quadro 68 - Candidaturas aprovadas e por aprovar (2009 a 2012)**

MINISTÉRIO	Candidaturas Admitidas		Candidaturas Aprovadas			Candidaturas por Aprovar	
	N.º	Estimativa Orçamental (€)	N.º	Estimativa Orçamental (€)	Montante a Financiar (€)	N.º	Estimativa Orçamental (€)
PCM	14	7.380.976,85	12	4.193.510,18	3.402.109,59	2	3.187.466,67
MAI	15	1.937.311,50	4	719.525,40	555.632,82	11	1.217.786,10
MAMAOT	15	3.857.927,93	15	3.857.927,93	2.917.506,91		
MEE	1	1.800.000,00	1	1.800.000,00	1.440.000,00		
MS	9	13.787.053,94	6	2.555.563,62	1.952.065,97	3	11.231.490,32
MEC	1	1.019.104,82	1	1.019.104,82	764.328,61		
MSSS	1	332.300,92	1	332.300,92	265.840,74		
MF	1	143.541,00	1	143.541,00	114.832,80		
<b>TOTAIS</b>	<b>57</b>	<b>30.258.216,96</b>	<b>41</b>	<b>14.621.473,87</b>	<b>11.412.317,44</b>	<b>16</b>	<b>15.636.743,09</b>

Em resultado da aprovação de 7 candidaturas elevou-se para 41 o número total das candidaturas aprovadas e o volume de investimento total comprometido com o financiamento ascendia a 11.412 milhares de euros correspondendo a 28% da dotação do Fundo. Em termos médios de percentagem de financiamento, aquele valor corresponde a 78% do custo estimado da operação de intervenção, ou seja, muito próximo do valor máximo previsto na Portaria n.º 293/2009.

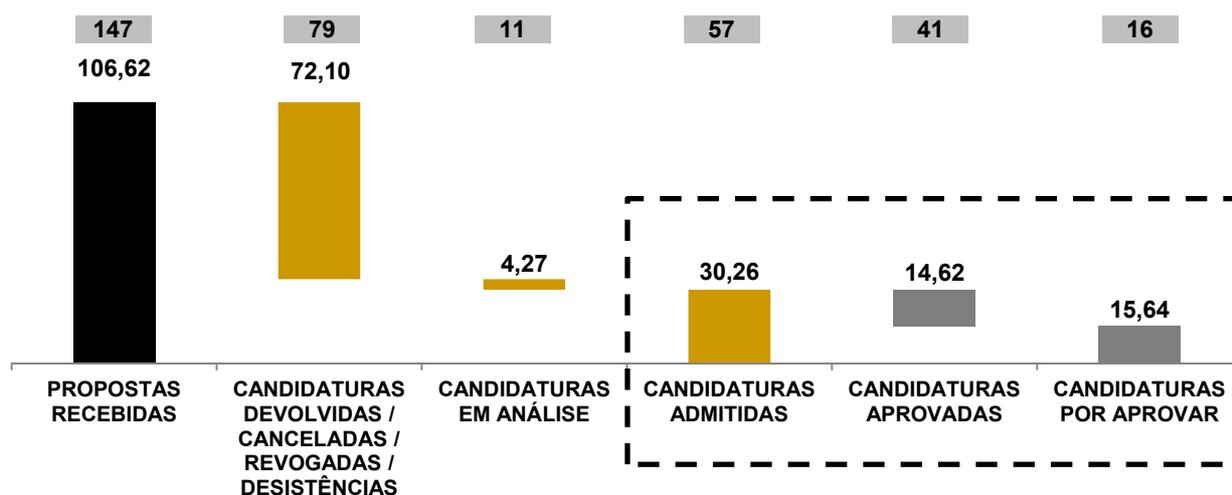
Regista-se apenas uma exceção, em que, após reapreciação do processo de candidatura respeitante ao edifício da “antiga Cadeia da Relação do Porto” foi aprovado o financiamento a 100%, por se considerar a mesma enquadrável no n.º 2 do artigo 9.º do regulamento de gestão, devido à especial localização, imóvel de classificado de interesse público e à natureza das obras urgentes e prioritárias necessárias realizar para garantia de segurança de pessoas e bens e ainda a inexistência de capacidade financeira, por parte da entidade afetatória do imóvel.

Sobre as candidaturas aprovadas, merece ainda referência o facto de estar em preparação a formalização da caducidade de 2 candidaturas apresentadas pela Maternidade Dr. Alfredo da Costa, com fundamento na alteração nos pressupostos subjacentes à admissão e aprovação das candidaturas, atenta a transformação imposta pelo Decreto-Lei n.º 44/2012, de 23 de fevereiro, de extinção e fusão daquela entidade, sucedendo-lhe o Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E., criado pelo Decreto-Lei n.º 50 -A/2007, de 28 de fevereiro.

Na verdade, as unidades de saúde que revestem a natureza de EPE, como é o caso do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E, não podem ser beneficiárias de financiamento, por não se encontrarem abrangidas pelo âmbito de aplicação do Fundo. Tal facto vai acarretar uma redução significativa no montante a financiar de 759 milhares de euros.

Apresenta-se no gráfico seguinte o ponto de situação da decomposição das candidaturas no final do ano.

**Gráfico 21 - Decomposição das candidaturas apresentadas**



X Nº de Candidaturas

(€M)

Do total das 41 candidaturas aprovadas apenas 12 se encontravam com contratos de financiamento assinados, permanecendo, no final de 2012, um universo de 29 candidaturas por contratualizar.

Todavia, verifica-se uma divergência quando comparado com o número de contratos de financiamento efetivamente celebrados que aponta para 14 contratos, conforme se apresenta no quadro infra, sendo a mesma justificada por 1 candidatura ter sido objeto de 2 contratos e em relação a uma outra adicionada um aditamento ao contrato.

### Quadro 69 – Evolução dos contratos de financiamento (2010-2012)

ANO Ministério	N.º Contratos	Valor Total	Financiamento do FRCP	Execução Financeira
<b>2010</b>				
MAMAOT	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97
Subtotal	1	1.542.301,29	1.156.725,97	1.156.725,97
<b>2011</b>				
MAI	3	692.550,00	535.590,00	
MS	1	148.830,00	111.622,50	37.148,70
Subtotal	4	841.380,00	647.212,50	37.148,70
<b>2012</b>				
MS	2	713.059,11	534.794,33	18.194,33
MAI	1	172.175,40	137.740,32	101.640,80
MAMAOT	5	602.700,00	452.025,00	
MF	1	143.541,00	114.832,80	9.876,08
Subtotal	9	1.631.475,51	1.239.392,45	129.711,21
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>4.015.156,80</b>	<b>3.043.330,92</b>	<b>1.323.585,88</b>

No decorrer de 2012 foram celebrados 9 contratos de financiamento a que corresponde um volume de financiamento de € 1.239.392,45, sendo € 114.390,00 por verba inscrita no orçamento de 2013, em resultado de 2 contratos envolverem encargos plurianuais.

Em relação à dotação comprometida no Orçamento de 2012 no montante de € 1.125.00,45 estavam executados até ao final do ano apenas € 129.711,21, respeitantes ao aditamento ao contrato celebrado em 27 de Junho de 2011, (Edifício Núcleo do Barro) e a 2 contratos (Edifício do ex-Governo Civil de Beja e Armazéns de Xabregas). Em relação a estes dois últimos, encontra-se por pagar o montante de € 141.056,24, devido ao atraso registado na execução dos trabalhos provocado pela demora na emissão das necessárias autorizações e ao agravamento das condições climáticas, prevendo-se a sua conclusão no início de 2013.

### Quadro 70 – Contratos de financiamento assinados em 2012

ENTIDADE	Data	Imóvel	Valor Total	Financiamento do Fundo		Montante Pago
				%	Valor (€)	
Direção Regional Agricultura Pescas Norte	28-06-2012	Edifício sito R. Francisco Duarte- Braga	172.200,00	75%	129.150,00 <sup>9</sup>	
Direção Regional Agricultura e Pescas Norte	28-06-2012	Edifício sito Rua Campo da Fonte -Vila Real	135.300,00	75%	101.475,00	
Direção Regional Agricultura e Pescas Norte	28-06-2012	Edifício sito Rua da República – Mirandela	196.800,00	75%	147.600,00 <sup>10</sup>	
Direção Regional Agricultura Pescas Norte	28-06-2012	Quinta de S. Gens, Matosinhos- Porto	49.200,00	75%	36.900,00	
Secretaria-Geral do MAI	28-06-2012	Edifício do Governo Civil de Beja	172.175,40	80%	137.740,32	101.640,80
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa	28-06-2012	Centro Hosp. Psiquiátrico Lisboa - Pólo Júlio Matos	688.800,00	75%	516.600,00	
Centro Hospitalar de Torres Vedras	28-06-2012	Núcleo do Barro-Torres Vedras	24.259,11	75%	18.194,33	18.194,33
Direção-Geral Tesouro Finanças	30-11-2012	Armazéns Xabregas- R. de Xabregas, 37- Lisboa	143.541,00	80%	114.832,80	9.876,08
Direção Regional Agricultura Pescas Algarve	30-11-2012	ex- Centro Profissional do Patacão- Faro	49.200,00	75%	36.900,00	
<b>TOTAIS</b>			<b>1.631.475,51</b>		<b>1.239.392,45</b>	<b>129.711,21</b>

<sup>9</sup> Contrato com encargo plurianual pelo que foi inscrito no OE/2013 o valor de €25.830,00.

<sup>10</sup> Situação análoga à anterior tendo sido inscrito no OE/2013 o valor de € 88.560,00.

O contrato de financiamento celebrado com a Secretaria-Geral do MAI reporta-se à candidatura apresentada em 2010 e que havia sido objeto de contrato, em 2011, com Governo Civil de Beja, não tendo no entanto, do mesmo resultado qualquer execução financeira. Tal situação deveu-se ao facto de, em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30/11, terem sido reafectados à Secretaria-Geral os imóveis do Estado onde anteriormente funcionavam os governos civis.

Quanto à celebração do aditamento ao contrato assinado com o Centro Hospitalar de Torres Vedras teve subjacente o acordo de cessação do contrato de empreitada decorrente do novo enquadramento definido superiormente para o Hospital, o qual conduziu a uma redução do valor global da empreitada que passou a ser de apenas € 73.790,72 e, conseqüentemente, o montante a financiar pelo Fundo foi reduzido para € 55.343,03.

Os restantes 6 contratos de financiamento não registaram execução física ou financeira em 2012, evidenciando a dificuldade sentida pelas respetivas entidades no lançamento dos procedimentos nos prazos programados, conforme a seguir se apresenta:

- A alteração do procedimento de formação de contrato a lançar relativamente às 4 candidaturas apresentadas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, em cumprimento da orientação emanada do Tribunal de Contas, que apontou para a necessidade de um concurso público por lotes, tendo conduzido à necessidade de aprovação e assinatura de portaria de extensão de encargos, cujo despacho se aguarda.

- Atraso na obtenção pelo Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa da certificação do formulário e da memória descritiva relativa à empreitada junto da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH) por terem sido solicitados esclarecimentos adicionais. Esta situação motivou a inexecução da totalidade da empreitada em 2012, pelo que foi entretanto solicitado autorização ao Ministro da Saúde para reprogramação do calendário de execução das obras.

Importa ainda mencionar que em relação a cinco candidaturas aprovadas, apesar de os serviços beneficiários terem disponibilizado os documentos para a preparação das minutas dos contratos de financiamento, incluindo a respetiva declaração de cabimento de verba, no entanto, por vicissitudes várias, não se concretizou a assinatura dos mesmos. Com efeito, algumas questões prendem-se com o facto de os projetos envolverem encargos plurianuais e, por conseguinte, o processo torna-se mais moroso na instrução e obtenção dos despachos autorizadores, outras por ter havido atraso e/ou necessidade de retificar alguns elementos essenciais ao desenvolvimento do processo.

Tal como já foi referido, o atraso registado na contratualização das demais candidaturas aprovadas resultou, especialmente, das dificuldades financeiras impostas pela atual conjuntura às entidades beneficiárias, a acrescer também o processo de reorganização dos serviços da administração pública.

#### **5.4.1.6. Sistema de Informação de Gestão do Fundo**

O Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro, que estabeleceu as disposições relativas à execução do Orçamento do Estado para 2012, veio determinar a obrigatoriedade da adoção e aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) nos serviços e fundos autónomos através da adesão de uma das modalidades disponibilizadas pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.).

Com vista à concretização daquele objetivo, foram realizadas durante o ano de 2012 e em articulação com a ESPAP, I.P ações de formação e iniciados os trabalhos preparatórios de recolha e tratamento dos dados existentes e de novos dados necessários à operacionalização da solução GeRFiP, para a gestão de recursos financeiros em modo partilhado, tendo esta entrado em funcionamento em Janeiro de 2013.

Esta solução vai permitir o registo contabilístico dos processos orçamentais, administrativos e financeiros, de acordo com as regras definidas no POCP e introduzir melhorias, nomeadamente, na normalização e otimização dos procedimentos, na elaboração dos documentos de reporte de execução mensal da execução orçamental, na elaboração das demonstrações financeiras e de relatórios de apoio à gestão.

No que respeita à inserção da informação relativa ao Fundo no site da DGTF não registou evolução em 2012, mantendo-se, no entanto, como objetivo para o próximo ano, com os ajustamentos necessários de forma a compatibilizar com a apresentação de candidaturas online.

Prevê-se ainda o desenvolvimento e implementação de um formulário a disponibilizar em suporte digital, que vai permitir aos serviços beneficiários a apresentação de candidaturas *online*, sendo que os elementos ficam estruturados e imediatamente disponíveis para visualização e análise. Este formulário, para além de proporcionar informação sobre os requisitos de preenchimento do formulário e sobre a tramitação processual das candidaturas, irá possibilitar a normalização do conjunto de documentos que devem ser submetidos relativamente a cada candidatura e a otimização dos tempos de verificação e apreciação das mesmas, contribuindo para uma melhor comunicação com as entidades.

#### **5.4.1.7. Síntese conclusiva**

O ano de 2012 pode considerar-se como mais um ano de consolidação na prossecução dos objetivos estabelecidos, tendo-se verificado um significativo avanço no processo de apreciação e contratação das candidaturas submetidas ao Fundo, apesar de não ter sido acompanhado de igual reflexo na execução financeira.

Ao nível da execução financeira constata-se que ainda persiste um significativo desfasamento relativamente aos montantes aprovados, situação esta que se deve essencialmente às restrições orçamentais decorrentes da conjuntura de crise económica e financeira e que conduzem a que os serviços beneficiários não disponham de dotação para assegurar a parte não comparticipada pelo Fundo e ainda ao processo de reorganização dos serviços públicos.

Outro dos constrangimentos à boa execução dos projetos situam-se nos procedimentos de contratação pública a incorporar na execução das empreitadas de obras, que condicionam por vezes o seu arranque nas datas previstas e atrasam significativamente a sua execução.

Em termos de recursos financeiros utilizados na prossecução das atividades desenvolvidas a dotação inscrita no orçamento para 2012, ascendeu a € 8.277.784,00.

Relativamente aos recursos humanos disponíveis e uma vez que o Fundo funciona junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, compete a esta assegurar o apoio administrativo e técnico necessário à gestão administrativa e financeira. Porém, não se registou qualquer reforço nos recursos humanos inteiramente afetos ao mesmo.

Para o ano 2013, o Fundo tenciona continuar a atribuir grande prioridade e a mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à recuperação do património imobiliário do Estado em/para utilização por parte dos serviços e organismos públicos, contribuindo-se desse modo para melhorar a funcionalidade desse património e consequentemente para uma redução de custos relacionados com as instalações.

Com aquela finalidade pretende-se efetuar uma maior divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis ou partes de imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.

Pretende-se ainda agilizar a tramitação processual para a apresentação de candidaturas ao Fundo, através da implementação de um formulário a disponibilizar em suporte digital, que vai permitir aos serviços beneficiários a apresentação de candidaturas *online*.

Ao nível da articulação com os organismos foi feito um esforço no sentido de intensificar os contactos com as unidades de gestão patrimonial e os serviços beneficiários, assegurando um acompanhamento mais efetivo na instrução dos processos de candidatura e na execução das operações aprovadas e das dificuldades verificadas na sua execução, visando agilizar os procedimentos e maior eficiência de gestão.

É ainda de salientar que neste momento se perspetiva um aumento significativo de candidaturas a contratualizar, atendendo a que foram já apresentadas as necessárias informações de cabimento de verba para 11 candidaturas, a que corresponde um financiamento global de cerca de 1.673 milhares de euros.

## 6. EIXO DA GESTÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO

Conforme preconizado pela RCM n.º 162/2008, de 24 de outubro, um dos eixos de ação essenciais do PGPI prende-se com a necessidade de sistematizar, reformular, atualizar e harmonizar o regime do domínio público, e adequá-lo às novas exigências económico-sociais do País, formulando soluções normativas capazes de imprimir uma gestão racional, eficaz e atual dos ativos dominiais enquanto «riqueza coletiva a explorar», sem descuidar os graus de proteção, segurança e certeza jurídicas indispensáveis aos fins públicos prosseguidos por estes bens.

Com efeito, pese embora a inegável importância entre nós dos bens dominiais, traduzida do ponto de vista do direito positivo no facto de vigorar, desde a revisão constitucional de 1989, um princípio de reserva de lei (constitucional ou ordinária) na definição dos bens do domínio público, a verdade é que apenas com a publicação do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, o legislador estabeleceu pela primeira vez um conjunto de disposições gerais e comuns aplicáveis aos bens do domínio público do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, subsistindo a ausência de um *regime geral de utilização económico-financeira dos bens do domínio público*.

Assim, com o objetivo de colmatar uma lacuna que há muito persiste no nosso ordenamento jurídico, o Governo apresentou à Assembleia da República, em 17 de março de 2009, a Proposta de Lei n.º 256/X – Regime de bens do domínio público, que não chegou a ser aprovada, tendo a correspondente autorização legislativa caducado em 14 de outubro de 2009.

No ano de 2012 não foram desenvolvidas novas diligências no sentido de retomar o processo legislativo entretanto caducado, estando assim por dar cumprimento aos objetivos previstos no PGPI em matéria de bens imóveis do domínio público.

## 7. EIXO DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO PGPI

### 7.1. Enquadramento

Nos termos do disposto no ponto 7. da RCM n.º162/2008, de 24 de outubro, o acompanhamento e controlo da execução do PGPI assenta num modelo dualista, cabendo:

- Ao Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial (CCGP), que, nos termos regulados na Portaria n.º 34-A/2009, de 15 de janeiro, coordena e acompanha a execução do PGPI.
- À DGTF, em articulação com as Unidades de Gestão Patrimonial que funcionam junto das Secretarias - Gerais de cada ministério ou dos serviços que, nos termos das respetivas leis orgânicas, disponham de competências sobre a gestão patrimonial e com a Direção-Geral do Património Cultural, quando estejam em causa imóveis classificados ou em vias de classificação;

Ora, em 2012 verificou-se a este nível um cenário idêntico ao do ano anterior. Tal como sucedeu em 2011, a tarefa de controlo e acompanhamento do PGPI para 2012 confrontou-se com um conjunto de condicionantes, que dificultaram a estruturação de um verdadeiro e coerente sistema de controlo da informação.

Algumas dessas condicionantes persistem desde o início de implementação do programa. Desde logo, na estrutura de governação, continua por concluir o processo de criação das UGP e respetiva publicação no DR, conforme resumido no quadro seguinte:

**Quadro 71 – Criação das UGP**

MINISTÉRIO	LEI ORGÂNICA DA SG	CRIAÇÃO DA UGP
PCM	DL 4/2012, de 16/01 - artigo 2.º, n.º 2, alínea f) DGPC - DL 115/2012, de 25/05 – artigo 2.º, n.º 2, alínea a) <sup>11</sup>	
MNE	DR 10/2012, de 19/01	Despacho (extrato) n.º 13/2013, de 02/01
MF	DR 37/2012, de 10/04 – art.º 2.º, n.º 2, alínea d)	
MDN	DGAIED - DR 5/2012, de 17/01 <sup>12</sup>	
MAI	DGIE – DL 160/2012, de 26/07	Despacho n.º 3909/2011, de 01/03
MJ	IGFEJ - DL 164/2012, de 31/07 – art.º 3.º, n.º 2, alínea j)	
MEE	DL 124/2012, de 20/06	
MAMAOT	DR 33/2012, de 20/03 – artigo 2.º, n.º 2, alínea j)	Despacho n.º 12230/2012, de 20/09
MSSS	DR 21/2012, de 08/02	Despacho n.º 16239/2012, de 20/12
MS	DR 23/2012, de 9 de Fevereiro – artigo 2.º, n.º 2, alínea f)	
MEC	DR 18/2012, de 31/01 – artigo 2.º, n.º 2, alínea l)	Despacho n.º 14953/2012, de 21/11

Encontram-se, pois, formalmente criadas, mediante despacho, cinco UGP - MNE, MAI, MAMAOT, MSSS E MEC. Não foram criadas as UGP da PCM, MF, MDN, MJ, MEE e MS, embora as leis orgânicas das SG destes Ministérios aludem à inventariação do património imobiliário.

<sup>11</sup> A inventariação do património cultural imóvel é assegurada pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

<sup>12</sup> A UGP do MDN encontra-se centralizada na Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED).

A existência de uma estrutura desconcentrada de governação implica a partilha e aceitação de um conjunto de regras e de informação, as quais se afiguram como relevantes para a definição dos papéis e do âmbito de intervenção das partes interessadas. Por outro lado, a maioria das UGP não tem ainda instituído procedimentos formais de validação e controlo de primeiro nível da fiabilidade da informação inserida no SIIE. Estas questões assumem maior importância quando se tratam de procedimentos que emanam, diretamente, de recomendações do TC.

Para além dessas condicionantes, acresce ainda a circunstância particular de a execução do PGPI ter coincidido temporalmente com o processo de reforma da administração pública em curso (PREMAC), que provocou uma profunda reestruturação em todos os ministérios, com o objetivo de tornar as suas estruturas mais eficientes e racionais na utilização dos recursos públicos, e do qual irão decorrer eventuais reorientações políticas na utilização dos imóveis.

## **7.2. Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial**

As implicações decorrentes da reestruturação orgânica da administração central do Estado iniciada em 2011 pelo XIX Governo Constitucional também condicionaram naturalmente a atividade do CCGP. Assim, por motivos relacionados com a operacionalização do PREMAC, em 2012 apenas foi possível realizar uma única reunião ordinária, a saber, no dia 11 de janeiro, tendo-se divulgado os “grandes números” da execução do PGPI relativamente a 2011.

## **7.3 Direção Geral do Tesouro e Finanças**

Tendo sido identificadas por esta Direção-Geral um conjunto de lacunas e anomalias que impediam uma qualidade de dados fidedigna e um tratamento estatístico e analítico mais eficaz e sustentado, e tendo presentes as Recomendações do Tribunal de Contas formuladas na sequência de auditoria efetuada ao PGPI, as quais apontavam para a necessidade de incremento da capacidade de monitorização e controlo qualitativo dos dados inseridos na plataforma de inventariação, a DGTF incrementou no primeiro trimestre de 2012, com o apoio das UGP dos vários ministérios, uma revisão geral dos dados inseridos no SIIE seguida de certificação e validação, tendo este processo durado até 12 de Março de 2012, data em que foram extraídos novos dados, os quais consideraram-se os definitivos para a elaboração do relatório anual do PGPI correspondente ao ano 2011.

O segundo semestre de 2012 ficou assinalado pela introdução de novas valências e funcionalidades no SIIE, as quais para além de retificarem as deficiências detetadas, permitem o acesso dos utilizadores a um interface mais organizado, intuitivo e criterioso, facultando um apuramento de dados e indicadores mais célere, diferenciado e autónomo e, por conseguinte, um leque de perspetivas de análise mais alargado.

O ano 2012 ficou ainda assinalado pela regulamentação da implementação gradual do princípio da onerosidade, visando a determinação dos termos em que será devida a contrapartida pelos serviços, organismos ou demais entidades utilizadoras de espaços públicos.

Conforme anteriormente explicitado, os trabalhos foram desenvolvidos no âmbito da DGTF, tendo o primeiro trimestre de 2012 sido ocupado com a discussão e a preparação técnica do diploma regulamentador da aplicação do princípio. O projeto ficou concluído em março e a sua publicação decorreu no mês de setembro (Portaria 278/2012, de 14 de setembro). A partir de agosto de 2012 decorreram os trabalhos de divulgação da portaria e de recolha, análise e preparação dos dados, bem como da emissão de orientações técnicas às UGP e aos serviços, nomeadamente no que concerne à validação de entidades, conceito de áreas brutas e validação da classificação (solicitações efetuadas em 13/11/2012, 26/11/2012 e 10/12/2012 respetivamente).

Subsequentemente, e na esteira do processo já iniciado no ano transato, no último trimestre de 2012, foram promovidas diversas reuniões de trabalho com as UGP dos Ministérios identificados no quadro seguinte, entre os dias 10 de outubro e 21 de novembro em que, para além das questões relacionadas com o eixo da inventariação e regularização jurídica, foi dado especial destaque à apresentação e explicação do princípio da onerosidade, bem como ao procedimento de apuramento dos dados e liquidação dos valores.

Refira-se que nas reuniões de trabalho promovidas, nomeadamente com a PCM, MF, MAMAOT, MS, MEC, MSSS e MEE, foram atingidos os objetivos propostos, na medida em que foi possível prestar todos os esclarecimentos que foram entendidos convenientes pelos organismos e dando seguimento aos pontos elencados na agenda, nomeadamente o ponto de situação quanto à execução do PGPI, situações anómalas existentes nos registos dos imóveis suscetíveis de correções, apresentação das novas funcionalidades do SIIE, a aplicação do princípio da onerosidade e os objetivos a traçar para 2013.

**Quadro 72 – Reuniões de trabalho com UGP**

MINISTÉRIO Organismo	IMÓVEL	ORDEM	VISITA (data prevista)	VISITA (data prevista)	CONTACTO PRÉVIO (S/N)
MF Secretaria-Geral	Rua da Alfândega, 5 1100-016 Lisboa	1	10-10-2012	03-10-2012	S
PCM Secretaria-Geral	R. Prof. Gomes Teixeira, 2 1399-022 Lisboa	2	03-10-2012	10-10-2012	S
MAMAOT Secretaria-Geral	Praça do Comércio 1149-010 Lisboa	3	17-10-2012	17-10-2012	S
MS Secretaria-Geral	Av. João Crisóstomo, 9 1049-062 Lisboa	4	24-10-2012	24-10-2012	S
MEC Secretaria-Geral	Av. 5 de Outubro, 107 1069-018 Lisboa	5	31-10-2012	31-10-2012	S
MSSS Secretaria-Geral	Praça de Londres n.º 2 – 11.º 1049-056 Lisboa	6	13-11-2012	13-11-2012	S
MEE Secretaria-Geral	Av. da República, 79 1069-218 Lisboa	7	21-11-2012	21-11-2012	S

A terminar, considerando a ampla cobertura de património imobiliário dada pelo SIIE, encontra-se prevista a implementação de dois módulos, um para a georeferenciação de imóveis e outro para o *Business Intelligence* (BI), módulos estes sustentados na informação proveniente da plataforma, os quais permitirão um diferente tipo de análise para efeitos decisórios. A interligação do SIIE com estas duas valências encontra-se em ambiente de qualidade na aplicação de inventariação, estando prevista a sua implementação em ambiente de produção no ano de 2013.

### DGTF, agosto de 2013